

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

**“AGRICULTURA FAMILIAR”: UMA ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA
AS CONDIÇÕES IMPOSTAS ÀS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS PELO
SISTEMA ECONÔMICO ATUAL.**

MANAUS – AM

2013

LAURISANA MARIA BRANCO CAMARGO

**“AGRICULTURA FAMILIAR”: UMA ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA AS
CONDIÇÕES IMPOSTAS ÀS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS PELO SISTEMA
ECONÔMICO ATUAL.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, área de concentração em Pesquisa Políticas Sociais e Sustentabilidade na Amazônia na Amazônia, sob a orientação da professora doutora Heloísa Helena Corrêa da Silva.

MANAUS – AM

2013

FICHA CATALOGRAFICA

C172a Camargo, Laurisana Maria Branco
Agricultura Familiar : Uma estratégia de resistência as condições impostas às famílias contemporâneas pelo sistema econômico atual. / Laurisana Maria Branco Camargo. 2013
110 f.: il. color; 21 cm.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Heloísa Helena Corrêa da Silva
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Sustentabilidade. 2. Trabalho. 3. Agricultores Familiares. 4. Serviço Social. 5. Resistência. I. Silva, Prof^ª. Dr^ª. Heloísa Helena Corrêa da II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

LAURISANA MARIA BRANCO CAMARGO

“AGRICULTURA FAMILIAR”: UMA ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA AS CONDIÇÕES IMPOSTAS ÀS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS PELO SISTEMA ECONÔMICO ATUAL.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, área de concentração em **Pesquisa Políticas Sociais e Sustentabilidade na Amazônia na Amazônia**, sob a orientação da professora doutora Heloísa Helena Corrêa da Silva.

Aprovado em _____ de dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Heloísa Helena Corrêa da Silva – Presidente

Universidade Federal do Amazonas

Prof^ª. Dr^ª Amélia Batista Nogueira – Membro 1

Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Sylvio Mário Puga Ferreira – Membro 2

Universidade Federal do Amazonas

*Neste tempo desolado de sonhos subtraídos e utopias amortalhadas
- ergo este canto para celebrar a esperança entressonhada*

*Neste tempo de partos sem flores de silêncio e de almas violadas
- ergo este canto para celebrar a semente que arde em luz.*

*Neste tempo de vidas fraturadas de olhos imantados e corações ressecados
- ergo este canto para celebrar a inocência e o brilho da infância.*

*Neste tempo de morte e de sombras de guerras e de campos devastados
- ergo este canto para celebrar a vida e os que tombam pela liberdade*

*Contra toda desesperança, contra toda cegueira e emudecimento, contra toda indiferença.
- ergo este canto para celebrar, a manhã, os rios, as florestas e seus enigmas.
- ergo este canto para celebrar os pássaros - suas cores e cantos as flores, o ser humano e a
utopia e também os olhos da amada.*

*É para vós este canto de esperança, que mesmo sendo pranto se eleva como música luminosa. É
para vós este canto de exaltação, que floresça em vossos olhos
- que se faça verdade em vossas bocas e nasça como verdade em nossas vidas.*

Tenório Telles

*Á Deus por sua infinita bondade.
Meus pais João Pedro e Zélia Camargo ,
Meus irmãos Jocélio e Miguel,*

AGRADECIMENTOS

Parafrazeando Elis Regina, viver é melhor que sonhar e a beleza dessa ação consiste em sua concretização, e para tanto enfrentamos obstáculos e percalços que seriam empecilhos intransponíveis sem o apoio de pessoas que contribuem de maneira direta e indireta com a realização de nossas conquistas. E neste momento em que se superou tantos obstáculos, agradeço e dedico esta conquista;

A Deus, cuja bondade e amor me oportunizaram alcançar a obtenção desse tão sonhado título.

A minha mãe, Zélia Camargo, que sempre foi um sustentáculo a minha vida, acreditando em mim e não deixando NUNCA, eu desistir de meus sonhos. A meu pai João Pedro Camargo, me ensinou a ser uma pessoa digna e humilde e sobre tudo a respeitar e perdoar. Aos meus irmãos, Jocélio e Miguel Camargo, mentores da discussão que me levou a construir este estudo, e ainda estamos construindo, obrigado manos.

Minha querida amiga Ewelyn Gois, que neste período foi essencial, servido de ouvinte por horas indefinidas das minhas reflexões e conjecturas. A Maria Nilce Ferreira, AMIGA você é uma mestra na minha vida. Só agradecimentos por toda consideração que teve por mim nestes momentos. A minha companheira e AMIGA Ana Beatriz, neste luta que foi a construção desta dissertação. Entre “tapas, choro, rosas e vinhos”.

A minha orientadora Heloisa Helena, mestra e amiga. Que se dedicou com extrema paciência a todo processo. Com quem pode me banhar mais uma vez em fonte de conhecimentos que lapidaram um pouco da pessoa que sou.

A Vivian minha jovem mentora, seu apoio foi imprescindível. As professoras, Auxiliadora Gomes, Mestra incansável: Maria Auxiliadora Barbosa, pela compreensão e incentivo. As minhas colegas da FAMETRO e UNINORTE que acompanharam todo desenrolar deste processo.

A Universidade Federal do Amazonas que a cada dia vem se constituindo num espaço de formação intelectual de profissionais éticos e competentes, tão necessários para a defesa e preservação de nossa gigantesca Amazônia, além da valorização daqueles que nela habitam.

E sobretudo, as famílias que trabalham com a agricultura familiar, que possibilitaram uma novo olhar sobre esta realidade.

SUMÁRIO

“AGRICULTURA FAMILIAR”: UMA ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA AS CONDIÇÕES IMPOSTAS ÀS FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS PELO SISTEMA ECONÔMICO ATUAL.

RESUMO	9
Palavras-chave: Sustentabilidade. Agricultores Familiares. Trabalho. Serviço Social.	9
ABSTRACT	10
Keywords: Sustainability. Farmers. Labor. Social Service.	10
1 INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I - O PROCESSO SÓCIO-HISTÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL NUMA PERSPECTIVA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.	17
1.2 O processo de separação entre o homem e a natureza por meio do trabalho no sistema capitalista	20
1.3 As mudanças na organização da família: herança do novo sistema	24
1.4 Sobrevivência versus sustentabilidade	27
1.5 Conceitos de agricultura familiar: um novo começo de um velho caminho	29
CAPITULO II - AVANÇOS E DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E O SURGIMENTO DO PRONAF	34
2.1 Avanços e desafios da agricultura familiar no Brasil	34
2.2 As novas perspectivas da agricultura brasileira na contemporaneidade	39
2.3 A resistência contra a pauperização no campo	45
2.4 Questão social, políticas públicas e sustentabilidade um desafio no contexto amazônico.	48
2.5 O apelo social do pronaf para agricultura familiar brasileira	53
CAPITULO III - A AGRICULTURA FAMILIAR COMO FORMA DE RESISTÊNCIA	62
3.1 As condições socioeconômicos das famílias que optaram em desenvolver uma ação autosustentável por meio da agricultura familiar.	62

3.2 As novas configurações populacionais na Amazônia.....	66
3.4 Experiência com agricultura familiar no bairro Val Paraíso na cidade de Manaus.....	75
3.6 O papel da agricultura no processo de desenvolvimento familiar.....	78
3.4.1 A participação da mulher no trabalho ou labor.....	78
3.4.2 As implicações ambientais no desenvolvimento da agricultura familiar nas hortas da comunidade val paraíso zona leste de manaus.....	79
3.4.3 As mudanças no mundo do trabalho e seus rebatimentos nas condições do trabalhador rural.....	81
3.5 Formas de resistências ao sistema econômico atual como forma de fortalecer a família diante da exploração capitalista.....	87
3.5.2 A alternativa: COOPERATIVAS e ASSOCIAÇÕES	89
6 CONDIDERACOES FINAIS	94
7 REFERENCIAS	96
APENDICES 1 formulário aplicado aos agricultores familiar.....	101
APENDICES 2 termo de consentimento livre e esclarecido.....	107

RESUMO

A temática agricultura familiar sempre esteve presente nas discussões empreendidas por cientistas, analistas financeiros e comissões técnicas nas economias avançadas, entretanto as expressões que permeia esta categoria nos orientar a perceber que existem outras nuances que devem ser pensadas, entre elas neste estudo será destacado as expressões sociais e ambientais. O capital ao se constituir criou diversas contradições que se alargaram no decorrer dos anos, e o Amazonas, especificamente Manaus não ficou alheio a estas contradições. Sendo assim esta dissertação fruto de uma pesquisa que objetivou uma análise quanti-qualitativa das mudanças havidas na agricultura brasileira e, sobretudo, os impactos que este processo atrelado ao avanço do sistema capitalista trouxe as famílias, que precisaram se redesenhar para poder manter uma resistência, mesmo que ainda não organizada como deveria. as condições imposta pelo sistema. Vimos ao desvelar o processo teórico, que embasou o estudo que é possível vislumbrar alternativas que possibilitem a sobrevivência este dos sujeitos que trabalham na agricultura familiar, desenvolver suas atividades sem serem derrotados, pela pobreza que desde os anos 60 se instaurou na realidade amazônica uma batalha travada entre Estado, trabalhadores rurais e urbanos e a sociedade, destacando os profissionais que a partir de suas especificidades podem intervir nesta realidade, incentivando o protagonismo social das demandas sociais que caracterizam os sujeitos que contribuíram com este estudo, homens e mulheres que sobrevivem da agricultura familiar., Os mesmos foram entrevistados nos espaços onde estão estabelecidas as hortas familiares, no Bairro do Jorge Teixeira na comunidade Valparaíso, situada na zona Norte de Manaus. Para a obtenção das informações foi aplicado trinta (30) formulários às famílias, sendo que todos foram previamente esclarecidos sobre a dimensão da pesquisa e após este procedimento assinaram o termo de livre e esclarecido entregaram. o ponto central das arguições aqui contidas assenta na observância da expressiva da política nacional de fortalecimento a agricultura familiar – prona, observando sua real contribuição as familiar, quanto a isso os resultados revelam-se satisfatórios um vez que os indicadores sociais já apontam para uma expressiva melhora das condições sociais de famílias que veem na agricultura um meio para superação as condições de vulnerabilidade social. Verificamos que esses trabalhadores, mesmo enfrentando a invisibilidade e o não reconhecimento devido a sua contribuição ao desenvolvimento da nação brasileira, o preconceito e a ausência efetiva do estado em determinadas organizações operadas entre eles, estes não desistem de lutar pelo seu reconhecimento social. Elegemos neste estudo três categorias analíticas que, nos últimos tempos, vêm adquirindo relevância nas ciências sociais: sustentabilidade, trabalho e agricultura familiar.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Agricultores Familiares. Trabalho. Serviço Social.

ABSTRACT

The theme farming family has always been present in the discussions undertaken by scientists, financial analysts and technical committees in advanced economies, however the keywords that permeates this category guide us to realize that there are other nuance must be thought, including this study will be highlighted expressions social and environmental. The capital is to be created several contradictions that widened over the years, and the Amazon, Manaus specifically was not oblivious to these contradictions. Therefore this result dissertation research aimed a quantitative-qualitative analysis of changes occurred in Brazilian agriculture and especially the impact it tied to the advancement of the capitalist system process brought families that needed redesigning to be able to maintain strength, even if not organized as it should. the conditions imposed by the system. We saw the unveiling of the theoretical process that guided the fellowship study that it is possible to envision alternatives that allow the survival of this subject who work on family farms, develop their activities without being defeated by poverty since the 60s are introduced the Amazon reality a battle State fought between rural and urban workers and society, highlighting the professionals from their specificities may intervene in this reality by encouraging social involvement of social demands that characterize the subjects who contributed to this study, men and women surviving family farming. , the same respondents were in spaces established kitchen gardens, in the neighborhood of Jorge Teixeira in Valparaiso community, located in the northern zone of Manaus. To obtain information was administered thirty (30) forms the families, all of which were previously informed about the extent of research and after this procedure signed the free and informed handed. the central point of Pleas contained herein is based on compliance with significant national policy for strengthening family agriculture - PRONAF, observing their actual contribution the family, as the results show it to be satisfactory one since the social indicators already point to a significant improvement of social conditions of families who see agriculture is a means to overcome the conditions of social vulnerability. We found that these workers, while facing the invisibility and lack of recognition due to its contribution to the development of the Brazilian nation, prejudice and the effective absence of the state in certain organizations operated between them, they will not give up his fight for social recognition. We elected this study three analytical categories that have acquired relevance in recent times, in the social sciences: sustainability, work and family farming.

KEYWORDS: Sustainability. Farmers. Labor. Social Service.

1 INTRODUÇÃO

Bom mesmo é ir à luta com determinação, abraçar a vida com paixão, perder com classe e vencer com ousadia, porque o mundo pertence a quem se atreve e a vida é "muito" para ser insignificante.

Augusto Branco

Este estudo tem por objetivos desvelar a contribuição da “agricultura familiar”, para o desenvolvimento da autosustentação de famílias na Zona Leste de Manaus no bairro Valparaíso, buscou-se nesta pesquisa indentificar as condições socioeconômicos das famílias que optaram em desenvolver uma ação autosustentável por meio da agricultura familiar verificando a contribuição das políticas públicas na emancipação das famílias participantes das hortas comunitárias da valparaíso Zona Leste de Manaus. O trabalho é fruto de uma pesquisa bibliográfica e observacional.

O tema surge a partir da observação das condições vivenciadas por famílias, que enfrentam o desdobramento do desenvolvimento econômico, mas não possuem subsídios para remediar os efeitos desastrosos da questão social.

Procurando entender problemas sociais e econômicos que poderiam ser resolvidos tendo uma maior participação do Estado através das políticas públicas para empoderar as famílias que por motivos diversos foram distituidas das condições para inserção ao mercado de trabalho ou pela necessidade de manter por outros meios sua subsistência desistiram de procurar.

No decorrer da análise ficou evidenciado que o capitalismo não é a única saída para o desenvolvimento, e dependendo de como os seres humanos utilizam-se do recursos naturais aliados as políticas públicas podem superar a subalternidade provocada pelo modelo de desenvolvimento atual em prol da construção gradativa de novas perspectivas que apontem para emancipação social.

Autoras como Krausky (1986), Marx (1898), Abramovay (2003), Netto (2002 e 2005), Rossini (2009) dentre outras, contribuíram para uma abordagem relacional, em que a temática trabalho e resistência emerge como eixo central de explicação do protagonismo dos agricultores familiares e sua relação com o meio ambiente e políticas públicas. Pois somente com a consolidação científica do conceito de agricultura familiar e trabalho, evidenciados pelas pesquisas nos mais diversos contextos sociais, poder-se-á compreender a própria história de homens e mulheres, que vivem em constante embate as contradições apresentadas na atualidade.

Sendo que para realização desta investigação o pesquisador terá por ponto de partida problemáticas que buscam compreender: Quais as condições socioeconômicos das famílias que optaram em desenvolver uma ação autosustentavel através das hortas familiares, melhorando sua qualidade de vida sem precisar submeter-se as determinações capitalista. Buscando saber a contribuição das políticas públicas para emancipação das famílias participantes das hortas comunitárias da valparaíso Zona Leste de Manaus

No decorrer da pesquisa bibliográfica, foi evidenciada as transformações ocorridas no mundo do trabalho que apresentam a vulnerabilidade das populações que por não atender as determinações do modelo atual de produção, submete-se a espoliação do capital tendo em muitos casos seus direitos sociais negados.

Quando tratamos destes fatores torna-se importante compreender a dinâmica histórica que permeia o cotidiano desses sujeitos e os impactos causados pela invasão destas mudanças sobre sua cultura. E neste processo pode-se elencar a colonização verificada no Brasil, que reforça a dominação e a exploração que tende estabelecer as condicionantes sobre as relações sociais que se fomentaram sobre tudo na região Amazônica.

Este tipo de apropriação que se caracteriza a colonização do Brasil, empreendida pelos portugueses a partir do século XVI, plasmou entre a população rural um modelo sociocultural de adaptação ao meio que, malgrado suas diferenças regionais e as que se podem detectar ao longo do tempo, apresentam características comuns que marcam ainda hoje as comunidades humanas em regiões isoladas do país.

Estes elementos são totalmente contraditórios a dinâmica atual, que coloca o sistema de produção e o trabalho formal como sendo por excelência a forma mais adequada do cidadão garantir a sua subsistência e de seu núcleo familiar. Embora,

relativamente, autônomos esses "sitiantes tradicionais"¹, sempre mantiveram certa relação de dependência com os pequenos núcleos urbanos, com os grandes proprietários rurais e as autoridades locais, expressa nas categorias de meeiros, parceiros, posseiros, pequenos proprietários e colonos.

Outro aspecto que foi discutido na explanação deste estudo é a emergência da questão ambiental nos últimos anos. Esta aparece como uma necessidade de ser refletida, mas exige um olhar diferenciado daqueles que atuam junto às populações que permeia o Amazonas, pois neste estudo observou-se que o que é discutido pelos intelectuais, políticos e os próprios profissionais que atuam junto às problemáticas ambientais, não se emparelham a luta e necessidades, sobretudo dos sujeitos que corporificam o objeto desta dissertação.

A aplicação dos procedimentos metodológicos buscou fontes de informações baseadas em dados de origem primária, onde se utilizou técnicas de coleta de dados aplicadas pelo próprio pesquisador junto ao informante; e também, de dados de origem secundária, por meio de pesquisa aos moradores participantes das hortas comunitárias junto da Comunidade Valparaíso Localizado na Zona Leste de Manaus, visto que, o *lócus* da pesquisa caracteriza-se pelas hortas localizadas nesta comunidade.

É durante o desenvolvimento da investigação científica que se apreende o processo desvendamento da realidade. Neste estudo o procedimento metodológico foi desenvolvido em inúmeras fases interligadas se constituem um recurso didático a ser percorrido para a operacionalização da investigação.

Neste estudo a abordagem junto aos sujeitos foi realizada através de técnicas e instrumentos para a obtenção de dados de natureza qualitativa e quantitativa. Entende-se como abordagem qualitativa uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações. Segundo Salomon (2004), essa orientação metodológica possibilita um diálogo crítico com a realidade, pois propõe a utilização das abordagens quanti-qualitativa. Enquanto a análise quantitativa busca a extensão e trabalha com dados, indicadores e tendências, a análise qualitativa visa à profundidade e, assim, trabalha com valores, crenças, opiniões, atitudes e representações.

Quanto a fonte de informação na pesquisa nos apropriamos das de origem primária, que se constituiu em técnicas de coleta de dados aplicadas pelo próprio pesquisador junto

¹ Pessoa que em busca de melhores condições de sobrevivência, caracterizados pelo trabalhador rural, agricultor, que busca situar-se em locais às vezes isolados, cultivando a terra ou desenvolvendo ações diretamente ligadas a natureza. (A.C, DIEGUES, 2003)

ao informante; e também, de dados de origem secundária, por meio de pesquisa aos moradores participantes das hortas comunitárias junto da Comunidade Valparaíso Localizado na Zona Leste de Manaus, visto que, o *lócus* da pesquisa caracteriza-se pelas hortas localizadas nesta comunidade.

Ao definir os critérios de inclusão relativos aos sujeitos da pesquisa, ficou definido como extremamente relevante que os sujeitos que fariam parte da pesquisa deveriam apresentar as seguintes características: fazer parte desta comunidade, *locus* da pesquisa, por no mínimo 2 anos; Ser indicado/reconhecido como representantes pelo seu grupo produtivo de agricultores familiares, independente de gênero; ter no mínimo 18 anos ser usuário dos programas de geração de renda, ou não ter nenhum benefício oferecidos pelas políticas públicas. Já o critério de exclusão baseou-se na não apresentação dessas características.

Quanto a amostra trabalhamos com um quantitativo de 98 famílias sendo que destas foi observada 30% sobre os quais foi realizado um levantamento para obter informações sobre o grupo domésticos que são participantes das hortas comunitárias do Val Paraíso para posterior definição se a mesma será censitária ou por amostra.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizada um conjunto de instrumentais técnicos para a coleta de dados. No levantamento sócio econômico utilizamos formulários com questões abertas e fechadas que foi aplicada aos agricultores familiares e entrevista semi-estruturada aos representantes dos grupos domésticos, que no momento da pesquisa apenas um possibilitou a realização da coleta.

Outra técnica utilizada foi a observação não participante e assistemática, que se configurou e visitas realizadas no espaço já mensurado para compreender o cotidiano desses sujeitos e sua organização de trabalho.

Quanto aos procedimentos metodológicos que foram adotados, constitui-se um suporte para cumprir as etapas de pesquisa, e foram pensados como processos de apropriação e desvelamento do real, por meio de aproximações sucessivas, de modo a propiciar a inclusão na dinâmica social e as suas múltiplas análises. Dessa maneira, coerente com objetivos da investigação ora proposta esta pesquisa foi didaticamente estruturada em momentos distintos, porém interligados e complementares, conforme o detalhamento a seguir:

No primeiro contato com a comunidade para poder dar início a coleta de dados procuramos os representantes da mesma, para lhe apresentar o termo de anuência, neste procedimento não tivemos dificuldades, pois tanto seu líder como a própria comunidade

não se opuseram a estada da pesquisadora e suas decorrentes indagações, o que otimizou e incentivou a realização dos demais procedimentos

Objetivando o levantamento teórico do estudo realizou-se constantes revisões bibliográfica, fichamentos de textos relacionados à temática pesquisada para fundamentação das categorias centrais de análise, em atenção às indicações da Banca de Qualificação, objetivando a construção da dissertação; aprimoramento dos instrumentos de coleta de dados e informações e também Submissão do projeto e de seus instrumentos junto ao Comitê de Ética/Plataforma Brasil/UFAM;

Durante esta fase da investigação, foi realizada visitas à campo para aplicação de técnicas e instrumentais de coleta de dados na qual realizamos as seguintes ações:

Reunião com os comunitários para apresentação do projeto de pesquisa;
Seleção dos sujeitos da pesquisa de acordo com os critérios estabelecidos; Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para aplicação de formulário junto aos representantes dos grupos domésticos; Realização de Registro fotográfico;

Posteriormente realizou-se a sistematização e análise dos dados do levantamento socioeconômico para em momento posterior à coleta dos dados as informações serem sistematizadas e organizadas para que seja realizado o ordenamento e construção de gráficos, tabelas e quadros.

É importante ressaltar que todas as informações que foram produzidas nesta Pesquisa, além de compor os dados da Dissertação irão compor o Banco de Dados do Grupo de Pesquisa Questão Social e Serviço Social do Estado do Amazonas do Diretório de Grupos do CNPq. O retorno à comunidade das informações obtidas nesta pesquisa será realizado, considerando as possibilidades de viabilidade, através de preparação de material didático apropriado.

Também na apropriação de conhecimento inerentes a temática tratada, utilizou os artigos construídos no decorrer das aulas do mestrado, o qual foi aceito para publicação na Jornada Internacional de Políticas Publica –JOINPP no Maranhão.

Na avaliação dos efeitos das “políticas públicas” processos de emancipação desses sujeitos à sujeição da espoliação capitalista foram observados, por meio de formulários, com perguntas abertas e fechadas direcionadas a 30 famílias.

Para conhecer condições socioeconomicos das famílias optaram em desenvolver uma ação autosuficiente através das hortas caseiras, além de formularios será utilizado a

pesquisa observacional, não participativa através de visitas às residências de estas famílias.

No processo de construção do projeto foi utilizada uma abordagem a partir do método dialético, buscando fundamentações, sobretudo nas transformações sociais ocorridas no contexto econômico, para compreender os fatores que norteiam sua realidade.

Na análise do processo de educação ambiental e sua influência na inclusão social para que a população possa atuar de maneira participativa na resolução de questões ambientais e na tomada de decisões visando garantir a sustentabilidade dos recursos locais frente ao desenvolvimento econômico, buscar-se-á por meio de formulários dados que apontem para o grau de conhecimento ou desconhecimento da realidade ambiental local e os impactos ocorridos no cotidiano desses indivíduos.

Assim, as principais etapas que dimensionam esta pesquisa se caracterizaram por tendo por base o cronograma previamente definido e estipulado o tempo para conclusão da pesquisa e conseqüentemente elaboração da dissertação, sendo esta inicialmente de seis (6) meses, onde nos primeiros três (3) meses, foi desenvolvido a partir das disciplinas aplicadas no decorrer do curso do mestrado, sendo estas necessárias para ter embasamento acadêmico para elaboração da mesma, e após a qualificação deu-se início à coleta de dados e leitura de material teórico e prático selecionados, revisão e aperfeiçoamento do pré-projeto sob a orientação do professor responsável e posteriormente.

A pesquisa nos motiva a rever determinados conceitos que envolvem a questão ambiental e como esta afeta a vida dos sujeitos sociais, estes frutos de um processo histórico se veem destinados a reproduzirem o sistema vigente, entretanto a agricultura familiar vem apresentar-se como uma alternativa sustentável, um enfrentamento à precarização do trabalho.

Na construção da dissertação foi dada considerável atenção, no intuito de levantar uma reflexão, ao discurso sobre sustentabilidade proclamada pelo Estado através de seus programas não atende a realidade nem dissolve as desigualdades sociais. Diante deste quadro, levantam-se os sujeitos sociais que reclamam oportunidades, emprego, segurança mesmo que seja um enfrentamento de forma silenciosa, pois o trabalho doméstico é desvalorizado no decorrer do processo histórico (ARENDETT, 1999).

Assim, o estudo entre outros aspectos vem mostrar o conhecimento que as famílias do bairro Val Paraíso possuem sobre agricultura, utilizando o calcário e o adubo orgânico e como respeitam o meio ambiente, ressaltando a importância que o estudo sobre a

agricultura familiar deve ter como uma alternativa sustentável visando um desenvolvimento que não objetive somente os interesses econômicos.

A estrutura dissertação corresponde a três capítulos articulados. No **Capítulo 1** procuramos focar a relação entre o homem e a natureza, buscando nesta a ligação singular com tema aqui descrito, destacando as investidas exógenas pautadas nos interesses econômicos do grande capital e os seus impactos na realidade das populações tradicionais que sobrevivem em contradição ao modelo apresentado. Essa abordagem coloca em relevo os fatores históricos que confluíram para a consolidação de uma cidade marcada por contrastes sociais.

No **Capítulo 2** nos debruçamos sobre o os avanços e desafios do qual emerge a agricultura familiar no Brasil. Analisando a luta desses trabalhadores, pelo reconhecimento de seus direitos e valorização de sua contribuição ao desenvolvimento da sociedade brasileira e amazônica. A partir disso, foi possível problematizar as condições destes sujeitos frente as transformações sócio-históricas e reconhecer as estratégias definidas pelo Estado em prol deste seguimento de trabalhadores.

Em fim trouxemos no **Capítulo 3** a reflexão sobre a resistência dessas famílias ao sistema econômico atual ressaltando os mecanismos que propicia este enfrentamento, observando se as estratégias do Estado, sobretudo tratando-se da Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que serve como referência de intervenção na melhoria das condições que de vida dos agricultores familiares.

Sendo que neste espaço se fez necessário uma investigação compartilhada aos sujeitos definidos na pesquisa procurando entender a partir de sua voz como eles se organizam e sobrevivem a partir da agricultura familiar. Nosso intuito aqui foi refletir sobre o fenômeno da exclusão social e os obstáculos enfrentados pelos trabalhadores, que reclamam reconhecimento social e o fortalecimento de sua cidadania na arena política de Manaus.

As considerações finais apresentam os resultados da pesquisa, momento em que apontamos a necessidade de maior mobilização coletiva e, sobretudo da academia s em favor da defesa e conquista dos interesses desses sujeitos. Apontando inclusive o trabalho do Serviço Social, que está norteando por um projeto-ético e político que clama por uma ação sistemática ao lado das lutas dos trabalhadores. Ressaltamos, também, que mesmo havendo políticas que delineiam as ações do estado para com o grupo estudado, estas ainda são fragmentadas e com raras exceções atendem de forma concreta estes trabalhadores.

Isto posto, evidencia-se a falta de uma gestão eficaz por parte do Estado. Que precisa mudar seu discurso que tange a sustentabilidade. Por fim o estudo mostra a força das cooperativas, ou seja, do empoderamento do cidadão no sentido que eles possa a partir de sua organização colocar-se frente às condições imposta pelo sistema econômico e político vigente.

CAPÍTULO I - O PROCESSO SÓCIO-HISTÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL NUMA PERSPECTIVA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.

A natureza sempre foi um desafio para o ser humano, sendo que esta é responsável por suas conquistas e por suas atribuições, esta relação homem natureza, não pode ser concebida como algo natural, uma vez que ela indica uma construção que segundo Gonçalves (1998:23), foi criado pelo homem. Segundo ele toda sociedade, toda cultura cria, institui uma determinada idéia de natureza.

A natureza se define, em nossa sociedade, por aquilo que se opõe a cultura. A cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza. Daí se tomar a revolução neolítica, a agricultura, um marco da História, posto que com ela o homem passou da coleta daquilo que a natureza 'naturalmente' dá para a coleta daquilo que se planta, que se cultiva.

O domínio da técnica da irrigação resultou na "domesticação" da natureza através da agricultura e fixou os povos em determinados territórios, formando o berço das antigas civilizações. Nesse contexto surge a concepção de domínio sobre a natureza porque "dominar a natureza seria dominar algo inconstante, imprevisível e instintivo" (MARX, 1988).

Nessa relação de dominação, para alguns a natureza é o objeto a ser dominado pelo sujeito, o homem. Mas para Gonçalves (1998), essa visão de natureza-objeto versus homem-sujeito parece não considerar que "o termo sujeito, além de significar um ser ativo, dono de seu destino, também pode indicar que podemos estar submetidos a determinadas circunstâncias".

Nesta contextualização pode-se verificar a visão antropocêntrica de mundo, na qual o homem é o senhor de todas as coisas, que faz com que se esqueça de que o termo sujeito pode significar tanto aquele que age como aquele que se submete. Essa visão de natureza separada do homem é característica do pensamento dominante no mundo ocidental, cuja matriz filosófica advém da Grécia e da Roma antiga, que se firmou contrapondo-se a outras formas de pensar e de agir.

Com o avanço do Cristianismo no Ocidente, os deuses já não faziam parte desse mundo como na concepção dos pré-socráticos. Deus passou a um ser supremo e o homem, a sua imagem e semelhança. Para Platão, somente a idéia continha a perfeição, opondo-se à realidade do mundo.

O Cristianismo assimilou a visão aristotélico-platônica e durante a Idade Média apregou a separação entre espírito e matéria, ao difundir a perfeição de Deus em oposição à imperfeição do mundo material. É, portanto, decorrente dessa filosofia a separação entre corpo e alma, objeto e sujeito, ou seja, a alma, o sujeito é que dá vida ao corpo, porém quando o corpo morre passa a ser apenas objeto.

Esta dualidade persiste na representação da sociedade, recriando contradições que alimentam o processo de exploração do ser humano, e provocando o distanciamento entre o trabalhador e os meios de garantir sua subsistência.

Já na visão iluminista do século XVIII, a natureza era concebida como algo palpável. O mundo passou a ser compreendido a partir do real, do concreto e não mais de dogmas religiosos. Com o desenvolvimento do capitalismo, e mais precisamente com o surgimento da Revolução Industrial essas idéias acabaram se fortalecendo.

No século XIX, com o desenvolvimento da ciência e da técnica o pragmatismo triunfou. A natureza passou a ser concebida, cada vez mais, como um objeto a ser possuído e dominado. Aos olhos da Ciência a natureza foi subdividida em física, química, biologia, e o homem em economia, antropologia, história etc.

A partir desse contexto, qualquer tentativa de pensar o homem e a natureza orgânica e integradamente se tornou falha, pois a separação não se efetuava apenas no nível do pensamento, mas também da "realidade objetiva" construída pelo homem.

Este cenário vem se tornar mais evidente no momento que se inicia a divisão social e técnica do trabalho, pois esta contribuiu decisivamente para que houvesse o processo de fragmentação e dicotomização do fazer e do pensar da sociedade capitalista industrial. Que segundo Gonçalves, apresenta,

A idéia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma idéia de homem não natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo. As ciências da natureza se separam das ciências do homem; cria-se um abismo colossal entre uma e outra e,...tudo isso não é só uma questão de concepção de mundo...(op.cit.35).

Pensemos a natureza a partir de duas vertentes ocidentais: a visão antropocêntrica que concebe a natureza como algo onde se manifesta a hostilidade, a luta, onde prevalece a "lei da selva", que precisa de leis e de um Estado para estabelecer a ordem. E a naturalista, que vê a natureza como algo harmonioso e bondoso, mas que ao criticar a primeira vertente se depara com o mesmo ponto de vista, ou seja, os homens destroem a natureza, trazendo à tona a dicotomia sociedade-natureza, homem-natureza.

Observa-se que as duas visões convergem para uma realidade onde o homem é um vilão diante da realidade, que sua relação com a natureza é prejudicial a sociedade, e assim o mesmo deve ser vigiado, para que sua ação não seja prejudicial a sociedade. Ainda a partir da análise de Gonçalves,

a grande dificuldade dessas duas vertentes "é romper com os pressupostos da filosofia positivista que é o de querer encontrar na natureza o paradigma ou modelo para a sociedade humana". Essa tendência em buscar na natureza o paradigma para a sociedade, caracteristicamente faz parte da sociedade ocidental, e a filosofia positivista, hegemônica nos meios científicos dos séculos XVIII e XIX, soube muito bem expressar esse fato. Pois, foi sob a ótica positivista que a natureza passou a ser vista como algo objetivo. (Op. cit. 62-63).

Assim, no princípio das relações entre os seres humanos, havia uma unicidade orgânica entre o homem e a natureza, onde, o ritmo de trabalho e da vida dos homens associava-se ao ritmo da natureza. No contexto do modo de produção capitalista, este vínculo é rompido, pois a natureza, antes um meio de subsistência do homem, passa a integrar o conjunto dos meios de produção do qual o capital se beneficia.

E no momento que o capital vê a natureza como uma reserva de matérias primas que se materializam na mercadoria trazendo lucro, a relação entre o homem e a natureza é rompida, pois o natural passa a ser um "depósito de reservas" dos interesses da exploração capitalista.

No processo de apropriação e de transformação dos recursos pelo homem, por meio do trabalho, ocorre o processo de socialização da natureza. O trabalho torna-se então, o mediador universal na relação do homem com a natureza. '(...) o trabalho é, num primeiro momento, um processo entre a natureza e o homem, processo em que este realiza, regula e controla por meio da ação, um intercâmbio de materiais com a natureza' (Marx, 1988:188). Partindo desse pressuposto, a separação do homem de suas condições

naturais de existência não é "natural", mas histórica, tendo em vista que a prática humana encontra-se vinculada a sua história.

1.2 O processo de separação entre o homem e a natureza por meio do trabalho no sistema capitalista

No sistema capitalista o proletariado, despossuído dos meios de produção, só realiza a sua subjetividade na medida em que aliena sua capacidade de trabalho á quem detém as condições objetivas, ou seja, ao capitalista.

Nesse regime, o trabalhador é reduzido a uma mercadoria, à medida que vende sua força de trabalho para o capitalista em troca de um salário. Assim, o trabalho "que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído". (Antunes, 1997:124)

Para Antunes (1997), a dimensão abstrata que o trabalho adquire, conduz ao mascaramento da sua dimensão concreta e, conseqüentemente, à fetichização da mercadoria, encobrando assim, "(...) as dimensões sociais do próprio trabalho, mostrando-as como inerentes aos produtos do trabalho". (Op.cit.127) quanto a isto Thomaz Jr.,

O procedimento do cientificismo fetichizou os riscos a que a sociedade foi submetida, tendo em vista que o desenvolvimento incomensurado das ciências e das técnicas põe em xeque o futuro da humanidade, socializando de forma profunda e ampla todas as mazelas do produtivismo, conclamando a todos à preservação da natureza, todavia virando as costas para o chamamento lançado pelos movimentos ecológicos e alguns partidos políticos comprometidos que se vinculam à tese da insubordinação da práxis social à lógica da reprodução do capital. (1999:5).

Nesse sentido, a luta de classe do proletariado deveria suscitar uma reformulação profunda da sociedade e colocar em xeque a estrutura organizacional da sociedade capitalista, ampliando a "luta anticapitalista". Mas, para que esta luta ganhe uma dimensão ecológica, se faz necessário uma "verdadeira revolução cultural no movimento operário". Dada a indiferença do trabalhador com o trabalho que exerce.

Desta forma faz-se mister compreender os passos dados pelo processo históricos que desencadeou estas rupturas entre o homem e seu meio natural de subsistência.

Neste processo, observamos segundo (MARX,1988) que na Inglaterra, a servidão desaparecera de fato, na parte final do século XIV. A maioria imensa da população era

composta, então, e ainda mais no século XV, por camponeses livres, que cultivavam as suas próprias terras, fosse qual fosse o título feudal atrás do qual se escondia a sua propriedade.

Observa-se, nessa referência que os camponeses, possuíam, mesmo que rudimentarmente uma autonomia sob o processo de produção ligados, aos campos, ou espaços onde desenvolviam a agricultura, detinha uma técnica que possibilitava um desenvolvimento que atendesse a si e suas família.

Nas quintas senhoriais maiores, o feitor, anteriormente ele mesmo servo, foi desalojado pelo rendeiro livre. Os operários assalariados da agricultura eram compostos em parte por camponeses, que valorizavam o seu tempo de ócio trabalhando para grandes proprietários, em parte por uma classe autônoma, pouco numerosa em termos relativos e absolutos, de autênticos operários assalariados.

O prelúdio das revoluções criou a base do modo de produção capitalista que se desenrolou no último terço do século XV, e nos primeiros decênios do século XVI. Foi lançada para o mercado de trabalho uma massa de proletários fora da lei pela dissolução dos séquitos feudais, os quais, como Sir James Stuart, justamente observa, “por toda a parte inutilmente enchiam casa e castelo” (MARX, 1988).

Embora o poder real, ele próprio um produto do desenvolvimento burguês, tivesse, na sua ânsia de soberania absoluta, acelerado violentamente a dissolução destes séquitos, não foi de modo nenhum a única causa daquela.

Na mais arrogante oposição ao rei e ao parlamento, também o grande senhor feudal criou um proletariado e desigualmente maior, ao expulsar violentamente o campesinato da terra, sobre que este tinha o mesmo título de direito feudal que ele próprio, e ao usurpar da sua terra comunal.

Neste processo histórico percebe-se nitidamente a os fragmentos que se tornaram basilares ao sistema econômico atual. O trabalhador, naquele momento o servo, vivam em condições de explorado, muito mais agravante que hoje, pois hoje as conquistas das leis possibilitam certo contrapeso no embate entre e dominantes e excluídos.

No fim da idade Media percebe-se um reversão na organização econômica, onde se verifica um levante por parte dos senhores feudais no sentido de expulsar dos feudos os servos, buscando assegurar a terra nas mãos de único senhor. Forçando diversas famílias a abandonar suas casas e em muitos casos seus pertences.

O impulso imediato neste sentido foi dado em Inglaterra nomeadamente pelo florescimento da manufatura flamenga da lã e o correspondente aumento dos preços da lã.

As grandes guerras feudais tinham devorado a velha nobreza feudal, e a nova era filha do seu tempo, sendo para ela o dinheiro o poder de todos os poderes. Transformação da terra arável em pastagem de carneiros tornou-se, portanto,

Por esse tempo (1489) as vedações começaram a ser mais frequentes pelo que a terra arável (que não podia ser amanhada sem gente e famílias) foi transformada em pastagem, que era facilmente percorrida a cavalo por poucos pastores; e terras arrendadas por anos, vidas e por denúncia anual, foram transformadas em domínios senhoriais. Isto gerou um declínio do povo, e um declínio de cidades, igrejas, dízimos, e semelhantes... No remédio deste inconveniente a sageza do rei foi admirável, e a do parlamento, nesta altura... Tomaram medidas para acabar com vedações despovoante, e pastoreio despovoante.

Em 1489 Henrique VIII, proibia a destruição de todas as casas de lavoura às quais pertencessem pelo menos 20 acres de terra. Em outra lei neste mesmo período, renova-se esta proibição onde se lê, entre outras coisas, que:

muitas terras arrendadas e grandes rebanhos, em especial carneiros, se concentram em poucas mãos; pelo que as rendas da terra subiram muito e a lavoura muito decaiu, igrejas e casas foram deitadas abaixo, números espantosos de povo foram incapacitados de se manter e às suas famílias.(MARX,1988).

Devido a isto, sobretudo os plebeus sofreram os impactos desta mudança, pois apesar de viver naquelas terras os mesmos não tinham a posse da mesma, pode-se até pensar que os donos das terras na verdade o que temiam era o crescimento da população plebeia, e desta forma focam através das leis um êxodo, comparado ao que houve no Egito. Observamos ai que dialeticamente, no que tange ao processo de dominação a historia constantemente se repete.

Esta lei ordena por isso a reconstrução das quintas decaídas, determina a relação entre terra de cereal e terra de pastagem, etc. Uma lei de 1533 lamenta que muitos proprietários possuam 24 000 carneiros, e limita o número destes a 2000. O lamento do povo e a legislação, ao longo de 150 anos a partir de Henrique VII, contra a expropriação dos pequenos rendeiros e camponeses foram igualmente infrutíferos. (MARX, 1988).

Neste acontecimento torna-se ainda mais factual que a relação do homem com a natureza e, sobretudo, a sua dependência dela, pelo fato desta constitui-se um meio mais

usual de sobrevivência, deixa claro a importância desta atividade, no processo de sociabilidade envolvendo o trabalho humano, em todas as suas emanções. O que nos fez refletir a partir da construção desta dissertação e no decorrer da pesquisa, sobre importância desta, até mesmo para manter uma frente de não aceitação da conjuntura que desfragmentou e provocou uma ruptura em relação ao trabalho e o trabalhador.

Podemos afirmar com base nesta leitura histórica de Karl Marx, que a guerra no campo, que se deu no embate entre dominantes e dominados no fim da Idade Média, deflagra o início de uma luta que se perpétua até os tempos atuais.

Sobretudo no início do século XX, com o aumento cada vez maior da pobreza e da vulnerabilidade social que evidencia uma relação desigual. A atitude os xerifes da Inglaterra e Escócia no fim na idade media, muito se compara ao método de desapropriação e expulsão dos sem terras pelo Estado. No século XX e também no século XXI, onde as pessoas se encontram numa luta desigual onde o Estado não explica o motivo de suas ações e nem monta estratégias que venham beneficiar as famílias que tem na terra sua única condição de sobrevivência.

E quando este cria estratégias elas terminam sendo focalistas, definidas por condicionalidades que acabam por limitar o acesso daqueles que necessitam de seus serviços é o caso da Política de Assistência social que poderia ser uma estratégia para atender aqueles que se encontram, em situação de vulnerabilidade, no entanto, como pode ser observando juntos aos agricultores familiares no Valparaíso, devido estes desenvolverem uma atividade que cuja renda obtida dar condições de manter a família, estes ficam alijados deste acesso.

Porem, isso não deveria pois sabe-se que estes trabalhadores, de fato ainda não foram alcançados pelas políticas de fortalecimento a agricultura familiar e precisam de subsídios para manutenção de suas hortas que garante sua sobrevivência.

Para esse fim a história mostra que, sobretudo, os Estados Europeus constituíram frentes rigorosas para retirar a população despossuída de seus antigos lares, esta ação legalizada pelo Estado foi denominada de "*Clearing of Estates*", que se constituía na,

limpeza das propriedades, de fato, varredura dos homens delas. Todos os métodos ingleses até aqui considerados culminaram na «limpeza». [...], de tal modo que o operário agrícola não mais encontre na própria terra por ele cultivada o espaço necessário para o seu próprio alojamento (MARX,1988).

Observa-se que todas estas leis e ações colaboram para o desenvolvimento das estratégias impostas pelo novo sistema que desponta, dispendo da vida dos sujeitos que dependem do trabalho para viver e com estas ações ficam a mercê da especulação e exploração do capital.

Esta expropriação e expulsão de uma parte do povo do campo não deixam apenas estes livres para o capital industrial, juntamente com os operários, os seus meios de vida e o seu material de trabalho; cria o mercado interno, com novas bases.

De fato, os acontecimentos que transformam os pequenos camponeses em operários assalariados e os seus meios de vida e de trabalho em elementos materiais do capital criam ao mesmo tempo para este último o seu mercado interno. Anteriormente, “a família de camponeses produzia e preparava os meios de vida e matérias-primas que, depois, ela própria consumia na maior parte”. (MARX, 1988).

E assim é possível observar o quanto a família em suas bases era importante para o regime anterior (Feudalismo), e como nesta nova ordem que surge o sistema de produção capitalista, suas bases centralizadoras, começam a enfraquecer que será ressaltado como maior clareza, no tópico seguinte uma vez que a temática tratada nesta dissertação considera que o fortalecimento da família configura-se em um diferencial quando abordamos as perspectivas envolvendo a agricultura familiar.

1.3 As mudanças na organização da família: herança do novo sistema

Neste tópico pretende-se focalizar as mudanças organizacionais que desencadeiam um conjunto de problemáticas que incidem sobre a conjuntura da família na sociedade, sendo que estas mudanças tiveram como vetor a nova ordem burguesa que se instaurava e gradativamente e extraindo das mãos dos trabalhadores sua condição natural de sobrevivência, forçando-os a se submeterem as condições impostas pelas fábricas.

O cenário que se desenhava apresentava uma numerosa clientela dispersa, até agora condicionada por um conjunto de pequenos produtores trabalhando por conta própria, concentra-se agora num grande mercado proporcionado pelo capital industrial. Deste modo, de braço dado com a expropriação de camponeses que anteriormente trabalhavam para si próprio e com a separação deles dos seus meios de produção, vai o aniquilamento da indústria rural adjacente, o processo de separação da manufatura e da

agricultura. E só o aniquilamento da indústria caseira rural pode dar ao mercado interno de um país a extensão e a consistência firme de que o modo de produção capitalista precisa.

Estas matérias-primas que eram os meios de vida dos servos tornaram-se agora mercadorias; o grande rendeiro vende-os, eles encontram o seu mercado nas manufaturas. “Fio, tela, tecidos grosseiros de lã — coisas cujas matérias-primas se encontravam ao alcance de toda a família de camponeses e por ela eram fiadas e tecidas para o seu uso próprio — transformam-se agora em artigos de manufatura”, para os quais, precisamente, os distritos rurais formam o mercado de escoamento.

É neste contexto que Yasbek (2001) engrossa o caldo conceitual, quando diz que as sequelas da questão social que permeiam a vida das classes subalternas destituídas de poder, trabalho e informação, se retratam em situações de pobreza, exclusão social e subalternidade, estes que se tornam indicadores da desigualdade produzida e reproduzida na sociedade capitalista.

Então se percebe um enfraquecimento direto da família que agora precisa buscar outras formas de assegurar sua sobrevivência. E com o amadurecimento da sociedade capitalista. Esta conjuntura vai se agudizando ainda mais, levando trabalhadores homens e mulheres a deixarem-se subjugar pelo sistema capitalista, que para garantir sua sobrevivência mantém apropriando-se da força de trabalho humano explorando-a até sua exaustão. Pois segundo Engels (1891, 58),

Um trabalho tão variado já não podia ser realizado por um só indivíduo e se produziu a segunda grande divisão social do trabalho: o artesanato se separou da agricultura. O constante crescimento da produção, e com ela da produtividade do trabalho, aumentou o valor da força de trabalho do homem; a escravidão, ainda em estado nascente e esporádico na fase anterior, converteu-se em elemento básico do sistema social.

Para a autora, a "subalternidade assim como a exclusão, se expressam em amplo e diverso conjunto de perspectivas, características, ações e interesses, pluralidade que configura um amplo leque de desigualdades, injustiças e opressões" (YASBEK, 2001: 34). Portanto manter resistência a este sistema que se produz e reproduz pela exploração não se constitui em uma tarefa simples, é o que podemos destacar quando observamos os trabalhadores rurais.

A família é uma concepção construída pelo processo histórico, incorporam determinações econômicas, políticas e sociais e para discutirmos esta questão é preciso incluir conceitos que fazem parte do contexto familiar como o casamento, amor, sexualidade, relações de gênero e etária, papéis sociais, relações jurídicas e religiosas entre outros.

Estas mudanças influenciam diretamente na nova ordem, pois a família que antes tinha em suas mãos condições para seu fortalecimento agora se encontrava completamente desprotegida, pois sua unidade estava ameaçada por um sistema que incentivava o individualismo, e não oferecia nenhuma proteção à população da qual ele usurpava suas formas de sobrevivências.

Quanto a isto Engels (1891) afirmava que a família, perde sua centralidade, no momento em que gradativamente a economia não depende mais do trabalho do servo e sua família que em meio a uma organização que conta com a força de trabalho de todos seus membros adequados em uma divisão, sendo que,

Cada um é proprietário dos instrumentos que elabora e usa: o homem possui as armas e os petrechos de caça e pesca, a mulher é dona dos utensílios caseiros. A economia doméstica é comunista, abrangendo várias e amiúde numerosas famílias. O resto é feito e utilizado em comum, é de propriedade comum: a casa, as canoas, as hortas. É aqui e somente aqui que nós vamos encontrar "a propriedade fruto do trabalho pessoal", que os juristas e economistas atribuem à sociedade civilizada e que é o último subterfúgio jurídico em que se apoia, hoje, a propriedade capitalista.

Nesta estrutura de família atual existe uma diferente divisão dos papéis masculinos e femininos, essa divisão ocorre no sentido da autoridade e do modo de pensar do homem e da mulher em relação a casa e a família. O homem aparece como chefe de família, com a autoridade moral, é considerado o "elo" da família com o mundo.

Enquanto a mulher tem o papel de mantenedora da unidade familiar, aquela que cuida de todos, por mais que esta visão tradicional e conservadora estejam se alterando através de muitas lutas, ainda nos dias de hoje as pessoas que saem deste padrão estabelecido como hegemônico se tornam excluídas da sociedade, a sociedade que estabelece esta ideologia dominante dos papéis sociais. No entanto observa-se que com estas mudanças a mulher começa a desenvolver atividades que antes era exclusiva dos homens, nas sociedades patriarcais, e ironicamente a mulher sai do isolamento doméstico devido às necessidades do capital.

Sendo que isto não configura-se uma vantagem, uma vez que capitalista via o trabalho da mulher como um ganho, devido a forma de apropriação desta força de trabalho. Condicionando a mulher a salários inferiores, às vezes a condições abusivas que reiterava o preconceito e a discriminação, como nos fala Leal (2010, p. 8),

O reconhecimento das dicotomias que marcam a realidade de homens e mulheres, como construto social tem contribuído para que, em diversos momentos, a mulher lute por seu reconhecimento social e sua cidadania. No fluxo dessas movimentações aparecem as ações em defesa do meio ambiente por parte do movimento feminista que luta pelo desenvolvimento mais equilibrado que garanta pela sustentabilidade socioambiental.

Isto é observando, sobretudo, no Brasil, onde o Estado negligenciou a condição do homem do campo propondo um desenvolvimento dos centros urbanos que não ocorreu, e desta forma as famílias destituídas de condições de sobrevivências ampliam os índices que indicam o constante crescimento da pobreza, tanto âmbito rural quanto nas cidades, que também não possuem estrutura para acolher uma massa empobrecida que se aglutinavam de forma precarizada nas periferias das cidades industrializadas.

Observando o contexto nota-se que o desenvolvimento econômico contribui expressivamente com a precarização do trabalho, das relações sociais, pois não consegue atingir a todos, não consegue dar espaço no mercado de trabalho para todas as pessoas, lançando a grande competição, no qual, só consegue adentrar esse mercado a pessoa mais capacitada intelectualmente.

Assim, surgem os subempregos, os serviços autônomos, em que cada um se esforça para garantir uma renda mensal um dinheiro no mês e suprir suas necessidades básicas. O que leva o ser humano a uma realidade degradante, onde ele não se submete a exploração e o desmando para garantir sua sobrevivência e de seus familiares.

1.4 SOBREVIVÊNCIA VERSUS SUSTENTABILIDADE

Estas mudanças ocorridas na utilização dos instrumentos produzem, portanto, uma nova classe de pequenos rurais que prosseguem o amanho do solo como ramos adjacentes e o trabalho industrial para venda do produto à manufatura — diretamente, ou por intermédio do comerciante. Nesta conjuntura constata-se que no último terço do século XV em diante, ele encontra continuamente queixas — só interrompidas em certos

intervalos, sobre a crescente economia capitalista no campo e o progressivo aniquilamento do campesinato.

Nas apreciações de Eric Hobsbawn (2005), tratando sobre o capitalismo, ele retrata que no início do século XIV várias regiões europeias já estavam prenunciando o desenvolvimento capitalista. Entre estas, Toscana e Flandres no século XIV e a Alemanha do início do século XVI tinham um clima de revolução “burguesa” e “industrial”.

Essa transição para o capitalismo também não foi homogênea e rápida, pois o sancionamento jurídico do poder estatal burguês trilhou caminhos diferenciados nos diversos planos regionais em que se apresentou.

Historicamente, a passagem do trabalho individual ao coletivo, não de forma eventual, mas abrangente e sistemática, ocorre na época moderna com a ascensão do capitalismo. Nesse sistema, ele não permanece privado, individual e isolado porque se torna subordinado a um processo autossustentado de reprodução e que é, ao mesmo tempo, uma potência alienante. Dizendo de outro modo,

A coletivização do trabalho ocorre quando o processo de produção passa a se subordinar a um processo de valorização. Quanto isto acontece, o trabalho produz não apenas um produto que tem “valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia” (Marx, 1988, p. 155).

Na origem do novo modo de produção, no entanto, o agente de sua constituição histórica, o capitalista, apenas podia contratar a força de trabalho existente, tal como esta havia se desenvolvido anteriormente. Aqueles que se tornavam inicialmente disponíveis para vender a sua força de trabalho no mercado haviam se instruído como trabalhadores em práticas de trabalho artesanais e campesinas, as quais se caracterizavam por serem processos de trabalho autênticos.

Nas últimas décadas, foram realizados diversos estudos constatando as mudanças na divisão social do trabalho, a passagem da acumulação fordista para a acumulação flexível, a alternativa empresarial da ampliação do modelo de qualidade total na regulação das relações trabalhistas, e analisando as implicações dessa nova realidade na qualidade de vida do trabalhador, na expansão do mercado informal, na precarização do trabalho, no surgimento da modalidade do trabalho provisório, no crescimento do desemprego. Com a piora das condições sociais nos anos 80, surgem análises mais sistemáticas sobre a pobreza é o fenômeno denominado exclusão social.(WANDERLEY, 2000, p.113 e 114)

Nesse primeiro momento, portanto, não poderia haver subsunção real do trabalho ao capital, já que isto só vai ocorrer quando os fins postos pelo trabalhador deixarem de prevalecer na prática de trabalho, no processo de geração do produto.

Sendo assim, inicialmente o processo de produção capitalista transpõe ao trabalhador um meio impar para suprir suas necessidades e escapar do pauperismo que assolava os países industrializados, porém logo o trabalhador desperta para a realidade que o capital lhe apresenta, e busca reverter a situação. Buscando outros meios possíveis a sua sobrevivência.

Assim a natureza revela-se como uma aliada em sua luta, como exploração e estes retornam a uma condição de contato direto com o natural, mas estes não se reconhecem mais nesta relação, e necessitam do aparato do Estado como suporte a sua reação contra o capital.

1.5 CONCEITOS DE AGRICULTURA FAMILIAR: UM NOVO COMEÇO DE UM VELHO CAMINHO

Nesta etapa pretende-se clarificar o significado sócio histórico da agricultura familiar e os impactos sofridos, na busca de afirmação frente ao sistema capitalista. Era este o debate na Europa em meados do século XIX, quando o capitalismo adentra o campo verazmente “transformando os camponeses em famintos”, na concepção de Kautsky (1986).

Este autor que escreveu um dos maiores clássicos sobre a questão agrária na Europa descreve o processo de transição do feudalismo para o capitalismo. Segundo ele, na Idade Média, a família camponesa era independente, produzia seu próprio alimento e os instrumentos de trabalho.

Esta organização constituía uma cooperativa completamente ou quase totalmente autossuficiente que não só produzia seus próprios produtos de consumo pessoal; construía também a própria casa; fabricava os próprios móveis e utensílios domésticos, inclusive a maioria das ferramentas toscas de que necessitava; curtia o couro, preparava o linho e a lã, fazia as próprias roupas (KAUTSKY, 1986, p. 17).

O pensamento colocado por Kautsky (1986), serve no decorrer da pesquisa como uma fundamentação essencial que deu suporte as hipóteses levantadas pela pesquisadora que vê que na passagem do sistema feudal para o mercantilismo e conseqüentemente o capitalista um rompimento que irá afetar de forma considerável o eixo familiar,

provocando diversas condições que hoje ocasionam a vulnerabilidade ² social decorrente da pobreza generalizada.

Dando continuidade a estas discussões, procuramos observar o pensamento de Engels (p.124) quando este ressalta as “relações entre os poderosos latifundiários e os servos camponeses dependentes”, em sua análise ele chama atenção que estas relações que tinham sido para os romanos a forma da decadência irremediável do mundo antigo, seria para nova geração, “o ponto de partida para um novo desenvolvimento”.

Nestas considerações sobre este processo pode-se notar os caminhos, percorridos na desenvoltura das relações que permeiam agricultura familiar, suas mudanças e relação com capitalismo, esta sempre esteve no centro das preocupações, evidenciado o abismo colocado pelo capitalismo, para o desenvolvimento de atividade que religue o homem a natureza.

Assim, o desenrolar das manifestações da primeira divisão social do trabalho, que destacou as tribos pastoras em relação ao restante dos bárbaros que cultivavam a horticultura, observa-se então, um posterior desenvolvimento de outros ramos da produção, sobretudo após “o descobrimento do tear, da fundição de minerais e o trabalho com metais fundidos, tornando a força de trabalho do homem capaz de produzir mais que o necessário para sua manutenção” (ENGELS, 1891,47).

Nota-se que com a segunda divisão do trabalho, consolida-se a divisão do trabalho, ampliando o contraste entre cidade e campo, incrementando a produção de objetos fabricados para a troca e transformando o produto do trabalho em mercadoria.

Assim, se produz uma terceira divisão social do trabalho, que cria uma classe de homens que não se ocupam da produção e sim, exclusivamente da troca: os comerciantes. Mas mesmo com estas expressivas mudanças à agricultura continuavam a ser a base central de desenvolvimento.

Tendo em vista que as cidades não mais absorvem toda massa que abandona o campo e que o sistema de grandes propriedades rurais não gera empregos suficientes para absorver a mão-de-obra rural, é importante o incentivo a agricultura familiar. Esse incentivo não deve vir apenas do governo, mas sim de todos, desde

² Oliveira (1995, p.09) aponta que “os grupos sociais vulneráveis poderiam ser definidos como aqueles conjuntos ou subconjuntos da população brasileira situados na linha de pobreza”.

os agentes bancários através de empréstimos com taxas menores até o mercado consumidor (ABRAMOVAY, 1999).

Quanto ao conceito de agricultura familiar apresenta diferentes significações, sendo confundida em períodos anteriores com outros termos como agricultura de pequena produção, agricultura de subsistência, agricultura de pequeno porte, produção de baixa renda, entre outros (ABRAMOVAY; NEVES, 2007).

No dizer de Abramovay, a associação da categoria com baixa produção possibilitava ter uma visão da agricultura familiar enquanto algo sem relevância no cenário econômico e com relevância somente no aspecto social. No entanto, analisando a importância da categoria nos países capitalistas centrais fica visível o papel da produção familiar como base da potência agrícola.

[...] que todos os países desenvolvidos têm na agricultura familiar um sustentáculo do seu dinamismo econômico e de uma saudável distribuição da riqueza nacional. Todos eles, em algum momento da história, promoveram a reforma agrária e a valorização da agricultura familiar. Para se ter uma idéia, a ocupação histórica do território dos Estados Unidos foi na unidade entre gestão e trabalho e a agricultura foi inteiramente baseada na estrutura familiar (TOSCANO, 2003).

Neste ponto é possível perceber que na atualidade a agricultura apresenta um novo viés, que de certa forma se contrapõe ao processo histórico que a deixou, a margem do desenvolvimento, no sentido que quando se erguia a industrialização, os campos não apresentavam nem um atrativo, primeiro por que não havia incentivos do Estado para aquecê-la e segundo por que as cidades apresentavam um atrativo que envolvia propriedade e riquezas. E hoje vivemos um regresso.

Para discutirmos este retorno a uma relação direta com a natureza, por meio do trabalho caracterizado pelo campesinato, vamos considerar as condições e as mudanças que levam a um novo olhar na direção das atividades relacionadas a agricultura no Brasil.

Na década de 1970 devido a grande pobreza que existia na meio rural a migração para o meio urbano era uma forma de diminuir a pobreza, mesmo que não mudasse em muito a situação da distribuição da renda. A partir da década de 1980, muda-se a perspectiva quando se esgotam "os mecanismos de crescimento rápido e 'bloqueia-se' a mobilidade que assegurava a incorporação de massas crescentes de trabalhadores", segundo Pacheco citado por Abramovay (1999, p.7).

Nesse contexto observa-se que a população rural deixa de migrar para cidade e tenta se manter no campo. Porém, essa população não consegue emprego na agricultura do tipo patronal, pois essa absorve muito pouco da mão-de-obra existente. Nessa direção, a agricultura familiar torna-se importante como fator de geração de renda e empregos para os pequenos agricultores que não possuem muitas oportunidades. Para Silva citado por Souza (2005) “a criação de empregos em atividades não agrícolas é a única forma de reter a população mais pobre no meio rural e elevar seu nível renda”.

Uma revisão das principais contribuições teóricas do pensamento social que têm sido influentes no período recente para abordar os temas relacionados às sociedades rurais e à agricultura certamente apontaria o marxismo como uma das vertentes analíticas que mais se dedicou a esses objetos. O predomínio do instrumental analítico marxista é ainda mais significativo em relação às análises mais específicas sobre a agricultura familiar e as formas sociais de trabalho vigentes no mundo rural.

Entre as hipóteses que justificam essa hegemonia pode-se apontar, provavelmente, o próprio referencial epistemológico com o qual opera a teoria social crítica, situado no campo dos aportes holísticos e nomológicos, que privilegiam o estudo das relações sociais e econômicas, a ação social e/ou os comportamentos e as representações dos indivíduos.

Já com relação a outros temas, como é o caso dos processos de difusão e adoção do progresso tecnológico pelos agricultores, a contribuição da Sociologia Rural de orientação funcionalista, certamente registra maior acúmulo de trabalhos.

No entanto, as opções teóricas e metodológicas não devem ser feitas de acordo com a variação dos temas a serem estudados mas, ao contrário, orientadas pelas convicções epistemológicas e científicas do investigador. Dessa maneira, o campesinato seria uma forma não capitalista de produção, baseado em outra lógica na qual se trabalha não para acumular riquezas, mas sim para atender às necessidades básicas da família.

A maior dificuldade dos autores que defendiam esta corrente era convencer a sociedade que em um mundo cada vez mais pautado no individualismo, valores como os presentes na cultura camponesa pudessem resistir. Na segunda metade do século XX, com as transformações na agricultura brasileira, os mesmos debates passaram a ser feitos no Brasil.

Discute-se o futuro da agricultura camponesa, fala-se no seu inevitável fim, no entanto, na Europa há séculos atrás se falava na extinção do campesinato e hoje décadas depois este segmento resiste, com dificuldades, porém continua lutando pelo direito de permanecer na terra. CARVALHO (2005).

A propriedade da terra apresenta-se como outro aspecto significativo de análise dentro da categoria. Diferente do que ocorre na propriedade capitalista, a característica da propriedade familiar é o de servir como instrumento de trabalho ao proprietário/trabalhador. Assim, a propriedade familiar não explora trabalho alheio (OLIVEIRA, 1996).

Por outro lado, a jornada de trabalho não está centrada na rigidez da produção capitalista, sendo o ritmo conforme a época do ano e os produtos cultivados. A jornada de trabalho ainda tem a preocupação de resguardar a biodiversidade da área onde ocorrem as atividades produtivas, sendo comum evitar o empobrecimento do solo e de demais recursos naturais.

Conforme o relato de Fraxe et al (2007) a agricultura familiar nas comunidades delimitadas sobressai pelas práticas de sociabilidade e utiliza técnicas tradicionais que são transmitidas a cada nova geração. Além disso, não se pode esquecer que o trabalho do homem amazônico está intimamente aliado à apropriação dos recursos naturais presentes na região.

Ressalta-se ainda que o uso dos recursos ocorre de forma harmoniosa, pois as populações têm o entendimento que os espaços naturais são de uso comum e, portanto, devem ser conservados para o bem da coletividade. De acordo com Noda et al. (2001) “o produtor familiar tem o hábito de valorizar os recursos naturais existentes, respeitando seus limites de reprodutividade e exploração haja vista ele deter poucos insumos externos”

CAPITULO II - AVANÇOS E DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E O SURGIMENTO DO PRONAF

2.1 AVANÇOS E DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A incursão realizada no transcorrer da pesquisa bibliográfica permite registrar neste segundo capítulo as memórias sobre das primeiras formas do que se convencionou chamar de agricultura familiar. Os primeiros indícios da forma organizada de agricultura familiar no Brasil datam do Período Colonial, no século XVI, no Nordeste brasileiro.

Quanto a este momento histórico, a colonização brasileira finalizou-se na segunda metade do século XIX, quando as políticas migratórias e a abolição da escravatura começaram a fazer parte do cenário político, aliado a isso, o clima de instabilidade socioeconômico que caracterizou essa fase da história política nacional fez desencadear outros modelos.

As condições que o Brasil despontou para seu desenvolvimento evidencia a subalternidade imposta pelos colonizadores que viam no solo brasileiro apenas meio para alavancar riquezas à coroa portuguesa, entretanto observa-se que a história ainda se repete.

Neste processo de exploração o desenvolvimento agrícola se caracterizava pela necessidade de subsistência dos grupos que permaneceram na colônia, que a partir do trabalho indígena nesta cultura, foram inserido a que era característica na Europa, ou em países que forneciam matéria prima a esta.

É importante salientar que a agricultura camponesa surge coberta de grande precariedade, tanto no plano econômico, político, judiciário e social, contribuindo para o seu controle dos meios de trabalho e de produção, ao referir-se à problemática no Brasil. Segundo LAMACHE, (1993 p. 180):

Pode-se afirmar desde então, de maneira geral, que a agricultura camponesa nasceu no Brasil sob o signo da precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de produção e especialmente, da terra; caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção; pobreza da população engajada nestas atividades, como demonstra a grande mobilidade espacial e a dependência ante a grande propriedade.

Quando tratamos destes fatores torna-se importante compreender a dinâmica histórica que permeia o cotidiano desses sujeitos e os impactos causados pela invasão

destas mudanças, principalmente sobre a cultura indígena. Neste processo pode-se elencar a colonização verificada no Brasil, onde se reforça a dominação e a espoliação que tende estabelecer as condicionantes sobre as relações sociais.

A história nos mostra que a agricultura sempre foi relegada a periferia, uma necessidade humana, onde os seres humanos que a realizam não são valorizados, criando assim um quadro de condições contraditórias que requerem a ação do Estado, uma das primeiras ações concretas da qual podemos falar teve por base um sistema criado em Portugal no século XIV, que visava garantir a permanência do camponês no campo para garantir o abastecimento das cidades este sistema foi uma das medidas tomadas por D. Fernando em 1375, na ocasião Reis de Portugal.

Esta crise foi de ordem econômica, política e social, envolvendo, sobretudo França e Portugal, e aqui nota-se a importância da agricultura para o desenvolvimento das cidades, pois no momento em que a população urbana crescia na Europa do século XIV, não crescia no mesmo ritmo o trabalho agrícola provocando uma escassez de alimentos, isto consequentemente descontentamento dos camponeses que lutavam por melhores condições de vida, além do mais não houve melhoras nas técnicas o que não favorecia o aumento do abastecimento das cidades, levando a Europa a uma condição de penúria,

Este sistema estendeu-se no Brasil, devidos as Capitânicas Hereditárias, onde se estabelece a denominada, Lei de Sesmarias com objetivo de combater garantir o abastecimento a colônia e a posse do território, sendo que sua principal, porém não única intenção, era solucionar o problema de abastecimento. Muitas pessoas detentoras de terras não as utilizavam, e aí que a lei incidia, pois pretendia obrigar o cultivo nessas áreas condicionando a propriedade ao cultivo efetivo da mesma.

Desta forma esta estratégia trazida para as colônias, incluindo o Brasil inicialmente daria alguns resultados positivos, entretanto, não resolve os problemas em relação ao abastecimento e desenvolvimento da colônia, tornando-se muito breve um problema a ser resolvido, pois não havia critérios, para garantir posse de terra, assim qualquer pessoa que tivesse alguma cultura agrícola poderia se apossar das terras, sendo nobre ou não. O que se nota é que não havia preocupação de fato em estabelecer incentivos para o desenvolvimento das famílias que sobreviviam da agricultura.

Quando tratamos do processo histórico brasileiro avalia-se que o modelo extrativista que hoje se engendra no Brasil, teve sua origem no período denominado de colonial. Este processo de ocupação e apropriação da riqueza aqui existente, plasmou entre a população rural um modelo sociocultural de adaptação ao meio que, não respeitava suas diferenças

regionais. E isso pode ser detectado ao longo do tempo, sendo caracterizada por manter as comunidades humanas em regiões isoladas do país. Sem dar condições de desenvolvimento social atrelado ao econômico.

Esse modelo sociocultural de ocupação do espaço e de utilização dos recursos naturais deve a maior parte de suas características às influências das populações indígenas e ao caráter cíclico e irregular do avanço da sociedade nacional sobre o interior do país. (RIBEIRO, 1987: 108)

Para agravar ainda mais a situação, entre as causas dos problemas agrários havia a demora nas demandas jurídicas que prejudicavam o pequeno lavrador, a falta de uma técnica mais aprimorada no trato da terra, a existência de pastos comuns tudo isto inibia o lavrador de investir na propriedade e aumentar a produção devido à existência de mais de um dono.

O que se percebe neste ponto e que não há uma preocupação de fato com as condições que se desenvolve a agricultura principalmente, quando se trata dos camponeses, que tinham na terra seu único meio de sobrevivência, o que acentuava ainda mais a revolta destes sujeitos levados muitas vezes a ações conflituosas.

As primeiras tentativas de mudança na questão da terra só vieram à tona em 1850, com a chamada Lei de Terras (Silva, 2008). Tal iniciativa foi motivada pela crise da escravidão patrocinada de fora para dentro, dada a pressão exercida pela Inglaterra sobre o tráfico negreiro, não derivando a questão agrária, assim, de uma luta interna relacionada ao acesso à terra e à propriedade.

Estas manifestações a nível internacional colocam em cheque o sistema escravocrata e provoca uma crise do mercado internacional que ainda se utilizavam a força de trabalho escrava, uma vez que vislumbravam-se a superação dessa forma de organização da produção. Então o governo brasileiro começa promover as primeiras alterações na legislação fundiária, lembrando que ainda vigoravam as ordenações filipinas e o regime de sesmarias herdado de Portugal. A lei de 1850 representou a introdução do sistema de propriedade privada das terras, estabelecendo, desde então, um mercado de terras.

As terras que não se reduziam à condição de propriedade de algum ocupante foram declaradas devolutas, pertencentes ao Estado brasileiro, que fora, evidentemente, conivente com fraudes, títulos e documentos falsificados e alterações topográficas, de

modo que a lei pouco alterou a conformação fundiária nacional e muito menos a correlação de forças políticas no seio do Império.

Assim, em meados do século XIX o Brasil teve um primeiro momento propício para a realização da reforma agrária, mas é claro que isso não interessava às elites brasileiras e, muito pelo contrário, elas queriam ter trabalhadores sem-terra para trabalharem nas lavouras de café. Então o que se observa é que a lei afirma uma ação, mas o Estado ainda reafirma as condições arcaicas em relação aos problemas no campo que requer mudanças urgentes.

Dessa maneira, é em meados do século XIX que se gerou a questão agrária brasileira, pois, segundo Martins (1997, p. 12), [...] surge a questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra.

Assim, ela se torna instrumento da criação artificial de um exército de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e a acumulação. A questão agrária foi surgindo, foi ganhando visibilidade, à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra.

Este fato se concretizava devido não haver investimentos por parte do governo brasileiro no campo. O que gera o pauperismo, nestes espaços forçado estes trabalhadores virem a cidade que não apresenta as condições necessárias para atender este fluxo demográfico, que se intensifica, com fenômeno que irá se evidenciar neste processo gerado pela eminente contradições existentes entre o capital e o trabalho que Netto (2005 p.153) se refere como sendo “expressão da “questão social” que segundo este autor tem “história recente [...] a expressão surge para dar conta do fenômeno do pauperismo[...] a pauperização massiva da população trabalhadora”.

Assim, a Lei de terras, foi artifício fundamental para as elites da época manter inalterada a estrutura agrária e resolver o problema da mão-de-obra para o café. O que Segundo Martins (1997, pp. 17-18) tinha como objetivo,

criar “por meios falsos” uma massa real e verdadeira de “despossuídos” [...], que não tivesse nenhuma alternativa senão trabalhar para os grandes proprietários de terra. A Lei de Terras foi um artifício para criar um problema e, ao mesmo tempo, uma solução social em benefício exclusivo dos que tinham e têm terra e poder.

Por certo, alguma mobilidade social se verificou naquele contexto, uma vez que alguns colonos, principalmente aqueles com maiores famílias, e que contaram com um momento favorável dos preços do café ou contratos mais favoráveis, conseguiram superar a condição de assalariamento e se tornaram proprietários de pequenas glebas situadas nas franjas das maiores unidades produtoras, fenômeno que se verificou de forma mais intensa no estado de São Paulo.

Porém, mesmo nessa experiência, a centralidade do latifúndio mostrava-se irrefutável, apesar da expansão de uma agricultura de alimentos e da diversificação crescente da produção voltada para o mercado interno.

Neste percurso ainda era possível observar uma característica presente na agricultura brasileira, marcada por um cultivo agroexportador, em detrimento da economia local. Entenda-se que não estamos aqui negando a existência de pequenos produtores no Brasil, apenas assinalando que ocupavam posição subsidiária do ponto de vista da inserção internacional, da acumulação de capitais e das políticas governamentais, que, neste modelo, sempre privilegiaram as grandes unidades produtoras (GUIMARÃES, 1968).

Assim, o objetivo dessa legislação era bloquear o acesso à terra por parte da população supostamente livre, antecipando o que poderia ser uma ameaça ao poder de parcela da elite nacional, qual seja, a quebra do monopólio da terra. Evitando assim constituição de uma ordem social competitiva e bloqueia-se violentamente o processo de mobilidade social, como que congelando o tempo histórico e político, e, nesse bojo que a questão agrária torna-se mais evidente.

Quanto à posse e propriedade da terra, até a independência do Brasil o sistema de sesmarias era a única forma de acesso à terra. Após 1822, a ocupação de novas terras e o seu registro junto às paróquias permitia a sua apropriação, mas este sistema foi proibido com a lei de terras de 1850, mesmo ano em que houve a proibição do tráfico negreiro.

Por esta lei, toda terra não ocupada até o momento foi declarada pública e o acesso à terra passou a ser condicionado à compra. Isso impediu que os escravos libertos em 1888 e os imigrantes que chegavam para substituí-los tivessem acesso a terra. A apropriação fraudulenta das terras após 1850, com falsificação de títulos, deu origem às terras devolutas, um dos agravantes da situação fundiária atual.

Diante de uma natureza desconhecida os portugueses, e a população brasileira que se constituiu ao longo do empreendimento colonial, adotaram as técnicas adaptativas indígenas. Delas incorporaram sua base alimentar constituída pelo plantio de milho, mandioca, abóbora, feijões, amendoim, batata-doce, cará, etc.

Isto implicou na incorporação da extraordinária capacidade de ajustamento ao meio demonstrada pelos índios: conhecimento minucioso dos hábitos dos animais e técnicas precisas de captura e morte, incluindo inúmeros tipos de armadilhas. A influência indígena também se manifestou nas formas de organização para o trabalho e nas formas de sociabilidade.

Estes elementos são totalmente contraditórios a dinâmica atual, que coloca o sistema de produção e o trabalho formal como sendo por excelência a forma mais adequada do cidadão garantir a sua subsistência e de seu núcleo familiar.

2.2 AS NOVAS PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE

Com a crise de 1929 a agricultura brasileira que era baseada, principalmente, na monocultura do café, se diversifica, sendo que outras culturas, como o algodão, o feijão, o arroz, etc. aumentaram sua importância econômica e a área cultivada. Nesse sentido, segundo Sorj (1986, pp.15-16),

[...] a produção agropecuária continua expandir-se, embora a um ritmo menor que a industrial, porém suficiente tanto para suprir as necessidades do crescente mercado interno como para sustentar as importações de insumos e maquinarias necessárias ao processo de industrialização por substituição de importações [...]. Este desenvolvimento por sua vez se deu sem modificações básicas da estrutura fundiária ou nas relações de produção.

A expressão Revolução Verde foi criada em 1966, em uma conferência em Washington. Porém, o processo de modernização agrícola que desencadeou a Revolução Verde ocorreu no final da década de 1940.

Esse programa surgiu com o propósito de aumentar a produção agrícola através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo e utilização de máquinas no campo visando o aumento da produtividade. Isso se daria através do desenvolvimento de sementes adequadas para tipos específicos de solos e climas, adaptação do solo para o plantio e desenvolvimento de máquinas.

Para tal o grupo Rockefeller, sediado em Nova Iorque, a partir dos seus dirigentes, utilizando um discurso ideológico para aumentar a produção de alimentos objetivando acabar com a fome no mundo, este mesmo grupo expandiu seu mercado consumidor,

fortalecendo a corporação com vendas de verdadeiros pacotes de insumos agrícolas, principalmente para países em desenvolvimento como Índia, México e Brasil.

De fato, houve um aumento considerável na produção de alimentos. No entanto, o problema da fome no mundo não foi solucionado, pois a produção dos alimentos nos países em desenvolvimento é destinada, principalmente, a países ricos industrializados, como Estados Unidos, Japão e Países da União Europeia.

O processo de modernização no campo alterou a estrutura agrária. Pequenos produtores que não conseguiram se adaptar às novas técnicas de produção, não atingiram produtividade suficiente para se manter na atividade, conseqüentemente, muitos se endividaram devido a empréstimos bancários solicitados para a mecanização das atividades agrícolas, tendo como única forma de pagamento da dívida a venda da propriedade para outros produtores.

A denominada “Revolução Verde” proporcionou tecnologias que atingem maior eficiência na produção agrícola, entretanto, vários problemas sociais não foram solucionados, como é o caso da fome mundial, além da expulsão do pequeno produtor de sua propriedade.

Estas vicissitudes enfraquecem ainda mais a força de trabalho no campo que se vê forçada a sucumbir ao sistema excludente e irascível que a deixa em condições de se erguer, e terminam deslocando-se dos centros rurais para as cidades em busca de garantir sua sobrevivência, o que é reafirmando quando se analisa as condições do agricultor familiar do bairro Valparaíso e compara-se com este processo histórico.

No tocante ao financiamento, a securitização das dívidas rurais foi a solução encontrada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) para sanar o problema do endividamento dos produtores no começo da década de 90, do século XX. Silva et al. (2006) afirmam que o governo propôs a renegociação para restaurar a liquidez do setor, pois considerava a agricultura essencial para a estabilidade e o crescimento econômicos. Além disso, a alta taxa de inadimplência provocava, nos bancos, maior restrição a novos empréstimos para os produtores.

Os planos econômicos que foram implantados durante as décadas de 80, do século XX e 1.990 impactaram as dívidas dos produtores rurais e foi até necessário criar uma CPMI, chamada de Comissão Parlamentar Mista de Investigação das Causas do Endividamento Agrícola, em maio de 1993, para identificar os problemas do endividamento e para entender melhor como eles tinham chegado àquele montante.

Nesse período, o Brasil passou por diversas mudanças econômicas. A reforma agrária hoje possui uma grande importância, principalmente no âmbito social, sendo unânime entre os estudiosos favoráveis à mesma a sua importância como uma política de distribuição de renda e de inclusão social para quem trabalham nesse setor, “desafogando” pequenos arrendatários, parceiros, meeiros, e minifundiários e proporcionando a oportunidade de uma grande parte de pessoas que estão nas periferias das grandes cidades e excluídos do mercado de trabalho.

Essas pessoas que foram expulsas do espaço rural nas décadas de 1960/1970, migraram e afora as cidades, em decorrência da cruel modernização conservadora e da industrialização do país e agora, voltaram para o campo, sem condições para produzir de maneira viável, e assim, resgatar sua dignidade.

Quando aborda essa questão, Martins (2000, p. 37), [...] os fatos demonstram, no período recente, que a disseminação da agricultura familiar, com base nos assentamentos da reforma agrária, para não poucas famílias, multiplica a renda, melhora a qualidade de vida e suprime fatores desagregação familiar. [...]

Para Santiago e Silva (1999), as dificuldades enfrentadas pelos agricultores eram devidas ao aumento do endividamento do setor rural, que foi consequência de dois fatores: a perda generalizada das rendas dos agricultores e a queda dos preços dos produtos na comercialização da safra 1994/1995.

A agricultura mundial passou, a partir da segunda guerra mundial, por uma série de transformações decorrentes do processo de modernização, conhecida como Revolução Verde. A modernização consistiu na utilização de máquinas, insumos e técnicas produtivas que permitiram aumentar a produtividade do trabalho e da terra. A Revolução Verde permitiu um pequeno aumento da oferta per capita mundial de alimentos. Esse aumento ocorreu ao mesmo tempo em que a população mundial crescia, a população rural decrescia e a área agrícola se reduzia (1,91% entre 1975 e 2005)

A revolução verde, modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura, hoje é um fato corrente no campo e está presente na vida de muitos produtores em diversas áreas do mundo; todavia, para se chegar ao atual estágio, foi exigida toda uma gama de fatores que marcaram a sociedade no instante de seu surgimento.

Para tanto, faz-se necessário compreender o contexto vivenciado, e, a partir disso, desvendar os reais objetivos do processo de modernização da agricultura. É neste imbricado cenário geopolítico que a idéia para implantação da Revolução Verde vai ter

argumentação política, social e econômica. Um forte argumento é o de exterminar a fome no mundo, bem ilustrado por Rosa:

O problema da fome tornava-se cada vez mais sério em várias partes do mundo, e o governo americano e os grandes capitalistas temiam que se tornasse elemento decisivo nas tensões sociais existentes em muitos países, o que poderia ampliar o número de nações sob o regime comunista, particularmente na Ásia e na América Central, tradicionais zonas de influência norte-americana (1998, p. 19).

O desmatamento de vastas áreas destinadas ao cultivo de monoculturas acarretou a proliferação de pragas que se alimentam desses cultivos, como exemplifica (ROSS, 2001, p. 226) “é o caso da lagarta da soja, o besouro-bicudo do algodão, o cancro-cítrico dos laranjais, das diversas pragas dos cafezais, dos fungos que atacam o trigo e o milho [...]”.

Isso acontece, principalmente, devido à eliminação de predadores naturais dessas pragas. Para combater as que destroem as lavouras de monocultura, os produtores lançaram mão do uso intensivo de agrotóxicos – inseticidas, fungicidas químicos e herbicidas – para eliminação de ervas indesejáveis conhecidas como ervas daninhas que crescem, rapidamente, no meio das plantações. Há de se registrar que, na medida em que se utilizam tais insumos para eliminação das pragas, as mesmas se tornam mais resistentes, demandando cada vez mais o uso de agrotóxicos.

Como pôde ser visto a Revolução Verde causou profundos impactos ao meio ambiente, mas não se pode esquecer de que o homem, apesar de causador desses impactos, também sofre com as consequências de suas ações, tanto como ser biológico, quanto como ser social.

O consumo sistemático de alimentos contaminados por agrotóxicos, ao longo da vida, leva a doenças perigosíssimas, como, por exemplo, o câncer, todavia somente as pesquisas mais recentes atentaram para a estreita relação entre o consumo de tais alimentos e essa doença.

Nos anos 80, do sec XX, a grande preocupação era que a agricultura produzisse alimentos para suprir o setor urbano — em crescimento acelerado — e, assim, viabilizar o desenvolvimento industrial. O Brasil produzia todo o alimento de que necessitava, devido à abundância de terras na fronteira agrícola em expansão. Tendo em vista o aumento das distâncias das áreas produtoras aos centros consumidores, o maior problema eram os transportes.

O crédito rural tem sido considerado um dos principais instrumentos de que dispõe o Estado para incentivar a produção agrícola. O crédito pode ser utilizado para custeio (compra de insumos), investimento (compra de máquinas, bovinos, reflorestamento, etc.) e comercialização (descontos de promissórias, duplicatas rurais e transporte de produtos).

Assim, com institucionalização do crédito rural, desenvolveu-se a agricultura comercial, gerando crescimento do PIB, ingresso de divisas, redução do déficit comercial e abastecimento interno.

Para estimular a produção e a exportação de produtos agrícolas, o Governo viria a substituir o subsídio ao crédito por uma política de preços mínimos. Apesar da restrição creditícia, não há evidência de que o setor agrícola tenha se ressentido da falta de liquidez. Na verdade, o que ocorre é um constante aumento dos custos financeiros da agricultura, através dos sucessivos aumentos da taxa de juros real cobrada do setor agrícola.

Assim, 1981, o Governo introduziu novas mudanças na política agrícola. A principal foi a adoção de limites ao crédito para custeio, que passaram a refletir apenas parte dos custos variáveis; a cobertura do seguro rural foi reduzida para apenas 80% do valor financiado. Houve, também, mudanças das taxas de juros; os créditos para investimento e comercialização passaram a receber as mesmas taxas de juros de mercado, praticada no resto da economia.

Com as restrições da oferta de crédito rural, a política de garantia de preços mínimos (PGPM) tornou-se uma poderosa alavanca para a expansão e o desenvolvimento da agricultura brasileira. Através da garantia de um preço mínimo para o produto, pretende-se proteger o setor agrícola contra as oscilações acentuadas de preços na época de comercialização da safra e, dessa forma, assegurar um nível mínimo de renda para o produtor rural.

A PGPM foi responsável pela elevação da produção de grãos no País, política que se complementa com os Empréstimos do Governo Federal (EGF) e as Aquisições do Governo Federal (AGE).

Os EGF são um contrato para crédito de comercialização dentro do ano--safra, que fornece liquidez ao setor agrícola para o transporte de produtos da safra para entressafra. Através dos EGF, o Governo financia a estocagem no curto prazo, melhorando o poder de barganha do produtor na época da colheita e reduzindo as flutuações estacionais dos preços. Os EGF funcionam de duas formas: a primeira é o EGF-COV (com opção de venda ao Governo Federal) e a segunda é o EGF-SOV (sem opção de venda ao Governo).

É informação demais para o homem do campo que só quer plantar em sua terra colher e garantir o alimento para si e sua família, podemos ver que as estratégias da agricultura familiar, não alcança como deveria as famílias de agricultores, esta falta de linguagem que alcance o seu beneficiário pode ser visto como um impasse na relação entre o Estado e o homem e a mulher do campo.

O Plano Cruzado I, de fevereiro de 1986, provocou efeitos perversos sobre a agricultura, devido ao congelamento de preços e à liberação das importações de alimentos. Mudou-se a moeda de cruzeiro para cruzado, congelaram-se os preços e os salários por um ano e acabou-se com a correção monetária. A inflação caiu de 235,1% ao ano em 1985 para 65% em 1986. No entanto, a retração da oferta e a pressão da demanda provocaram o desabastecimento.

Em novembro de 1986, foi adotado o Plano Cruzado II, que descongelou os preços e elevou os encargos financeiros do crédito rural. O descongelamento provocou a deterioração das finanças públicas, agravando ainda mais a situação econômica do País, aumentando a inflação para 415,8% ao ano. Em 1987, a inflação acumulada provocou aumento das taxas de juros, tornando impossível saldar as dívidas, principalmente de pequenos produtores.

A tendência da atual década é a agricultura brasileira voltar-se para segmentos mais competitivos, tornando-se mais eficiente pela adoção de inovações tecnológicas e de mão-de-obra mais qualificada. Desse modo, ela poderá melhorar o seu desempenho no sentido de abastecer os mercados externos e suprir a demanda interna.

Assim, ela contribuirá com o desenvolvimento econômico em um mercado cada vez mais globalizado. É dentro dessa idéia que o Governo traçou os rumos das políticas agrícolas para a safra 2000/01. No intuito de conter o empobrecimento e para tanto objetiva

A maior jazida de empregos e autoempregos se encontram no campo, num novo ciclo de desenvolvimento rural. O Brasil possui a maior biodiversidade do mundo, uma floresta tropical, que infelizmente o país massacra, mas que ainda se estende por milhões e milhões de hectares na amazônia, reservas de terras agrícolas ainda não exploradas e pastos extensivos que podem ser convertidos em cultivos (SACHS,2009).

Na visão de autor o Brasil desde o início do século XXI, desponta para um momento propício em relação à agricultura, uma vez que este atualmente trata de um dois maiores produtores primários. E traz a discussão de que a reforma agrária não se limita à

distribuição de terra. Os assentados da reforma agrária necessitam não só do acesso a terra, mas também aos conhecimentos. Para ele é “indispensável uma política de apoio à agricultura familiar”. (SACHS, 2009).

Contudo ao revermos a história percebesse que para que haja a mudança no tratamento dado à agricultura e ao tratamento ao homem do campo que sobrevive em constante luta contra aos meios de exploração impostos por uma sociedade excludente e exploradora.

2.3 A RESISTÊNCIA CONTRA A PAUPERIZAÇÃO NO CAMPO

Em meados do século XX, de 1954 a 1964, surgiram organizações de luta no campo com um caráter classista e que lutavam pela Reforma Agrária, como as Ligas Camponesas, formada por trabalhadores rurais da região Nordeste; a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB e o Movimento dos Agricultores Sem Terra - MASTER.

As Ligas Camponesas surgiram em Pernambuco e eram marcadas pela resistência dos camponeses que lutavam para não serem expulsos das terras em que se encontravam. Em 1962, com a realização de vários encontros e congressos os camponeses passaram a defender e lutar conscientemente por uma reforma agrária radical. Assim, conforme Morissawa (2001, p.93),

Os 12 camponeses resistiam na terra e chegavam a realizar ocupações de terras. Eles tinham por lema „Reforma agrária na lei ou na marra”. Com o golpe militar em 64, diversos líderes foram presos, enfraquecendo a organização que ficou sem liderança e se dissipou.

A Ditadura pode ser considerada um entrave na luta por mudanças no meio rural, uma vez que uns dois primeiros feitos destes governos foi desarticular as ligas camponesas. Sendo que seus principais líderes são presos, exilados ou assassinados, o que não, no entanto não impede a manifestação daqueles que não se deixaram calar, e continuavam incentivando as famílias de agricultores a não se deixar vencer pelo regime autoritário.

Com fim da ditadura militar o Brasil começa um período de modernização econômica e leva alguns avanços tecnológicos para o campo desencadeando um processo de reestruturação, que inicialmente causa impactos profundos na produção e na organização da classe trabalhadora rural, implementando medidas como:

Tecnologia avançada, mecanização da agricultura, desflorestamento e poluição de solos e rios devido ao elevado uso de insumos (veneno/agrotóxicos) agrícolas; a expulsão dos pequenos agricultores que não puderam competir com as multinacionais, que passaram a controlar a agricultura e o mercado agrícola, e o êxodo de trabalhadores rurais, causado pela diminuição dos postos de trabalho (MORISSAWA,2001).

O crescente aumento do pauperismo e da exploração da classe trabalhadora, bem como a luta pela sobrevivência fizeram do Movimento dos Sem Terra – MST movimento de caráter popular, que surge como uma alternativa às formas de opressão, agregando não só os povos miseráveis do campo, mas principalmente a “superpopulação relativa”, os desempregados, que sem nenhuma expectativa de emprego e de vida nas cidades se vinculam ao MST para lutarem pela sobrevivência.

Nesse viés, se estrutura o que se pode denominar de modelo agrícola brasileiro, destinado a reproduzir o capital no campo. Na ótica do território camponês, apesar do movimento da expansão do capital no campo e a consequente pressão sob a sua terra, mesmo com a sujeição da renda da terra produzida pelo camponês ao capital, este luta para permanecer na terra na tentativa de sobreviver para além da pressão do capital e da atuação do Estado brasileiro que contribui para a redução das possibilidades de fixação na terra.

E neste sentido que a pesquisa visualiza a agricultura familiar como um campo de tensão, e de resistência por parte dos subalternizados historicamente contra aqueles que dominam o poder vigente que ainda está nas mãos de poucos que ditam as regras a serem seguidas inclusive pelo Estado, que se coloca em se tratando, das lutas no campo, ainda de forma arbitrária e tendenciosa.

Contribuindo assim, para interpretarmos os processos perversos do desenvolvimento capitalista na agricultura que urgentemente necessitam de políticas pensadas em um processo verdadeiramente democrático, na base da sociedade brasileira, possibilitando a resolução de problemas reais enquanto contraditórios, ou seja, que mobilize e incorpore

latifúndios improdutivos, desempregados, marginalizados e excluídos do desenvolvimento atual, para que então tenham escolhas e mais oportunidades.

Esse projeto, porém, somente entrará na agenda política do Estado quando forem desconstruídas as condições ideológicas, políticas e econômicas do ajuste estrangulado. Isto implicaria que o país perseguisse um projeto de desenvolvimento que ousasse capacitar e reinserir o enorme contingente do seu setor de subsistência rural e do trabalho informal urbano que já afeta mais da metade da sua força de trabalho (DELGADO, 2004, p.82).

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) é um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massa, autônomo e de luta permanente, constituído por grupos de famílias camponesas. Seu principal objetivo é a produção de alimentos saudáveis para as próprias famílias e também para todo o povo brasileiro, garantindo assim, a soberania alimentar do país. Além disso, buscava o resgate da identidade e da cultura camponesa, respeitando as diversidades regionais.

A Segurança Alimentar surge nessa conjuntura, na crise do Movimento Sindical brasileiro e da grande Reforma do Estado. Após cumprir importante papel na luta camponesa se viu enredado na burocracia estatal, da crise do modelo de agricultura da revolução verde, que gerou empobrecimento e exclusão no campo.

Após este processo de construção orgânica, de luta, de elaboração e de afirmação camponesa, tem como mensagem política: “Produzir Alimentos Saudáveis, respeitando a Natureza, para alimentar o povo brasileiro e fortalecer o campesinato!” Através desta mensagem o MPA expressa a missão do Campesinato e também a sua própria missão na organização camponesa.

Os passos dados são de extrema importância, mas os desafios são grandes e a luta continua. O MPA segue se articulando e fortalecendo a luta camponesa e a luta de toda a classe trabalhadora rumo a uma sociedade justa e igualitária.

Anualmente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) lança o Plano Safra da Agricultura Familiar. Este plano configura-se como sendo,

O conjunto de políticas públicas qualifica e articula os instrumentos construídos e conquistados pelo setor que produz a maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros. As medidas foram elaboradas com grandes objetivos: aumento de renda, inovação e tecnologia e estímulo à produção de alimentos, com proteção da renda (MDA,2003)

2.4 QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE UM DESAFIO NO CONTEXTO AMAZÔNICO.

O lançamento do Plano a SAFRA 2013/2014 marca os dez anos com avanços significativos nos recursos liberados e nas facilidades de financiamento. É dessa forma que o governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, fortalece a agricultura familiar.

Nesses dez anos, a renda da agricultura familiar cresceu 52%, o que permitiu que mais de 3,7 milhões de pessoas ascendessem para a classe média. O segmento é responsável por 4,3 milhões de unidades produtivas - o que representa 84% dos estabelecimentos rurais do país - 33% do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário e emprega 74% da mão de obra no campo.

Como se observa este setor é estratégico para o País. Assim, um conjunto de políticas públicas para o setor contribui para a estabilidade econômica e social brasileira, que coloca a agricultura familiar como um dos pilares para o projeto nacional de desenvolvimento e define um novo lugar do rural.

E o Estado além de possibilitar assistência técnica e uma política de compras governamentais da produção, o crédito facilitado permite a expansão da capacidade produtiva, a melhoria nas condições de trabalho e a redução da miséria no campo, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). “É por isso que o segmento é responsável pela maior parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros”, avalia o secretário de Agricultura Familiar (SAF/MDA,2003),.

Entretanto hoje o Estado se faz mais presente, através de estratégias que incentivam uma nova roupagem oferecida era ocas agricultores, que o torna criador e participe da construção de políticas voltadas para desenvolvam o campo e fortalecer os pequenos agricultores.

Porém para acessar as linhas de crédito oferecidas pelo Estado a partir dos bancos. Desta forma, o agricultor deve possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que pode ser obtida gratuitamente, e o Cadastro de Pessoa Física (CPF) regularizado. Em seguida, é necessário que o interessado entre em contato com a empresa prestadora de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do estado e solicite a visita de um técnico.

O mesmo vai se reunir com a família e elaborar a proposta simplificada de crédito, que deve ser encaminhada com os outros documentos ao agente financeiro (Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Banco da Amazônia Banco Regional de Brasília e Cooperativas

de Crédito) para realização da contratação. A mesma DAP vale para a mulher, o agricultor e o jovem.

Embora relativamente autônomos esses estes trabalhadores sempre mantiveram certa relação de dependência com os pequenos núcleos urbanos, com os grandes proprietários rurais e as autoridades locais, expressa nas categorias de meeiros, parceiros, posseiros, pequenos proprietários e colonos.

Agricultura familiar não é propriamente um termo novo, mas seu uso recente, com ampla penetração nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, adquire novas significações.

Como a história nos mostra, o homem sempre buscou no campo meios para garantir sua sobrevivência, o que foi impulsionado pela mudança no processo de produção que necessita da força de trabalho alienada as suas condições de existências.

Nas cidades, as periferias agregam os trabalhadores e desempregados estruturais da atual conjuntura histórica, e no campo o agronegócio marcha para concentrar mais terras, expulsar os camponeses e destruir o meio ambiente, e a reprodução do capital na economia brasileira se pauta nessa relação campo-cidade, com o primeiro exercendo um papel fundamental para a reprodução da mão-de-obra a baixo custo, e conseqüentemente o lucro do capital atinge cifras extraordinárias.

Observa-se que no campo e a cidade, o comércio, a indústria, os serviços e a agricultura no Brasil, foram sempre fontes de extração de mais-valia mediadas pelo paternalista Estado brasileiro, sempre dócil aos desígnios das empresas multi-transnacionais e dos países centrais do sistema do capital. A evolução histórica desta particular manifestação local do capitalismo gerou uma das sociedades mais desiguais do planeta e um dos espaços mais segregadores que existe.

As contradições geradas pela reprodução do capital no campo brasileiro mostram que ao mesmo tempo em que o latifúndio e o agronegócio crescem a agricultura camponesa resiste, mesmo que na figura dos sem terra, ou dos que se reproduzem com pouca terra e muitas vezes encontram dificuldade para sustentar a família e sobreviver. Sobre este contexto (CASTEL, 1998).

Perde-se de vista a perspectiva de atuação do Estado enquanto esfera central para a efetivação dos direitos sociais necessários a concretização da plena cidadania e promoção de políticas públicas de caráter universalista. Como se pode perceber, essas novas tendências não incidem somente sobre o debate acerca da categoria

Questão Social propriamente dita, atingindo também outras esferas.

Observa-se no comentário do autor, que no processo que tange a questão não é um problema que será desenvolvido só pelo estado, esta é uma conjuntura que depende de vários atores para ser material.

Por isso, todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo da sua renovação, é, ao mesmo tempo, processo de reprodução. As condições da produção são simultaneamente as da reprodução.

Nenhuma sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem reconverter, de maneira constante, parte de seus produtos em meios de produção ou elementos da produção nova. [...] Se a produção tem a forma capitalista, também a terá a reprodução. No modo capitalista de produção, o processo de trabalho é apenas um meio de criar valor; analogamente, a reprodução é apenas um meio de reproduzir o valor antecipado como capital, isto é, como valor que se expande. (MARX, 2002, p. 661).

Assim para (MARX, 1984, p. 34) Toda a produção capitalista de mercadorias é direcionada para a exploração do trabalho como forma de gerar valor excedente que é apropriado pelo capitalista, seja qual for o ramo produtivo. “O capitalista não produz a mercadoria [...] por seu valor de uso ou para o seu consumo pessoal. O produto que efetivamente interessa para o capitalista é [...] o excedente de valor do produto sobre o valor do capital nele consumido”. (MARX, 1984, p. 33).

Kautsky (1980) ao tecer uma análise da agricultura sob os moldes da produção capitalista coloca que a exploração agrícola moderna é impossível sem capital. “[...] Se examinamos a agricultura moderna, nela observamos dois fatos fundamentais: a propriedade individual da terra e o caráter de mercadoria que apresentam todos os produtos da lavoura” (1980, p. 76).

É preciso pontuar que no contexto da reprodução do capital o trabalho camponês é absorvido pelo sistema do capital, mesmo que a sua forma típica familiar seja diversa da forma típica capitalista, o assalariado. “A tendência do capital é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco, ele o faz” (MARTINS, 1981, p. 160).

Contraditoriamente a terra se coloca como obstáculo para o capital, pois, “[...] sem a licença do proprietário da terra, o capital não poderá subordinar a agricultura” (MARTINS,

1981, p. 160). A terra por não ser produto do trabalho humano (assalariado ou não), não pode ser considerada capital, mas, no entanto ela se transforma em mercadoria (adquire preço – pode ser comprada, vendida ou alugada).

Dessa forma o capital começa a eliminar a contradição da condição de obstáculo que a terra representa e adquirir a “[...] licença para a exploração capitalista da terra [que] depende, pois, de um pagamento ao seu proprietário. Esse pagamento é a renda da terra” (MARTINS, 1981, p. 161).

A forma específica da apropriação capitalista da terra permite que o trabalho camponês seja subordinado ao capital. O trabalho no sistema do capital é a condição da produção do valor e da mais-valia, portanto mesmo as formas produtivas que não possam ser consideradas tipicamente capitalistas são inseridas no circuito da reprodução ampliada do capital. No âmbito desse processo, e das relações possíveis entre o capital, o trabalho e a terra e fundamentais compreender que:

No modo de produção capitalista a terra é mercadoria [...]. Como o capitalismo tende sempre à universalização, ocorre que a Terra, o Globo, se põe, ante o capitalista como mercadoria. No entanto, o objetivo do capitalista só é produzir a mercadoria enquanto meio de realizar o capital. Para chegar a isso precisa transformar a terra em solo e o possuidor independente da terra em assalariado. Então a propriedade privada é a forma geográfica de produção e reprodução do capital. A propriedade privada, porém, é espaço produzido como mercadoria pelo trabalho assalariado. (SILVA, 1991, p. 133).

O capital sujeitou a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, ou seja, depara-se com a conversão da renda da terra em capital. No âmbito da agricultura camponesa o processo de produção do capital nunca é produzido por relações especificamente capitalistas.

No bojo desse processo, entende-se que o desenvolvimento do capitalismo no campo abre espaço para a expansão do trabalho familiar camponês (como camponês proprietário, meeiro, parceiro, rendeiro ou posseiro). Nessa lógica, [...] os próprios capitalistas no campo utilizam tal processo para produzir capital. Desta forma, este processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo no campo gera ao mesmo tempo a expansão do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e o trabalho familiar camponês nas pequenas propriedades e/ou estabelecimentos. (OLIVEIRA, 2002, p. 284).

Enquanto a mais-valia é extraída do trabalhador pelo capital no próprio processo de trabalho, na própria produção a renda fundiária não é. No processo de produção, o

trabalhador produz o seu salário e o capitalista extrai o seu lucro. A conversa com o proprietário da terra vem depois, em separado, não obstante a sua renda também tenha que sair da produção.

Só que nesta a parte da riqueza que excede o necessário ao pagamento do salário do trabalhador é apropriada pelo capitalista, porque ele é o proprietário do capital, e mais ninguém.

Portanto, a renda que toca ao proprietário da terra terá que chegar num segundo momento. [...] Ora, o trabalhador produziu mais-valia, incrementou a riqueza, para o capitalista. Quando este paga a renda ao proprietário, não está produzindo nada; está distribuindo uma parte da mais-valia que extraíra dos seus trabalhadores. “Por isso, a renda capitalista da terra não nasce na produção, mais sim na distribuição da mais valia.” (MARTINS, 1981, p. 162 – 163).

Görgen (2004) conceituou políticas públicas para agricultura familiar como sendo ações e políticas que cobrem a os governos realizar para desenvolver a agricultura camponesa e a produção de alimentos, distribuírem renda, desenvolver o interior do Brasil e construir uma verdadeira democracia econômica e social na nação soberana.

A atividade artesanal passa a representar uma importante fonte de ingresso monetário para um grande número de famílias de agricultores, situação que também ocorre em outros países da América Latina, como é o caso do México, que "devido ao empobrecimento e ao caráter estacionário da produção agrícola, o artesanato aparece como um recurso complementar apropriado, tendo se convertido, em alguns povoados, na principal fonte de rendimentos" (CANCLINI, 1993).

A pequena produção familiar, nesse contexto, inseriu-se de maneira parcial: parte dela foi eliminada e compôs a mão-de-obra urbana e os volantes rurais, e outra parte passou por uma modernização intermediária. Exatamente por isso, vive uma condição de insuficiência econômica, estando quase sempre no limite da sobrevivência. O restrito poder de barganha da agricultura familiar no contexto político mais amplo não permitiu até hoje uma ruptura na direção de sua autonomia.

O surgimento, em 1995, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF marca, indiscutivelmente, um divisor de águas no processo de intervenção estatal na agricultura e no mundo rural brasileiro.

Tal assertiva prende-se muito mais ao caráter desta mudança e dos objetivos implicados, do que propriamente no volume de recursos efetivamente disponibilizados para apoiar este setor, haja vista o fato da agricultura patronal concentrar nada menos que 76% do crédito atualmente disponibilizado para financiar a agricultura nacional.

Cumprido destacar que as opiniões se dividem em torno aos avanços obtidos pelo PRONAF em seu curto período de existência. De um lado, há os que apostam na idéia de que o mesmo “está conseguindo produzir o ambiente institucional necessário à ampliação da base social da política nacional de crédito e de desenvolvimento rurais” (ABRAMOVAY e VEIGA, 1999, p. 45-46)

Contudo, esta estratégia apresenta um caráter contraditório, pois, tratasse de uma política que aposta no desenvolvimento local e em potencializar atividades diversificadas, mas, paradoxalmente, insiste na ênfase à profissionalização e apoio ao “verdadeiro agricultor” (CARNEIRO, 2000, p.124), entendido como aquele produtor cujos rendimentos originam-se essencialmente na agricultura. Desta forma configura-se, como um desafio a ser enfrentado posto as potencialidades da ampla diversidade bio-cultural do país e o diferencial de mercado que esse processo pode conferir.

No entanto, embora sejam estratégias afeitas particularmente a território densamente ocupado pela denominada agricultura familiar, em razão das intensas trocas socioculturais e ambientais efetuadas, torna-se pertinente especular sobre as razões pelas quais ainda são muito pouco utilizadas nas reivindicações que envolvem as políticas e ações a favor desta forma social de produção no Brasil.

2.5 O APELO SOCIAL DO PRONAF PARA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA

Iniciaremos este tópico discutindo sobre o conceito de agricultura familiar saindo das classificações acadêmicas tentaremos avançar em outras direções, no que tange um aspecto formal da referida categoria, iniciando pelo marco legal previsto na Lei 11.326, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República em 24 de julho de 2006. Esta lei considera:

[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não

detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Tendo em conta o atendimento de tais requisitos, inclui ainda [...] silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; [...] aquicultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; [...] extrativistas pescadores que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores. (BRASIL, 2006).

A agricultura familiar é um setor estratégico para o País. Assim, um conjunto de políticas públicas para o setor contribui para a estabilidade econômica e social brasileira, que coloca a agricultura familiar como um dos pilares para o projeto nacional de desenvolvimento e define um novo lugar do rural.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.

O acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura.

Após a decisão do que financiar, a família deve procurar o sindicato rural ou a EMATER para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito. Para os beneficiários da reforma agrária e do crédito fundiário, o agricultor deve procurar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou a Unidade Técnica Estadual (UTE).

O agricultor deve estar com o CPF regularizado e livre de dívidas. As condições de acesso ao Crédito Pronaf, formas de pagamento e taxas de juros correspondentes a cada linha são definidas, anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar, divulgado entre os meses de junho e julho.

Segundo o Decreto n° 1 946, de junho de 1996, pode receber crédito do PRONAF o agricultor que:

- (i) explorar parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, ou parceiro; (ii) trabalhar com a família, contratando, no máximo, dois empregados permanentes e/ou trabalho temporário em caráter sazonal; (iii) possuir área correspondente a, no máximo, quatro módulos fiscais; (iv) residir no imóvel explorado ou em área próxima; e (v) retirar da exploração agropecuária ao menos 80% de sua renda familiar

Anualmente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) lança o Plano Safra da Agricultura Familiar, com vigência de julho a junho do ano seguinte. O conjunto de políticas públicas qualifica e articula os instrumentos construídos e conquistados pelo setor que produz a maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros. As medidas foram elaboradas com grandes objetivos: aumento de renda, inovação e tecnologia e estímulo à produção de alimentos, com proteção da renda.

Em 2006, o IBGE, apresentou uma estatística por região da agricultura familiar, que evidencia o crescimento desta atividade, sobretudo, o êxito em se tratando da lei que regula a agricultura familiar.

REGIÃO	ESTABELECIMENTOS AF/TOTAL (%)		ÁREA AF/TOTAL (%)	
	FAO/INCRA	Lei	FAO/INCRA	Lei
Nordeste	93	89	47	37
Centro-Oeste	74	69	14	9
Norte	90	87	42	30
Sudeste	77	76	29	24
Sul	89	84	43	31
Brasil	88	84	32	24

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE/2006

Figura 1- estatísticas Características da Agricultura Familiar em 2006, por região.

O quadro acima mostra diferenças entre as classificações segundo o estudo FAO/INCRA e a Lei da Agricultura Familiar para delimitação da agricultura familiar. O primeiro estudo mostra um universo maior de estabelecimentos familiares no Brasil e em todas as regiões.

Estes dados demonstram que a agricultura familiar, vem crescendo gradativamente no país, e que sua contribuição em relação aos alimentos produzidos, torna-se cada vez mais tangível, sendo detectado que algumas regiões estão em melhores condições, caso do Sul e do Centro-Oeste.

O mesmo ocorre em relação à área, em que os estabelecimentos familiares segundo a classificação FAO/INCRA ocupam maior área que aqueles classificados segundo a Lei. Isto ocorre em âmbito nacional e para O lançamento para a SAFRA 2013/2014 marca os dez anos com avanços significativos nos recursos liberados e nas facilidades de financiamento.

É dessa forma que o Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, fortalece a agricultura familiar. Estas ações são anunciadas na Cartilha do MDA de 2013 que aponta que,

Nesses dez anos, a renda da agricultura familiar cresceu 52%, o que permitiu que mais de 3,7 milhões de pessoas ascendessem para a classe média. O segmento é responsável por 4,3 milhões de unidades produtivas - o que representa 84% dos estabelecimentos rurais do país - 33% do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário e emprega 74% da mão de obra no campo (MDA,2009).

Para acessar as linhas, o agricultor deve possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que pode ser obtida gratuitamente, e o Cadastro de Pessoa Física (CPF) regularizado. Em seguida, é necessário que o interessado entre em contato com a empresa prestadora de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) do estado e solicite a visita de um técnico.

Em seu Art. 2º o PRONAF trás uma perspectiva de efetividade em suas ações, buscando uma ação articulada entre a políticas direcionadas à agricultura familiar com as demais políticas publicas, conforme seu texto afirmando que:

a formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua

formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária (BRASIL,2006).

O governo assim toma para si de forma planejada, a obrigação de conter o avanço da pobreza e suas consequências malévolas, ao desenvolvimento equilibrado entre o social, político e econômico. Visado assim, atender as condições que envolvem a necessidade de um desenvolvimento sustentável que deveria ocorrer tal como a mostra a figura abaixo.

Antes de continuar o colóquio aqui proposto, é importante definir em que aspecto esta pesquisa compreende sustentabilidade, embasado na discussão proposta o conceito que atende os interesses pretendidos no estudo realizado, esta na apropriação de Godard,

[...] A promoção de uma gestão integrada de recursos naturais e do meio ambiente pode nos levar não só ao questionamento de certas modalidades técnicas de exploração, mas também estimular a busca de transformação das condições sociais que cercam seu exercício (1997b, p.209)

O Estado é o grande mediador desta gestão integrada, buscando reunir-se as famílias e elaborar a proposta simplificada de ações que possibilitem um desenvolvimento sustentável principalmente, quando se trata da aquisição de crédito, pois sem a parceria direta do estado o agricultor poderia ser lesado neste confronto com os bancos financiadores de crédito, que impõe condições absurdas de financiamento, trazendo um endividamento aos pequenos agricultores.

Estas situações foram reveladas no decorrer da pesquisa. “Pois cinco (5) dos agricultores entrevistados buscaram créditos com bancos, sem o conhecimento das linhas de credito PRONAF, e como um deles revelou *“fiz um empréstimo faz um ano...parecia bom no início, comprei umas tabuas e lonas, e deu para cerca tudo. Daí...quando foi para pagar...não deu certo, juros alto, não dava para tirar daqui, me endividei mais ainda.”*

Neste aspecto a sustentabilidade não poder ser algo que esteja apenas na racionalidade, ou na possibilidade de viabilização ela precisa ser algo que se apresente de forma concreta, acompanhando a dinâmica na qual ocorrem as mudanças societárias, desta forma o conceito percebido nas ideias de Morin (2000) e Zizek (2009).

Em outras palavras nas condições em que o mundo se encontra desgastadas pela exploração capitalista, que ameaça a tudo e a todos, com sua ambição avassaladora, não

é possível ficamos só apontando o problema, é necessário criar meios para enfrenta-los, mas este enfrentamento não é possível de forma isolada

O capitalismo criou as condições atuais de superprodução e subconsumo, a partir da produção destrutiva e sua incansável pelo lucro. As melhorias nas condições materiais de vida da humanidade resultaram da extensão da oferta de infraestruturas diversas, incluindo o abastecimento de água, habitação, eletricidade, redes de transportes e uma vasta gama de produtos essenciais e atividades culturais.

Isto, contudo, não está universalizado e torna-se cada vez mais dependente de ligações internacionais em cadeias globais de produção para a sua prestação e manutenção. Os custos referentes a estas infraestruturas estão novamente a ser desproporcionalmente carregados pela classe trabalhadora e os que estão às margens das camadas médias.

Os países que permanecem especializados em produtos primários, agrícolas e minerais seriam hoje marginalizados no comércio internacional, a menos que eles procedessem a uma “industrialização” de sua agricultura, desenvolvendo uma agroindústria pela utilização de técnicas de ponta, tanto no nível dos insumos quanto de bens de equipamentos (SALAMA,2005)

Entretanto, toda essa necessidade de insumo traz diversos impactos ambientais, o que requer uma ação global voltada para ações de sustentabilidade, visando garantir a sobrevivência humana sem prejudicar o meio ambiente.

O tratar deste contexto é relevante mencionar que as hortas que se estruturaram o lócus desta pesquisa, localizam-se num ambiente fronteiroço a uma das Unidades de Conservação³ em Manaus, próximo a reserva Adolfo Ducke⁴.

³ As unidades de conservação (UCs) são legalmente instituídas pelo poder público, nas suas três esferas (municipal, estadual e federal). Elas são reguladas pela Lei no. 9.985, de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) WWF_BRASIL/2013

⁴ Reserva A Reserva Florestal Adolfo Ducke é uma área de floresta amazônica primária de 100 km², localizada próxima à cidade de Manaus e pertence ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

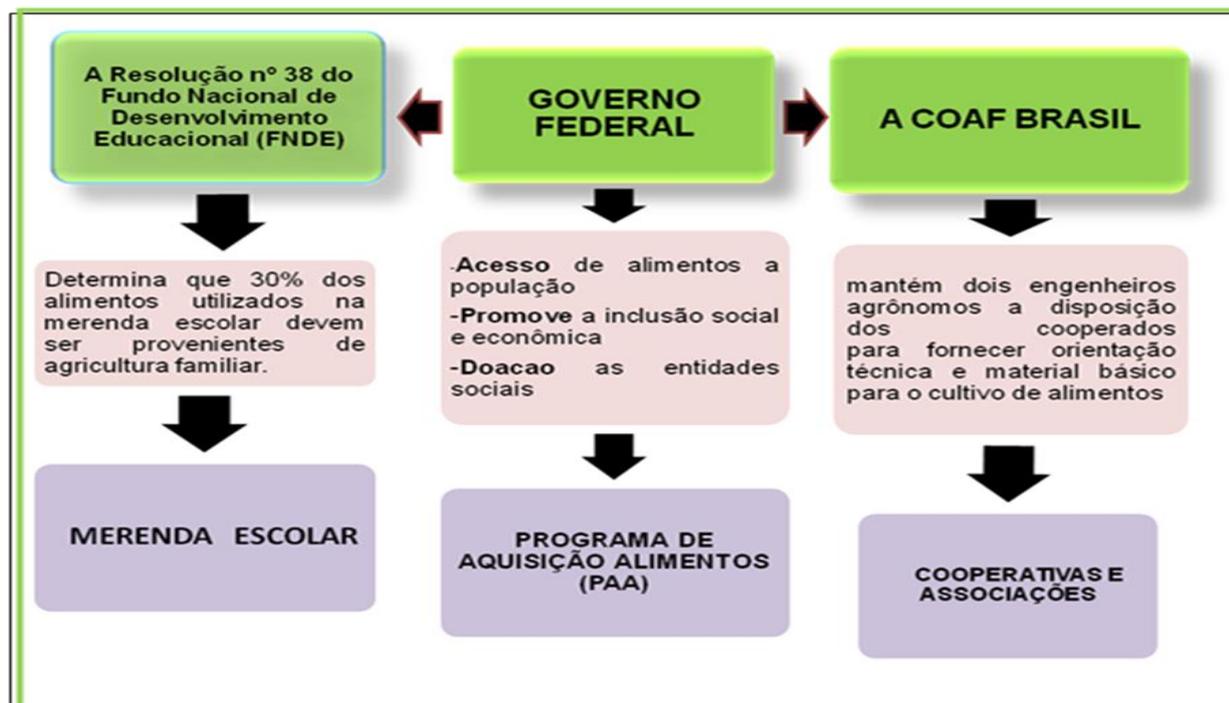


Fonte: Site Jornal Acrítica /Figura 2: Vista área da reserva Ducke no bairro Alfredo Nascimento

O meio-ambiente aparece majoritariamente como “o meio-ambiente construído”, produzido pelo homem. É concebido como a provisão de bens públicos, que incluem não só os bens culturais e naturais, mas também a infraestrutura material e imaterial produzida. David Harvey explica com respeito à produção e o consumo:

Podemos [...] realizar uma distinção útil entre o capital fixo incluído no processo de produção (por exemplo, os instrumentos de produção) e o capital fixo que funciona como marco físico da produção (por exemplo: fábricas). A este último, chamo-o meio-ambiente construído para a produção. Pelo lado do consumo podemos ter uma estrutura paralela.

Nesta perspectiva a pesquisa buscou encontrar em meios às relações desenvolvidas nos espaços das hortas comunitárias. No contexto atual a agricultura encontra-se organizada de forma dinâmica, com estruturas governamentais, que podem dar condições de efetivação.



FONTE: pesquisa bibliográfica

FIGURA 3 – órgãos governamentais que dão suporte a agricultura familiar

Esta figura mostra uma das instancias criadas pelo PRONAF, para subsidiar as estratégias voltadas para agricultura familiar, visando atender o agricultor e sua família no sentido de proporcionar condições do mesmo desenvolver ações que viabilizem este tipo de trabalho de forma a atender tanto as necessidades do estado, como da comunidade.

Então desde que o agricultor esteja devidamente inserido nos critérios definidos pelo artigo 3º, do PRONAF que define para os efeitos de lei, que o “agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural”, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Essas implementações vem dar materialização a um conjunto de ações que permitem a trabalhador rural se mostrar resistente as imposições verificadas na real conjuntura que representa um desafio constante a sociedade e sobretudo a esses trabalhadores que retiram de seu trabalho na agricultura meios de sobrevivência.

No próximo Capítulo trataremos sobre as possibilidades de resistência a partir da agricultura, observando a condição dos agricultores familiares da Comunidade Val paraíso situado em área periurbana da cidade de Manaus.

CAPITULO III - A AGRICULTURA FAMILIAR COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

3.1 AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICOS DAS FAMÍLIAS QUE OPTARAM EM DESENVOLVER UMA AÇÃO AUTOSUSTENTÁVEL POR MEIO DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Os estudo bibliográficos que originou esta construção teórica revelam que assim como maioria dos estados brasileiros, o Amazonas enfrentou em sua formação diversas contradições que levaram a um processo de desenvolvimento onde percebe-se de forma muito evidente a desigualdade social, o que pode ser mensurado no processo de formação social e econômica, como veremos no neste capítulo.

Um ponto marcante nesta trajetória ficou conhecido, no processo histórico, como ciclo da borracha período que revelam diversos momentos na história do Brasil. Neste período pode-se destacar o aumento de núcleos populacionais e uma produção econômica de certa envergadura, baseados no trabalho escravo, na monocultura e extrativismo de um único produto.

O que não deixa de caracteriza a forma que a economia vem se organizando desde sua colonização, onde o latifúndio e a monocultura são predominante. Em outras palavras, as populações alijadas dos núcleos dinâmicos da economia nacional, ao longo de toda a história do Brasil, adotaram o modelo da cultura rústica, refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda são abundantes, possibilitando sua sobrevivência e a reprodução desse modelo sociocultural de ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais, com inúmeros variantes locais determinados pela especificidade ambiental e histórica das comunidades que neles persistem.

No contexto teórica, este estudo teve por base as transformações ocorridas no mundo do trabalho que evidenciam a vulnerabilidade das populações que por não atender as determinações do modelo atual de produção, submete-se a espoliação do capital tendo em muitos casos seus direitos sociais negados.

Assim, a análise desta conjuntura possibilita determinar a contribuição evidente da agricultura familiar, para o desenvolvimento social de famílias que “desistiram de procura suas melhorias a partir do sistema vigente” (SCHERER,2003..), este pode ser definidaS como estratégiaS de superação na qual observa-se que as políticas publicas de renda minima não contribuem de forma efetiva para melhoria das condicoes socioeconomicas desta população.

Esta condições poderam ser conhecidas no decorrer da pesquisa de campo, onde foi possível visualizar de forma concreta, a realidade dos sujeitos que sobrevivem exclusivamente de uma técnica que contraria a ótica capitalista e coloca as pessoas envolvidas em uma condição de superação do sistema.

As informações que aqui serão ressaltadas, nos levou a uma reflexão sobre o papel dos principais atores envolvidos nas lutas constantes contra a miséria e a injustiça social, sendo que foi dado um destaque para participação e contribuição do serviço social neste cenário que nos impõe um repensar sobre o trabalho do assistente social levando em consideração seu compromisso com um projeto ético e político que reclama um posicionamento e sobretudo o desenvolvimento de uma nova ordem societária que se coloque como resistente a exploração desencadeada pelo sistema capitalista

Procurando entender problemas sociais e econômicos que poderiam ser resolvidos tendo uma maior participação mais efetiva do Estado, por meio das políticas públicas, no caso desta pesquisa, da Política de Agricultura Familiar – PRONAF, como forma de empoderar as famílias que por motivos diversos foram alijadas das condições para inserção ao mercado de trabalho ou pela necessidade de manter por outros meios sua subsistência.

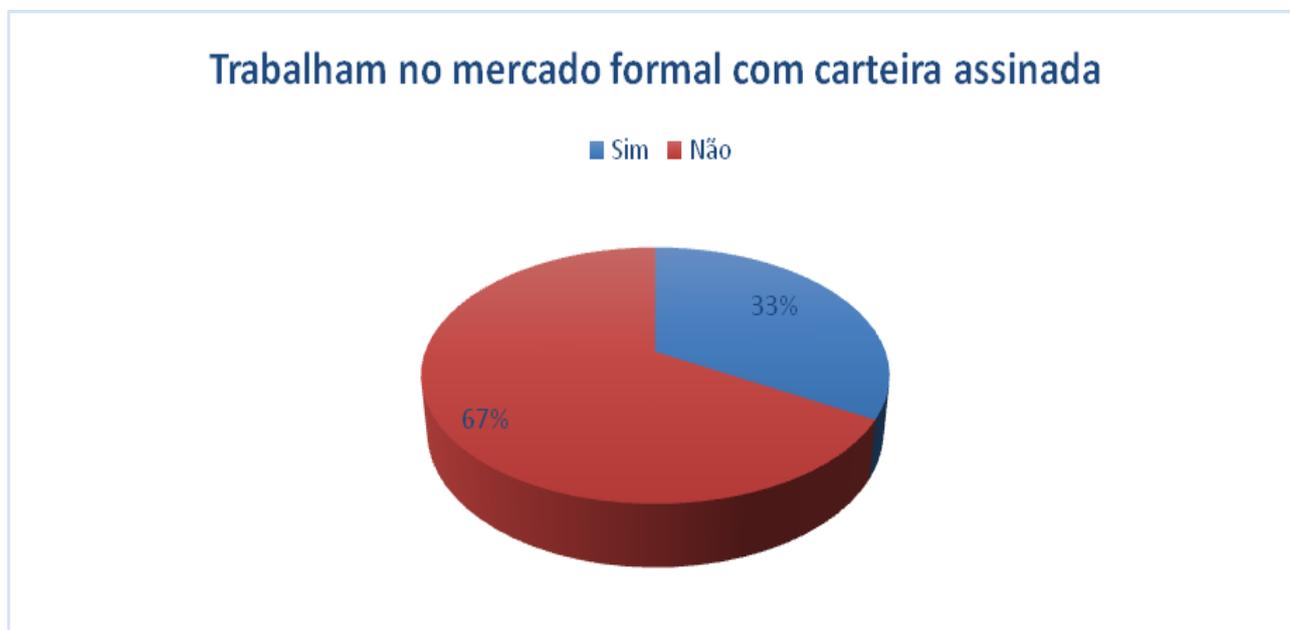
Toda esta análise teve o propósito de evidenciar que o capitalismo não é a única saída para o desenvolvimento, e dependendo de como os seres humanos utilizam-se do recursos naturais aliados as políticas públicas podem superar a subalternidade provocada pelo modelo de desenvolvimento atual em prol da construção gradativa de novas perspectivas que apontem para emancipação social.

Sendo que para realização desta investigação o pesquisador pautou-se nas problemáticas que buscam compreender: Quais as condições socioeconômicos das famílias que optaram em desenvolver uma ação autosustentável através das hortas familiares, melhorando sua qualidade de vida sem precisar submeter-se as determinações capitalista. Buscando saber a contribuição das políticas públicas para emancipação das famílias participantes das hortas comunitárias da valparaíso Zona Leste de Manaus.

No contexto teórica, trouxe a tona as transformações ocorridas no mundo do trabalho que evidenciam a vulnerabilidade das populações que por não atender as determinações do modelo atual de produção, submete-se a espoliação do capital tendo em muitos casos seus direitos sociais negados.

Quando tratamos destes fatores torna-se importante compreender a dinâmica histórica que permeia o cotidiano desses sujeitos e os impactos causados pela invasão destas mudanças sobre sua cultura e cotidiano. Neste processo pode-se elencar a

colonização verificada no Brasil, que reforça a dominação e a espoliação que tende estabelecer as condicionantes sobre as relações sociais que se fomentaram sobre tudo na região Amazônica.



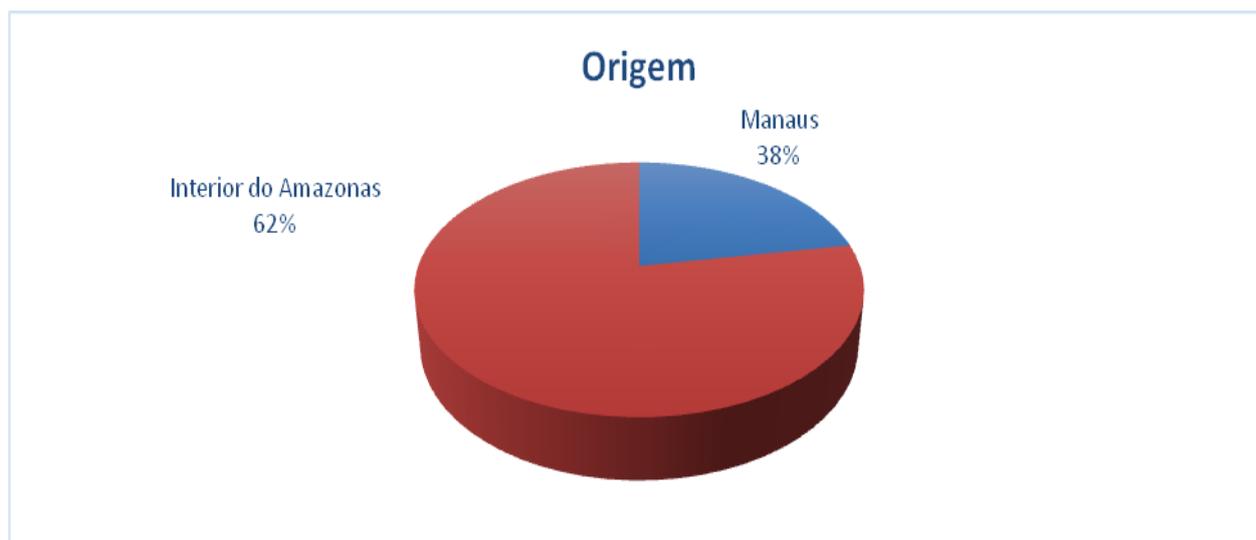
Fonte: pesquisa de campo nas hortas familiares

Na pesquisa constatou-se que dos 20 entrevistados apenas 33% dos agricultores trabalham no mercado formal, e desenvolve com ajuda da família, esposa, principalmente, as suas atividades nas hortas. Os outros 67% dos entrevistados, nunca trabalharam e quando o fizeram foi apenas por um tempo no mercado formal, sendo que depois de diversas tentativas para serem reinseridos optaram pelo trabalho na agricultura. Esta realidade demonstrada no gráfico abaixo:

A colonização do Brasil empreendida pelos portugueses a partir do século XVI plasmou entre a população rural um modelo sociocultural de adaptação ao meio que, malgrado suas diferenças regionais e as que se podem detectar ao longo do tempo, apresentam características comuns que marcam ainda hoje as comunidades humanas em regiões isoladas do país. O que foi discutido no capítulo II, desta dissertação.

Na pesquisa de campo evidenciou-se este panorama, quando analisamos a origem dos sujeitos que trabalham na agricultura na área periurbana na cidade de Manaus, pois dos 20 entrevistados um quantitativo de 62%, são oriundos do interior do Amazonas, filhos de agricultores. Que devido não terem encontrado condições no campo para manter-se e a seus filhos, optaram, por buscar na cidade, meios de sobreviver.

Entretanto, ao chegar aqui se deparam com um processo de exploração, no qual não possuíam um perfil que possibilitassem serem absorvidos pelo mercado formal, o que os levou a tentar reproduzir sua forma de trabalho original, fixando-se em áreas, onde se desenvolviam atividade semelhantes as praticas em seus locais de origem, que poderia ser caracterizado como a agricultura urbana⁵.



Fonte: pesquisa de campo realizada pelo pesquisador

Estes elementos são totalmente contraditórios a dinâmica atual, que coloca o sistema de produção e o trabalho formal como sendo por excelência a forma mais adequada do cidadão garantir a sua subsistência e de seu núcleo familiar. Embora relativamente autônomos esses "sitiantes tradicionais", sempre mantiveram certa relação de dependência com os pequenos núcleos urbanos, com os grandes proprietários rurais e as autoridades locais, expressa nas categorias de meeiros, parceiros, posseiros, pequenos proprietários e colonos.

No caso dos estados do Amazonas e Pará, com a desativação dos espaços produtivos da borracha, denominados seringais, onde se concentrou núcleos populacionais e produção econômica de certa envergadura, baseados no trabalho do seringueiro e na

⁵ Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades.

monocultura ou extrativismo de um único produto, esses populacionais e de trabalhadores, em alguns casos ficaram sem ter onde desenvolver suas atividades.

Em outras palavras, as populações alijadas dos núcleos dinâmicos da economia nacional, ao longo de toda a história do Brasil, adotaram o modelo da *cultura rústica*, refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda são abundantes, possibilitando sua sobrevivência e a reprodução desse modelo sociocultural de ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais, com inúmeros variantes locais determinados pela especificidade ambiental e histórica das comunidades que neles persistem.

A emergência da questão ambiental nos últimos anos jogou ainda uma outra luz sobre esses modos "arcaicos" de produção. Ao deslocar o eixo de análise do critério da produtividade para o do manejo sustentado dos recursos naturais, evidenciou a positividade relativa dos modelos indígenas de exploração dos recursos naturais e desse modelo da "cultura rústica", parente mais pobre mas valioso dos modelos indígenas.

Os sujeitos referidos na pesquisa encontram-se em situações que não atendem suas necessidade, pois ao analisar o espaço onde os mesmo habitam, observa-se uma carência em relação a infraestrutura, ruas sem pavimentação, o que dificulta a saída dos produtos que tem por meio de transporte mais usual, motocicletas e bicicletas que levam as hortaliças das hortas ao comercio local, entretanto ano são todos os agricultores que tem estas condições, pois a maior parte depende que os atravessadores para escoar o produto.

A água utilizada, vem de poço artesiano, que pertence a comunidade. Para irrigação das hortaliças utilizam a água do igarapé, que segundo relato de uma dos entrevistados, "*devido à água vir da nascente do Mindú, vem trazendo dejetos da poluição que muitas vezes são provocadas pelos próprios moradores*".

3.2 AS NOVAS CONFIGURAÇÕES POPULACIONAIS NA AMAZÔNIA

Quando as populações resistem e permanecem, suas necessidades de exploração dos recursos naturais inerentes a seu modo de vida e sobrevivência raramente são reconhecidas. Ao invés disso, passa a ocorrer uma "criminalização" dos atos mais corriqueiros e fundamentais para a reprodução sociocultural destas comunidades.

Ao mesmo tempo, são impelidos a proteger e respeitar o meio ambiente, sendo encarados como os principais responsáveis pelo futuro da humanidade, corporificado na preservação da área em questão. Estes fatores somando-se ao processo de expulsão das

populações tradicionais para as periferias das cidades, engrossando as multidões em situação de miséria e a proliferação de favelas.

Em contrapartida, pressões de grupos econômicos e, de outro lado, das populações locais mais organizadas, somadas às dificuldades financeiras, operacionais e políticas de fiscalização e manejo dessas áreas, fazem com que a legislação, em parte ou totalmente, não seja cumprida.

Tornou-se, portanto, mais evidente que as populações "tradicionais" seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, quilombolas, mas principalmente as sociedades indígenas, desenvolveram através da observação e experimentação um extenso e minucioso conhecimento dos processos naturais e, até hoje, as únicas práticas de manejo adaptadas às florestas tropicais.

Embora estas populações corporifiquem um modo de vida tradicionalmente mais harmonioso com o ambiente, vêm sendo persistentemente desprezadas e afastadas de qualquer contribuição que possam oferecer à elaboração das políticas públicas regionais, sendo as primeiras a serem atingidas pela destruição do ambiente e as últimas a se beneficiarem das políticas de conservação ambiental.

Dessa forma, têm se multiplicado os casos em que os objetivos de conservação não são cumpridos ao mesmo tempo em que as populações locais são criminalizadas e, simultaneamente, impedidas de explorar os recursos naturais de forma sustentável e garantir sua reprodução sociocultural.

Nesse contexto, são beneficiados os grupos que comercializam irregularmente no mercado mais amplo os produtos de extração clandestina, em detrimento da preservação da biodiversidade e, finalmente, da credibilidade e aceitação dos ideais de conservação ambiental.

Cenário que nos revela o distanciamento do Estado no sentido de garantir às famílias que trabalham tendo por base a agricultura familiar, condições de desenvolver seu trabalho e usufruir dos direitos sociais conquistados ao longo do processo histórico. Podemos destacar no caso da Comunidade do Val Paraíso, que as famílias que lá estão, há quase dez (10) anos não possuem posse de terra, o que nem poderia uma vez que aquela área é de propriedade da união e trata-se de área de conservação ambiental, mas as condições econômicas que se agravaram no final dos anos de 1.970, levando a um crescimento das denominadas ocupações irregulares, assim tentado superar estas contradições algumas familiar se situaram na Zona leste de Manaus, que tornou-se uma das principais áreas de ocupação.

As tentativas de solucionar estes problemas dentro do padrão de atuação dos órgãos públicos têm esbarrado na ineficácia da ação repressiva, nas dificuldades de fiscalização, nos problemas sociais decorrentes da expulsão das populações e conseqüente formação ou ampliação das favelas nos municípios próximos, nos conflitos crescentes e, assim, na disseminação do significado das políticas ambientais como políticas repressivas e contra os interesses e necessidades das populações locais.

Essa visão de preservação se apoia algumas noções sobre a natureza e a espécies humanas tidas como definitivas no campo das idéias hegemônicas no meio ambientalista. Trata-se de valorizar a identidade, os conhecimentos, as práticas e os direitos de cidadania destas populações, valorizando seu padrão de uso dos recursos naturais. Isso não significa ressuscitar o mito do "bom selvagem" (J ROSSEAU) ⁶ ou do "ecologismo nato" das populações selvagens.

Tanto quanto nós, as comunidades tradicionais estão sujeitas às dinâmicas sociais e a mudança cultural. Nem todos são "conservacionistas natos", porém há entre eles um grande conhecimento empírico do mundo em que vivem e das particularidades do ecossistema regional.

A análise dos conhecimentos, técnicas e mecanismos socioculturais característicos das sociedades indígenas e das "culturas rústicas" pode apontar caminhos mais adequados para um modo de ocupação do espaço com base no manejo sustentado do meio ambiente. Por outro lado, os resultados da análise dos modos de ocupação do espaço das sociedades nacionais e o aporte de perspectivas econômico-sociais alternativas podem possibilitar novos caminhos às sociedades indígenas e às comunidades tradicionais, já articuladas com o mercado e fortemente pressionadas para que adotem práticas econômicas que promovem a devastação ambiental.

Entretanto um elemento observado é que não existem programas que discuta junto a população que habita espaço ambientais que estão visados pela proteção, meios de equilibrar o meio ambiente, as necessidades ambientais, muito se fala de sustentabilidade, mas em muitos casos este discurso acaba sendo uma balela ideológica que só fortalece a ideologia do sistema econômico atual.

Os próprios agricultores reclamam que carecem de informações que poderiam facilitar suas "condições de trabalho e garantir a preservação ambiental". E isto é algo que deve preocupar a todos, pois o meio ambiente é um patrimônio de toda a sociedade. Entre os

⁶ Defende a sociedade é corrompida, que o homem é um ser bom ao natural.

questionamentos feitos aos sujeitos da pesquisa foi sobre a proteção ambiental e como eles em suas ações garantiam isto. A resposta de todos foi que buscavam respeitar o meio ambiente, mesmo não recebendo orientações envolvendo a educação ambiental. Entretanto na observação direta nestes espaços tivemos outras conclusões. Entre elas o fato deste espaço esta nas adjacências da foz do Mindu como pode ser visto nas figura 3 e 4,

Figura 3



Figura 4



Fonte: pesquisa de campo 2013

Figura 3 e 4: 3 rego por onde escoam as hortas o nascente do Mindu e 4 a própria nascente

Observou-se que a população utiliza nas hortas a água que parte da nascente para irrigar suas plantações, e como um deles reproduziu, “até pouco tempo, para nos banhar e tomar banho”. Eles dizem que deixaram de utilizar a água, pois esta descia com muita sujeira, segundo eles jogada mais acima. Por isso hoje recorrem à bomba.

O que fica explícito, e que o estado através de seus órgãos públicos não está presente neste espaço, mesmo eles tendo as secularidades que envolvem o discurso de

proteção ambiental, no sentido de orientar e proporcionar condições para se materializar a tão discutida sustentabilidade.

3.3 A CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EMANCIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS PARTICIPANTES DAS HORTAS COMUNITÁRIAS DO BAIRRO VALPARAÍSO ZONA LESTE DE MANAUS.

Na defesa da reorientação do papel do Estado em nosso país no sentido de formular políticas públicas que objetivem a melhor distribuição de riqueza e renda e a geração de empregos, com o intuito de minimizar e superar os fortes desequilíbrios sociais, regionais e de renda. Nesse sentido, inicialmente apresenta um quadro do mercado de trabalho no Brasil (DIEGUES, A.C...).

Em seguida, tecem-se algumas considerações sobre um conjunto de políticas públicas voltadas a minorar o problema do desemprego no Brasil; e, por fim, seguem as considerações finais. Emprego formal assalariado registrado é entendido como o emprego assalariado gerado por uma empresa tipicamente capitalista e com contrato formal de trabalho, ou seja, registro em carteira de trabalho ou com carteira de trabalho assinada.

As recentes mudanças na estrutura de produção e emprego no Brasil apontam para um ajuste heterogêneo no mercado de trabalho. O aumento do assalariamento sem registro e dos trabalhadores por conta própria é significativo em todas as regiões do país (Cacciamali,1992).

Estas formas de inserção do trabalhador na organização produtiva se caracterizam pela sua heterogeneidade de e pela ausência de proteção social. Este traço marcante do mercado de trabalho no Brasil requer medidas específicas concernentes às regiões, às áreas metropolitanas, municípios e aos tipos de atividade, tendo em vista que, em especial nas regiões menos desenvolvidas, estas formas de inserção estão associadas aos estratos sociais carentes (renda, educação, saúde, habitação, saneamento, etc.).

As atuais políticas de apoio ao setor informal e as políticas de formação de empresas sociais e cooperativas têm como objetivo aumentar a renda das famílias envolvidas nessas atividades, por meio da oferta de diferentes tipos de treinamento gerencial visando despertar e/ou aprimorar o espírito empreendedor do indivíduo, a análise de custos, as estratégias de mercado, etc. e, dependendo do programa, mediante linhas de crédito para capital de giro.

No caso específico da formação de empresas cooperativas/associativas, muitos programas encontram-se voltados para organizar populações muito pobres, quase ou totalmente excluídas do sistema produtivo. Acoplado a esse fim, muitos também trazem uma proposta política de incorporar essas coletividades ao processo de construção da cidadania.

Por fim, o Programa de Geração de Emprego e Renda deve contemplar aspectos assistenciais, de apoio à cidadania, e despertar a vocação empreendedora entre os ocupados do setor informal e das cooperativas e empresas sociais. Nesta relação entre o estado e a população, buscando atender as determinações legais, e principalmente aquelas que estão retratadas na Constituição Federal 1.988, percebe-se que a mulher é uma grande parceira na concretização de determinadas políticas públicas, este fato pode-se explicar ao inquirirmos o contexto histórico no qual desenvolve-se o papel da mulher.

Aliando a esta conjuntura, o Estado brasileiro, vem buscando criar medidas que fortaleça as atividades existentes no campo, pois a história confirma que uma agricultura fortalecida, favorece o mercado interno, a família e diminui a pobreza.

Observa-se então que os olhares convergem, em grande parte, para a constituição, no setor agrícola, de uma estrutura empresarial e para a emergência de um proletariado gerado por um mercado de trabalho específico que segue o modelo definido por uma classe dominante. É de fato, que existe uma certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar que se difundiu no Brasil, sobretudo a partir da implantação do PRONAF.

Nessa perspectiva, a ideia central que envolve os sujeitos presentes neste cenário, caracteriza o agricultor familiar, como um ator social da agricultura moderna e, de certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado. Assim, as políticas agrícolas nacionais, define como modelo de estabelecimento agrícola, os próprios estabelecimentos familiares compostos de forma mais evidente pelo casal, que soma força com seus filhos ou outros parentes.

Algo que foi notado nas hortas do Val Paraíso e que a maioria das famílias, são oriundas interior do Amazonas principalmente, de Boa Vista do Ramos, Iranduba, Japurá e Parintins, e nestes municípios já desenvolviam atividades agrícolas, estes migraram para cidade em busca de trabalho, sendo que sua condição de escolaridade e qualificação o alijaram do mercado formal. O que mostra a carência do homem do campo que não conta com uma estrutura que o possibilite se fixar no campo, pois faltam escolas.

Isto só vem confirma que a ausência de políticas publica eficazes que atenda o agricultor familiar torna-se uma das principais causas do êxodo rural. Mas é preciso resaltar que este êxodo precisa ser combatido, pois as cidades não estavam e não estão estruturadas para atender a corrente populacional que a procuram formando bolsões populacionais desorganizados e sem condições básicas de habitação. Desta forma é importante o papel das políticas publicas para atender a população, sobretudo, estruturas como hospitais, postos de saúdes, alem disso as estruturas que compõe a Assistência Social e extremante importante.

Sendo que no Jorge Teixeira conta (1) CRAS (SEMASDH,2013) sendo que em relação hortas, encontram-se muito distante e aqui observamos a necessidade que os técnicos tanto da saúde como da assistência social possam desenvolver ações que abranjam os espaço mais distanciados de seus lócus, possibilitando benefícios as estas população.

MAPEAMENTO DOS CRAS POR ZONA		
UNIDADE OPERACIONAL	BAIRRO	ZONA
CRAS SÃO JOSÉ III	São José III	LESTE
CRAS SÃO JOSÉ IV	São José IV	
UNIDADE OPERACIONAL	BAIRRO	ZONA
CRAS ALFREDO NASCIMENTO	Alfredo Nascimento	NORTE
CRAS CIDADE NOVA	Cidade Nova II	
CRAS MUTIRÃO	Amazonino Mendes	

Fonte: Site SEMASDH/2013

Figura 05 – Distribuição dos CRAS Zona Leste e norte

Todos estes acontecimentos que envolvendo a agricultura familiar desenvolvida no perímetro urbano na cidade de Manaus, e fruto das transformações ocorridas nas sobretudo nas duas últimas décadas do século XX, principalmente quando analisa-se anos 80/90 do século XX, onde a mundialização do capital emitiu efeitos complexos, além de contraditórios, afetando desigualmente o emprego feminino e o masculino.

Em relação ao emprego masculino, houve uma estagnação e/ou até mesmo uma regressão, já o emprego e o trabalho feminino remunerado cresceram. Paradoxalmente, apesar de ocorrer um aumento da inserção da mulher trabalhadora, tanto nos espaços formais quanto informais do mercado de trabalho, ele se traduz majoritariamente, nas áreas onde predominam os empregos precários e vulneráveis.

Na contemporaneidade os impactos no mundo do trabalho configuram-se com expressão crescente e complexa da questão social diante da acumulação capitalista, no qual ocasiona ajustes e redefinições do Estado na forma de enfrentamento das presentes sequelas da questão social.

Nesse contexto, as Políticas Públicas de geração de renda apontam como mecanismo para atendimento à população que se encontra excluída ou sobrando, na nova ordem do capital, permeada pelo individualismo e descartabilidade. Nesse sentido, as transformações societárias implicam em alterações no mundo do trabalho, com aumento da informalidade e precarização das relações de trabalho (ANTUNES, 2006).

Assim, a informalidade está vinculada às ocupações que inexistem relação de proteção do trabalho, à legislação trabalhista. Conforme Antunes (2006, p. 209), [...] “houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional”.

Percebe-se então que a intervenção estatal, regulamentada pelas leis complementares que normatizaram as determinações constitucionais, passou a referir-se a um terreno mais vasto da vida social, tanto com objetivos de equalizar o acesso a oportunidades, como de enfrentar condições de destituição de direitos, riscos sociais e pobreza.

Mas, paralelamente efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho, decorrente das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontrato, vinculado à economia informal, ao setor de serviços entre outros. As ações de geração de ocupação e renda podem configurar-se com resposta à desigualdade e miserabilidade da população, que a partir da nova concepção da Política de Assistência Social, através da proteção social básica, elucidada para o protagonismo social.

Por outro lado, consubstancia a reprodução da força de trabalho informatizada e desqualificada, inseridas em ocupações temporárias e com remuneração insuficiente, com impactos na condição de vida.

Conforme Silva (2002), os projetos de geração de renda, ao longo da década de 1990, apresenta como estratégia social de sobrevivência, com visibilidade ao enfrentamento da desigualdade social, inseridas nos debates sobre assistência social, centradas nos deveres do Estado, na promoção dos mínimos sociais.

A princípio, as hortas próximas ao lar ajudam a oferecer variedade na dieta e prover vitaminas e sais minerais vitais, carboidratos e proteínas. Além disso, uma boa nutrição dá resistência ao organismo contra as doenças, o que favorece a saúde da família.

Mesmo diante de tantas evidências, ainda é pequeno o número de ações para implementação de políticas públicas, projetos e diretrizes que fomentem a consciência ambiental. Um grande avanço que precisa ser incorporado pelos Estados e Municípios foi a Lei que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental.

O artigo 1º da Lei nº 9.795/99 define o conceito de Educação Ambiental como sendo:

os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sustentabilidade.”

A escolha da agricultura familiar está relacionada com sua multifuncionalidade, que além de produzir alimentos e matérias-primas, favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais. Promovendo a segurança alimentar com valorização de produtos tradicionais e conservação de variedades cultivadas e localmente;

[...] a reativação...da lavoura para exportação do algodão, tabaco, mais tarde, do café e, mais recentemente, do gado e da soja - reincorpora a terra e seus ocupantes ao sistema de fazendas. Deixa ao "caipira",[...] nas últimas décadas, quando muito a alternativa de "bóia-fria" ou marginal urbano" (RIBEIRO, 1987: 108).

Todos estes fatores socioeconômicos contribuem para modificar o cotidiano de grande parte da realidade brasileira sobretudo aquela e envolvendo as comunidades compostas por populações tradicionais, que para sobreviver precisam se adaptar as novas condições apontadas pelo sistema econômico atual.

Caso como este observa aqui no Amazonas, ressaltando que os Municípios de Manaus, que tem sua formação histórica alicerçada em transformações contundentes de sua estrutura socioeconômica, quase sempre para atender os interesses políticos e econômicos, vigentes, entretanto seu desenvolvimento não garante uma condição favorável a sua população, que encontra-se empobrecida e com poucas expectativas emancipatórias.

Neste estudo a abordagem junto aos sujeitos foi realizada através de técnicas observação indireta para a obtenção de dados de natureza quantitativa, como foi informado na introdução deste trabalho. Entende-se como abordagem qualitativa uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações. Segundo Salomon (2004), essa orientação metodológica possibilita um diálogo crítico com a realidade, pois propõe a utilização das abordagens quanti-qualitativa.

Na pesquisa foram tomadas as fontes de informação de dados de origem primária, que se constituirão em técnicas de coleta de dados aplicadas pelo próprio pesquisador junto ao informante; e também, de dados de origem secundária, por meio de pesquisa aos moradores participantes das hortas comunitárias junto da Comunidade Val Paraíso Localizado na Zona Leste de Manaus, visto que, o *lócus* da pesquisa caracteriza-se pelas feiras localizadas nesta comunidade.

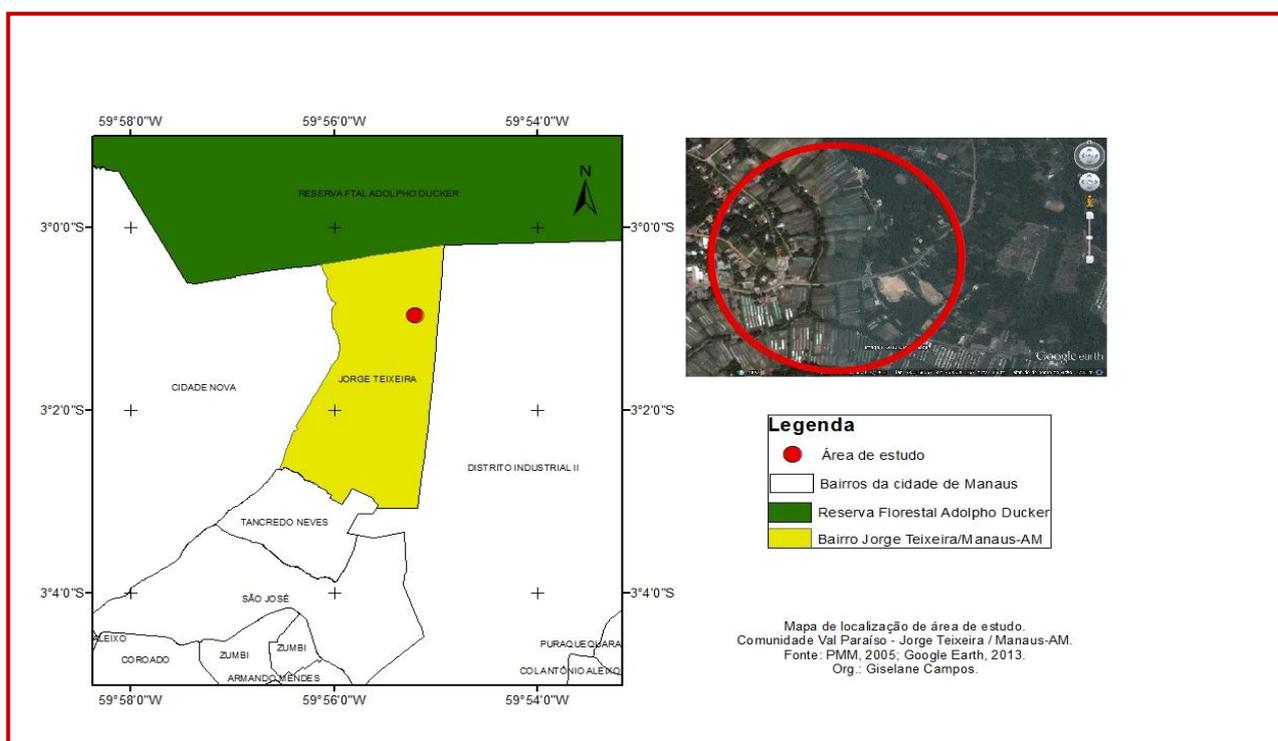
3.4 EXPERIÊNCIA COM AGRICULTURA FAMILIAR NO BAIRRO VAL PARAÍSO NA CIDADE DE MANAUS

Desde as primeiras observações com relação a pratica da agricultura familiar no universo da pesquisa que subsidiou a construção da dissertação constatou-se que as hortas de modo geral são instaladas em lotes vagos e sua produção abastece famílias que moram perto desses terrenos e são cultivados geralmente alface, tomate, couve entre outras verduras e legumes, a produção é feita a partir dos princípios de agricultura orgânica, ou seja, sem os inseticidas e fungicidas tradicionais, o que garante mais qualidade aos produtos. Ver fotos

Esses produtos apresentam danos mínimos ou nem dano ao meio natural, o que representa uma forma positiva de desenvolvimento sustentável, que utiliza os saberes populares e mantém o meio ambiente garantindo a utilização de seus recursos, respeitando tanto as populações locais como não agride o meio ambiente.

Parte dos sujeitos que trabalham nas hortas são oriundos do interior e já trabalhavam na agricultura e recebendo esses saberes populares de seus pais. No entanto, o trabalho que desenvolvem na horta em geral é a única fonte de renda dessas famílias que encontraram no cultivo das hortaliças uma forma de trabalho, visando suprir suas necessidades.

Em Manaus, como exemplo desse tipo de sustentabilidade, temos as hortas comunitárias localizadas no bairro Val paraíso, aonde as famílias também trabalham de modo tradicional respeitando o meio ambiente utilizando calcário e adubo orgânico para não danificar o solo e desta forma produzindo um alimento saudável e sem agrotóxicos.



Fonte: PMM 2005 – Google Earth, 2013

Figura 6 – Localização da área de estudo

As famílias são moradoras do bairro e fazem as hortas em locais próximos de suas residências, desta forma fica melhor o acesso para os outros membros da família, onde trabalham pai, mãe e filhos fazendo com que o trabalho torne-se algo prazeroso e o engrandeça enquanto sujeito que estão inseridos na sociedade capitalista.

Como mostra a figura 2, que trata da localização do *lôcus* da pesquisa, a área onde as hortas estão situadas, corresponde a uma parcela do Bairro do Jorge Teixeira, que é considerado um dos maiores bairros, com aproximadamente.

O trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens. É através do trabalho que o

homem se afirma como ser social e, portanto, distinto da natureza, é uma atividade direcionada a fins lucrativos, com o dever de ser, envolvendo uma dimensão de conhecimento e ético-moral.

As mudanças no mundo de trabalho requerem cada vez mais alternativas que compensem novas formas de sustentabilidade, que atendam tanto as necessidades da produção de matéria necessária ao consumo, como também atendam as necessidades presentes hoje na vida do trabalhador e de sua família. Entretanto, todos estes novos processos exigem uma nova concepção de trabalho diferente das concepções tradicionais perpassadas pelo modo de produção vigente.

A riqueza do trabalho desenvolvido tem-se traduzido em diferentes graus de mudança, em sucessos e insucessos e, também, num conjunto crescente de questões que, para serem devidamente tratadas, exigem abordagens próprias do domínio da investigação educacional.

Entretanto, estas mudanças atingem o trabalhador de forma diferente, uns se veem acorrentados ao processo de alienação promovido pelo sistema produtivo vigente, que usurpa a força de trabalho em prol de um desenvolvimento que alija o homem de seu fim precípuo proporcionado pelo trabalho, enquanto outros ao perceberem-se afastados, tomam para si a responsabilidade de sua sobrevivência arriscando-se diante das regras estabelecidas.

Neste estudo busca-se apresentar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, e as alternativas que surgidas a O objetivo deste texto é expor os principais argumentos favoráveis a uma política de desenvolvimento rural no Brasil. O desenvolvimento rural não acontecerá espontaneamente como resultado da dinâmica das forças de mercado.

Mas na elaboração das políticas capazes de promovê-lo é necessário, antes de tudo, que se transformem as expectativas que as elites brasileiras têm a respeito de seu meio rural, cujo esvaziamento social, cultural e demográfico é visto quase sempre como o corolário do próprio desenvolvimento. As funções positivas que o meio rural pode desempenhar para a sociedade brasileira fundamentam-se, primeiramente, no processo - tímido, mas real - de descentralização do crescimento econômico e no fortalecimento das cidades medias, como será visto a seguir neste trabalho.

É verdade que o êxodo rural brasileiro permanece muito significativo – como aponta o item (3) desta dissertação quando trata dos processos migratórios recentes por sexo e idade e região a contrapartida é a precariedade com que os núcleos urbanos absorvem seus migrantes rurais: aqueles que mais saem do campo - os e sobretudo as jovens - são

exatamente os que maiores dificuldades vêm encontrando em sua integração aos mercados urbanos de trabalho.

A parte quatro do texto expõe, sob a forma de teses, as razões e algumas das condições necessárias a que o meio rural represente uma alternativa de desenvolvimento às populações que hoje aí vivem e têm dificuldades crescentes de se integrarem de maneira construtiva à vida urbana.

3.6 O PAPEL DA AGRICULTURA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO FAMILIAR

Sem desconhecer que a agricultura ocupa um lugar de destaque no espaço rural, cuja importância varia segundo as regiões e os ecossistemas naturais, não se pode, contudo, imaginar que ela própria não tenha sido modificada no período recente.

Em contextos internacionais, a dinâmica da própria agricultura no espaço rural vem sendo condicionada e determinada por outras atividades, passando a ser cada vez mais percebida como uma das dimensões estabelecidas entre a sociedade e o espaço ou entre o homem e a natureza.

Como exemplo emblemático dessa mudança estrutural pode-se citar a emergência e a expansão das unidades familiares onde desenvolve-se diversas atividades, pois não raramente uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a se dedicar a atividades não agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades.

Em todas as situações de trabalho de campo, realizadas dentro da perspectiva da pesquisa, tivemos oportunidade de relacionamento social com as pessoas da comunidade, usando o termo comumente empregado pelos não índios.

O Amazonas está povoado por estas peculiaridades em suas relações, os saberes populares confundem-se

3.4.1 A participação da mulher no trabalho ou labor

Atualmente, quando o homem não retorna, a mulher permanece com a responsabilidade pela manutenção do grupo familiar e muitas vezes, como no caso da Índia Bororo, assume o papel de guardiã da cultura.

Mas precisamente a partir de 1993, no Brasil, o mundo do trabalho começa a sentir os fortes impactos desta nova etapa de acumulação, quando na indústria automobilística, o aumento da produtividade se deu com a diminuição dos postos de trabalho nas montadoras. Com o Plano Real em 1994, ocorreu em nosso país, um impulso para a adoção da automação microeletrônica nos principais pólos industriais.

Ademais, o processo de terceirização, bem como a flexibilização das leis trabalhistas, como a Lei do Trabalho Temporário, aprovada no Brasil em 1998, significou e, ainda significa, a consolidação da flexibilidade da produção e do trabalho, portanto, a instauração de uma nova estrutura de organização do trabalho industrial. Em suma, em seu livro, Giovanni Alves faz um estudo sobre a repercussão que o novo padrão de acumulação, implementado na indústria automobilística, causou aos trabalhadores.

O autor salienta que o ideal do toyotismo se caracteriza pela captura da subjetividade do trabalho pelos valores capitalistas. Isso tende a dissolver as perspectivas classistas da prática operária e sindical, características estas, do novo e precário mundo do trabalho. Por diversas vezes, o autor ratifica que a vigência de práticas neocorporativas de caráter propositivo pelos sindicatos é sinônimo de um sindicalismo cada vez mais fechado em si mesmo e incapaz de articular movimentos sociais classistas mais amplos, destacando a incapacidade dos sindicatos de resistirem as ofensivas da chamada acumulação flexível.

Enfim, toda esta discussão proposta pelo autor, nos estimula a refletir em que medida as modificações ocorridas no processo produtivo, dinamizado pela mundialização do capital pode modificar e fragmentar a solidariedade da classe trabalhadora. E, principalmente nos ajuda a refletir se, de fato, a nova base técnica da produção tem a capacidade de determinar o caráter dos movimentos sindicais. Seria este um processo irreversível?

3.4.2 As implicações ambientais no desenvolvimento da agricultura familiar nas hortas da comunidade val paraíso zona leste de manaus.

Na análise do processo de educação ambiental e sua influencia na inclusão social para que a população possa atuar de maneira participativa na resolução de questões ambientais e na tomada de decisões visando garantir a sustentabilidade dos recursos locais frente ao desenvolvimento econômico, buscar-se-á através de formularios dados que apontem para o grau de conhecimneto ou desconhecimento da realidade ambiental local e os impactos ocorridos no cotidianano desses individuos.

A pesquisa nos motiva a rever determinados conceitos que envolvem a questão ambiental e como esta afeta a vida dos sujeitos sociais, estes frutos de um processo histórico se veem destinados a reproduzirem o sistema vigente, entretanto a agricultura familiar vem apresentar-se como uma alternativa sustentável, um enfrentamento à precarização do trabalho.

O discurso sobre sustentabilidade proclamada pelo Estado através de seus programas não atende a realidade nem dissolve as desigualdades sociais. Diante deste quadro, levantam-se os sujeitos sociais que reclamam oportunidades, emprego, segurança mesmo que seja um enfrentamento de forma silenciosa, pois o trabalho doméstico, é desvalorizado no decorrer do processo histórico (ARENDR,1999).

O conhecimento que as famílias do bairro Val Paraíso possuem sobre agricultura, utilizando o calcário e o adubo orgânico e como respeitam o meio ambiente, ressalta a importância que o estudo sobre a agricultura familiar deve ter como uma alternativa sustentável.

Apesar da realidade designada pela categoria de trabalho ser tão velha quanto o próprio mundo, trabalho é no fundo uma categoria *moderna*, tão moderna quanto as *relações sociais* que deram origem a essa abstração: Um imenso progresso se deve a Adam Smith (...), que rejeitou toda determinação particular da atividade criadora de riqueza, considerando apenas o trabalho puro e simples, isto é, nem o trabalho industrial, nem o trabalho comercial, nem o trabalho agrícola, mas todas essas formas de trabalho

O trabalho do nosso corpo e a obra de nossas mãos, esta frase mencionada por (ARENDR, 1998) evidencia que o homem é forçado a reconhecer a distinção entre coisas de .curta duração. e aquelas suficientemente .duradouras. .para que os homens pudessem guardá-las sem que se estragassem. Esta distinção reforça o processo de dominação, gerando diferentes formas de trabalho. Onde nem sempre este reproduz o pensamento Marxiano, que aponta o trabalho como uma função capaz de libertar o homem das amarras da natureza e da opressão sofrida no âmbito social.

Desprender-se destas amarras não é tarefa fácil, sobretudo em um mundo onde tudo é ditada pelas regras daquele que dominam, aquele que possui, e por possuir impõe seus valores suas normas, seu padrão de comportamento, entre outros.

Entretanto, sabe-se o quanto é difícil materializar uma sociedade na qual todos os homens pudessem, durante *toda a sua existência*, realizar um certo ideal que trilha-se os caminhos da equidade tão expressa em palavras nos dias atuais, mas tão pouco

concretizada, este pensamento expressa a utopia em direção na qual caminhava o pensamento do jovem Marx.

Mas este pensamento confronta-se com os idéias da modernidade, não porque eles os recusava, mas sim porque os pensamentos e necessidades dos trabalhadores pareciam desprezíveis, enquanto as *condições reais de existência* impedissem a maioria dos homens de usufruir autenticamente esses direitos subjetivos, então para garantir o a sobrevivência da ideologia de poucos, sacrifica-se os demais.

Na era moderna, o domínio social e o domínio político recaem um sobre o outro, não se distinguem, e acabam por identificar-se. De acordo com Arendt, esta promoção do social. Coincidiu historicamente com a transformação em preocupação pública do que era anteriormente uma preocupação individual com a propriedade privada

(...) A indiferença em relação a um modo determinado de trabalho pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de modos de trabalho reais, nenhum dos quais domina os demais. (...) Nesse caso, o trabalho se converteu não só como categoria, mas na efetividade, em um meio de produzir riqueza em geral, deixando, como determinação, de se confundir com o indivíduo em sua particularidade.

Marx (.1988..) refere-se aqui à categoria de trabalho tal como ela é concebida pela *economia política moderna* e é ainda no contexto de sua análise da produção capitalista que ele estabelece a distinção entre *trabalho geral abstrato*, trabalho que põe o *valor de troca* (uma forma especificamente *social* do trabalho) e *trabalho enquanto produtor de valores de uso*, ou seja, o trabalho enquanto atividade *útil* que visa, de uma forma ou de outra, à apropriação das matérias naturais.

Apenas este último, observa Marx, é uma .condição [natural] de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de *mediação* do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, Atualmente, a discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural.

3.4.3 As mudanças no mundo do trabalho e seus rebatimentos nas condições do trabalhador rural

Com a desestruturação crescente do *Welfare State* nos países do Norte e com a ampliação do desemprego estrutural, os capitais transnacionais implementam alternativas de trabalho crescentemente desregulamentadas, “informais”, de que são exemplo as distintas formas de terceirização.

Esta processualidade atinge, também, ainda que de modo diferenciado, os países subordinados de industrialização intermediária, como Brasil, México, Argentina, entre tantos outros da América Latina que, depois de uma enorme expansão de seu proletariado industrial nas décadas passadas, passaram a presenciar significativos processos de desindustrialização, tendo como resultante a expansão do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado, informatizado.

No Reino Unido, por exemplo, desde 1998 o contingente feminino As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital tornou-se superior ao masculino, na composição da força de trabalho britânica. Esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, um movimento inverso quando se trata da temática salarial, na qual os níveis de remuneração das mulheres são em média inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores, o mesmo ocorrendo com relação aos direitos sociais e do trabalho, que também São desiguais.

Muitos estudo têm apontado que, na nova divisão sexual do trabalho, as atividades de concepção ou aquelas de capital intensivo são realizadas predominantemente pelos homens, ao passo que aquelas de maior trabalho intensivo, frequentemente com menores níveis de qualificação, são preferencialmente destinadas às mulheres trabalhadoras. (Hirata, 2002).

É perceptível também, particularmente nas últimas décadas do século XX, uma significativa expansão dos assalariados médios no “setor de serviços”, que inicialmente incorporou parcelas significativas de trabalhadores expulsos do mundo produtivo industrial, como resultado do amplo processo de reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e do cenário de desindustrialização e privatização.

Se, entretanto, inicialmente se deu uma forte absorção, pelo setor de serviços, daqueles(as) que se desempregavam do mundo industrial, é necessário acrescentar que as mutações organizacionais, tecnológicas e de gestão também afetaram fortemente o mundo do trabalho nos serviços, que cada vez mais se submetem à racionalidade do capital e à lógica dos mercados. Como exemplos, poderíamos lembrar a enorme redução do contingente de trabalhadores bancários no Brasil dos anos de 1990, em função da

reestruturação do setor, ou ainda daqueles serviços públicos que foram privatizados e que geraram enorme desemprego.

Com a inter-relação crescente entre mundo produtivo e setor de serviços, vale enfatizar que, em consequência dessas mutações, várias atividades no setor de serviços anteriormente consideradas improdutivas tornaram-se diretamente produtivas, subordinadas à lógica exclusiva da racionalidade econômica e da valorização do capital.

Uma consequência positiva dessa tendência foi o significativo aumento dos níveis de sindicalização dos assalariados médios, ampliando o universo dos trabalhadores (as) assalariados(as), na nova e ampliada configuração da classe trabalhadora.

Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural.

Paralelamente à exclusão dos jovens vem ocorrendo também a exclusão dos trabalhadores considerados “idosos” pelo capital, com idade próxima de 40 anos e que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingresso no mercado de trabalho. Somam-se,

O mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da “cultura fordista”, fortemente especializados, que são substituídos pelo trabalhador “polivalente e multifuncional” da era toyotista. E, paralelamente a esta exclusão dos “idosos” e jovens em idade pós escolar, o mundo do trabalho, nas mais diversas partes do mundo, no Norte e no Sul, tem se utilizado da inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, nas mais diversas atividades produtivas.

Como desdobramento destas tendências anteriormente apontadas, vem se desenvolvendo no mundo do trabalho uma crescente expansão do trabalho no chamado “Terceiro Setor”, assumindo uma forma alternativa de ocupação, por intermédio de empresas de perfil mais comunitários, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, nas quais predominam aquelas de caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado.

A expansão desse segmento é um desdobramento direto da retração do mercado de trabalho industrial e de serviços, num quadro de desemprego estrutural. Esta forma de atividade social do trabalho, movida predominantemente por valores não-mercantis, tem tido certa expansão, por meio de trabalhos realizados no interior das ONGs e de outros organismos

As mutações no mundo do trabalho que se desenvolvido capital criações similares. Trata-se, entretanto, de uma alternativa extremamente limitada para compensar o desemprego estrutural, não se constituindo, em nosso entendimento, numa alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista.

Essa alternativa tem o papel, em última instância, de funcionalidade ao sistema. Em suma: se o “Terceiro Setor” vem incorporando trabalhadores(as) que foram expulsos do mercado de trabalho formal e passam a desenvolver atividades não lucrativas, não mercantis, reintegrando-os, este pode ser considerado seu traço positivo.

Ao incorporar – ainda que de modo também precário – aqueles que foram expulsos do mercado formal de trabalho, estes seres sociais se veem não mais como desempregados, plenamente excluídos, mas realizando atividades efetivas, dotadas de algum sentido social e útil.

Mas devemos reiterar que essas atividades são funcionais ao sistema, que hoje se mostra completamente incapaz de absorver os desempregados e precarizados.

Com o desmonte do *Welfare State* e dos direitos sociais adquiridos ao longo da vigência da sociedade capitalista, essas atividades acabam suprindo em alguma medida as lacunas sociais que foram se abrindo. Como mecanismo minimizador do desemprego estrutural, elas cumprem uma função, ainda que limitadíssima

Porém, quando são concebidas como um momento efetivo de transformação social, convertem- se, em nosso entendimento, em uma nova forma de mistificação, que imagina ser capaz de alterar o sistema de capital em sua lógica, processo este que, sabemos, é muito mais complexo.

Outra tendência que gostaríamos de apontar é a da expansão do trabalho em domicílio, permitida pela desconcentração do processo produtivo, pela expansão de pequenas e médias unidades produtivas.

Essa modalidade de trabalho tem se ampliado em grande escala, de que são exemplos a Benetton, a Nike, entre as inúmeras empresas que vêm aumentando as

atividades de trabalho produtivo realizado no espaço domiciliar ou em pequenas unidades produtivas, conectadas ou integradas às empresas. Desse modo, o trabalho produtivo em domicílio mescla-se com o trabalho reprodutivo doméstico, aumentando as formas de exploração do contingente feminino.

Há ainda uma última tendência que vamos indicar: no contexto do capitalismo mundializado, dado pela transnacionalização do capital e de seu sistema produtivo, a configuração do mundo do trabalho é cada vez mais transnacional.

Com a reconfiguração, tanto do espaço quanto do tempo de produção, novas regiões industriais emergem e muitas desaparecem, além de inserirem-se cada vez mais no mercado mundial, como a indústria automotiva, na qual os carros mundiais praticamente substituem o carro nacional.

Esse processo de mundialização produtiva desenvolve uma classe trabalhadora que mescla sua dimensão local, regional, nacional com a esfera internacional. Assim como o capital se transnacionalizou, há um complexo processo de ampliação das fronteiras no interior do mundo do trabalho. Assim como o capital dispõe de seus organismos internacionais, a ação dos trabalhadores deve ser cada vez mais internacionalizada.

Desde a sua origem, o modo capitalista de produção industrial pressupõe um envolvimento operário, ou seja, formas de captura da subjetividade operária pelo capital, ou, mais precisamente, da sua subsunção à lógica do capital (observando que o termo “subsunção” não é meramente “submissão” ou “subordinação”, uma vez que possui um conteúdo dialético – mas é algo que precisa ser reiteradamente afirmado).

O que muda é a forma de implicação do *elemento subjetivo* na produção do capital, que, sob o taylorismo/fordismo, ainda era meramente formal e com o toyotismo tende a ser real, com o capital buscando capturar a subjetividade operária de modo integral.

A alienação é ainda mais intensa nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho temporário, e precarizado.

Sob a condição da precarização, o estranhamento assume a forma ainda mais intensificada e mesmo brutalizada, pautada pela perda (quase) completa da dimensão de humanidade. Nos estratos mais penalizados pela precarização/exclusão do trabalho, o estranhamento e o fetichismo capitalistas são *i* mais desumanizadores e bárbaros em suas formas de vigência. E é o que estamos presenciando hoje, intensamente, em tantas partes do mundo e em particular na América Latina.

Da explosão de Los Angeles, em 1992, às explosões de Seattle, em 1999, assistimos a muitas manifestações de revolta contra os estranhamentos, daqueles que são precarizados ou mesmo expulsos do mundo do trabalho e, conseqüentemente, impedidos de vivenciarem uma vida dotada de algum sentido. Sob a condição da separação absoluta do trabalho, a alienação assume a forma de perda de sua própria unidade: trabalho e lazer, meios e fins, vida pública e vida privada, entre outras formas de disjunção dos elementos de unidade presentes na sociedade do trabalho.

Expandem-se, desse modo, as formas de alienação dos que se encontram à margem do processo de trabalho. Contrariamente à interpretação que vê a transformação tecnológica movendo-se em direção à idade de ouro de um capitalismo saneado, próspero e harmonioso, estamos presenciando um processo histórico de desintegração, que se dirige para um aumento do antagonismo, o aprofundamento das contradições do capital.

Quanto mais o sistema tecnológico da automação e das novas formas de organização do trabalho avança, mais a alienação tende em direção a limites absolutos. Quando se pensa na enorme massa de trabalhadores *desempregados*, as formas de absolutização da alienação são diferenciadas. Variam da *rejeição da vida social, do isolamento, da apatia e do silêncio (da maioria) até a violência e agressão diretas*.

Aumentam os focos de contradição entre os desempregados e a sociedade como um todo, entre a “racionalidade” no âmbito produtivo e a “irracionalidade” no universo. Os conflitos tornam-se um problema social, mais do que uma questão empresarial, transcendendo o âmbito fabril e atingindo o espaço público e societário.

Na entrevista realizada nas hortas, observa-se que 30% das agricultoras de um quantitativo de noventa e oito (98) famílias, são mulheres que estão a frente da organização e manutenção das nas hortas, tendo esta atividade como único trabalho e possibilidade de se sustentar e garantir o sustento da família.

Vale destacar que nesta relação, as peculiaridades do ser feminino se misturam, pois das dificuldades e reclamações que elas se queixam e devido ao sol estragar a pele, afirmando que isto as deixam “feias e velhas”, que se pudessem sair desta condição sairiam devido a este fator. O que difere das queixas dos homens.

E embora a questão de gênero não se constitua em foco deste trabalho, destaca-se ainda que em Scott (1992) há a indicação de que a temática de gênero tem sua história recente a ponto de ainda não estar em destaque nos dicionários ou enciclopédias das ciências sociais e que essa história também se inicia concomitantemente com a história do feminismo por ser uma palavra como busca ou anseio de liberdade das mulheres.

A história precisa ser conhecida tanto em nível de relação entre experiências masculinas e femininas no passado como também a ligação entre essa e as práticas atuais. Portanto, existe uma necessidade de que gênero precisa estar enquanto categoria de análise.

3.5 FORMAS DE RESISTÊNCIAS AO SISTEMA ECONÔMICO ATUAL COMO FORMA DE FORTALECER A FAMÍLIA DIANTE DA EXPLORAÇÃO CAPITALISTA.

3.5.1 Resultados obtidos na pesquisa observacional

No primeiro contato com a comunidade Val Paraíso, buscando reconhecer a partir da pesquisa observacional a realidade que permeava estes grupos sociais, entramos em contato com uma família, que nos concedeu informações importantíssimas quanto sua condição que permeia a de outras famílias que se encontram nesta localidade.

Quanto a condição socioeconômica: Para o senhor o trabalho que o mesmo realiza com sua família nas hortas comunitárias é o único recurso que o mesmo utiliza para garantir sua sobrevivência e de sua família, *“se não fosse o trabalho aqui na horta, com certeza, minha família estaria muito mal, pois eu não tenho estudo, não sei fazer nada...só cuidar da terra”*

Não se pode desprezar estes saberes que tais sujeitos trazem consigo, entretanto sabe-se da necessidade de procurar intervir neste processo de forma a harmonizar estas relações que nem sempre são aceitas no contexto atual.

Dando prosseguimento em nossas indagações, questionamos quanto sua condição escolar, a qual ele respondeu, com certo pesar que *“nunca fui a escola desde cedo tô na lida, mas não quero essa vida para meus filhos, eles trabalham comigo, mas todos vão para escola...isso é importante”*. Como representa a ilustração abaixo, que revela um momento no cotidiano desses trabalhadores.



Fonte: Ilustração tirada na pesquisa de campo realizada no dia 10.09.2013

Figura 7: famílias de agricultores em suas ações cotidianas

Também questionamos se este recebia algum auxílio do Estado, ele sorriu e falou com certa ironia. *“O governo não dá nada pra gente... tudo que preciso para horta sai do meu trabalho. Sementes, instrumentos, adubo. Os políticos atrapalha nosso trabalho...vem falando que nos temos que sair daqui”*.

Insistimos em questionar por que o Estado queriam que saíssem dali, ao que ele nos relatou: *“já veio uns técnicos do Impa aqui e disseram que aqui faz parte nascente do Mindu e eles tem de preservar. Todos nos aqui da comunidade utiliza o igarapé sem prejudicar ele é muito útil. Que polui o igarapé são os moradores de cima..mas se agente vê, a gente não deixa não”*.

Estas informações nos levaram a refletir sobre a precarização vivenciada por estas famílias e questionamos sobre a possibilidade dele se inserir em programas do Estado ou em um trabalho formal. Ao que ele respondeu:

“De jeito nenhum, aqui posso controlar meus meninos... para eles não se meter em encrenca..faço minha hora...todo mundo aqui é amigo, a gente se protege. E o que ganho aqui não ganho no distrito ou trabalhando para um patrão (entrevistado RNR)”.

Por fim buscamos compreender a visão destes sujeitos sobre meio ambiente e se receberam alguma informação sobre educação ambiental ao que revelou saber a importância da preservação e se houvesse maior participação de pessoas que conhecem a natureza seria melhor. Mas eles se sentem abandonados pelo poder público.



Fonte: pesquisa de campo em agosto de 2013
FIGURA 8 - Estrutura das hortas do Valparaíso

3.5.2 A alternativa: COOPERATIVAS e ASSOCIAÇÕES

No cenário da criação de cooperativas em nível nacional, percebe-se através de dados oficiais o aumento da participação das mulheres seja ele na linha da economia solidária ou não. Segundo o site oficial das cooperativas brasileiras (OCB), 52% das pessoas cooperadas são mulheres. E na região norte elas são 59% contra 49% dos homens. Esses números nos mostram o interesse das mulheres pelo mercado de trabalho como também por contribuir coletivamente por “um desenvolvimento socioeconômico” como sinaliza o site do observatório de gênero.

O site do Fórum Nacional de Economia Solidária nos indica também que as mulheres também estão em torno de 60% em associações, cooperativas ou grupos independentes ou familiares dentro da perspectiva da economia solidária (apesar de não haver dados oficiais, apenas se trata de trabalho de base).

Por Economia Solidária, Singer (2000) nos explica que é uma forma de produção e consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano e não do capital. Sua base está no associativismo e cooperativismo com quatro princípios fundamentais, a saber, a autogestão, a solidariedade, a democracia.

Está voltado para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços. Tem preocupação com a reprodução da vida ampliada. Com isso quer demonstrar que são possíveis alternativas fora do assalariamento nas relações de produção. Além disso, Singer (2000) também indica que a economia solidária envolve todas as dimensões humanas: a dimensão social, a econômica a política a ecológica e a cultural. E desta maneira pode

contribuir na construção da justiça e igualdade social, bem como na construção de um ambiente sustentável. Afirmar também que os atores sociais são sempre trabalhadoras e trabalhadores ávidos de emancipação e autonomia dentro do sistema capitalista.

Outra situação são as repetições como legado familiar na continuidade da atividade laboral, bem como a necessidade do envolvimento das mulheres para contribuir ou mesmo assumir a família. Antunes (2008) nos remete ao processo de expansão do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado e informal e que da mesma forma há o aumento do trabalho feminino pela necessidade ou de contribuir com o marido com as despesas da casa ou para ela mesma prover sozinha a subsistência de sua família. Tornando a necessidade de ser criativa para conciliar tudo o que precisa.

Demo (2005) também nos indica que o trabalho informal ainda é o meio que a mulher brasileira encontra para entrar no mercado de trabalho. Contudo, as garantias são as que de fato gritam as mulheres. As transformações sociais e políticas tem sido visíveis pelo governo federal. Todo ser político, especialmente as mulheres precisam ter conhecimento dessa realidade para se unir a outras e travarem as lutas e conquistas.

A busca de alternativas, perante os efeitos excludentes do capitalismo, a partir de teorias e experiências baseadas na associação econômica entre iguais e na propriedade solidária, não é uma tarefa nova.

O pensamento e a prática cooperativista moderno são tão antigos quanto o capitalismo industrial. De fato, as primeiras cooperativas surgiram pó volta de 1826, na Inglaterra, como reação a pauperização provocada pela conversão maciça de camponeses pequenos produtores em trabalhadores das fabricas pioneiras do capitalismo industrial Foi também na Inglaterra que surgiram as cooperativas que passariam a ser o modelo do cooperativismo contemporâneo.

É importante salientar que o crescimento industrial e a ampliação das cidades médias não levam, necessariamente, à melhor distribuição da renda, nem sequer à redução do nível de pobreza urbana. O que torna ainda mais atual a idéia de que, no campo, existem oportunidades de geração de renda capazes de promover melhor integração das populações que aí vivem à dinâmica urbana do que sua simples migração em direção às cidades.

Transformar esta possibilidade em realidade depende da capacidade que, não só o Estado, mas o conjunto de forças interessadas na valorização do meio rural terão de elaborar e executar projetos que reforcem e dinamizem as relações rural-urbanas. As cidades brasileiras continuam atraindo fortemente a população rural: sobretudo os mais

jovens e, entre estes, cada vez mais, as moças. Diferentemente do período que vai até o início dos anos 1980, são cada vez menores as chances de que esta população consiga realmente integrar-se à vida urbana, como será visto a seguir.

A cooperativa de trabalho é um meio pelo qual os trabalhadores rurais se organizam e gerenciam suas forças com maior poder de barganha no mercado, para alcançar melhores condições de trabalho, particularmente em situações em que eles se encontram desprovidos total ou parcialmente de direitos trabalhistas. Como trabalhadores autônomos, por meio da assistência social da cooperativa, os associados podem assegurar direitos trabalhistas alcançados às suas necessidades prioritárias.

Dessa forma, as cooperativas de trabalhadores rurais, por suas características, tendem a amenizar os conflitos entre as partes. Os empregadores têm a possibilidade de reduzir os custos de transação, além de facilitar o recrutamento da mão-de-obra; e os empregados podem com maior facilidade assegurar seus direitos e remunerações.

Entretanto, para que a organização cooperativa funcione em condições de atender ao que se propõe, é necessário o desenvolvimento de um processo de comunicação e de educação cooperativista em consonância com os princípios e valores do cooperativismo, para uma efetiva participação dos associados na gerência do empreendimento.

A abordagem contratual do mercado de trabalho apresenta uma vertente desenvolvida pela teoria dos contratos pelos autores da Nova Economia Institucional, e outras vertentes pelas teorias com fundamentos keynesianos. As duas abordagens comportam a ótica institucional, entretanto este trabalho explorou com mais detalhes as formulações da Nova Economia Institucional.

Nas hortas localizadas no Val Paraíso questionou-se sobre as cooperativas e associativismo, aos agricultores familiares, e o que se percebe, é que existe uma carência de informações, tanto por parte da sociedade uma vez que os agricultores revelam que constantemente a Faculdade e Universidade estão presentes desenvolvendo estudos. Entretanto pouco apresenta de resultado e principalmente que venha beneficiar estes sujeitos, ao ponto de percebermos que nem sobre a própria Política de Agricultura Familiar – PRONAF, eles não estão interessados.

Assim, uma vez que a pesquisa confirma que a articulação comunitária através de associações e cooperativas e um grande apoio à resistência não só na comunidade do Val Paraíso como em outras que serão exemplificadas abaixo:

Na agropecuária brasileira cristalizaram-se vários esquemas de relações de trabalho. Segundo Goodman *et al.* (1985), os meeiros, os arrendatários ou os

trabalhadores residentes são trabalhadores assalariados disfarçados. A proletarização desses indivíduos ocorreu a partir dos anos 60 com o processo de capitalização do setor agropecuário, ou seja, com a modernização da agricultura.

Até a década de 60, este segmento de trabalhadores era praticamente inexistente. O primeiro grupo é formado pelos autores que associam o crescimento da utilização da mão-de-obra temporária com o surgimento dos Estatutos da Terra e do Trabalhador Rural e seus desdobramentos (ETR, Lei 4.214 de 1963).

Esses autores argumentam que os empregadores rurais param se eximirem do pagamento dos direitos regulados pelo ETR, expulsaram ou reduziram ao máximo os trabalhadores agrícolas residentes em suas fazendas. Os fazendeiros acreditavam que os custos e as obrigações imputadas pela legislação eram muito elevados, considerando a baixa qualidade da força de trabalho empregada e a descontinuidade inerente ao processo produtivo nas atividades agropecuárias.

Portanto, sob esta ótica, após 1963, a necessidade de trabalho temporário nas atividades agropecuárias e a reorganização das relações de trabalho se traduziriam em ônus para os empregadores. A forma de burlar a legislação vigente foi a descaracterização dos vínculos empregatícios e do assalariamento, por meio da utilização do trabalho intermitente (trabalho ilegal ou clandestino).

3.5.3 O projeto ético e político do serviço social como um mecanismo de resistência

Todas estas reflexões e constatações que se intensificaram no decorrer da construção da do estudo. Nos remete a trazer para o discurso uma leitura da realidade, evidenciado o trabalho do serviço social frente as demandas sócio-históricas que requisitam a sua atuação. Assim ao reconhecemos a agricultura familiar como um potencial a ser desenvolvido, visando uma resistência determinante ao capital, é mister indagar pela ação destes profissionais frente as estas problemáticas.

Assim torna-se importante reconhecer os pressupostos que indicam o potencial desta profissão. Onde iniciaremos a ressaltar a década de 90 do século XX, quando esta profissão rompe com os mecanismos que configuram o tradicionalismos traço marcante em sua historicidade, uma vez que a historia mostra, o serviço social em suas bases fundante, como aliado ao projeto político das classes hegemônicas, que segundo

(IAMAMOTO,2008), estas correspondiam a Igreja Católica, o Estado envernizado pelo matiz positivista e o Capital que desenvolvia alvitantemente, massacrado os trabalhadores.

Entretanto o que nos norteia a reflexão que envolve os agricultores familiares, é que esta demanda social apresentam as características com as quais o serviço social compromete-se guiada por seus pressupostos basilares que se configura no Código de ética Profissional e Sua Lei de regulamentação Profissional.

Neste aspecto, Netto (2001), afirma que o serviço social principalmente com o fim da ditadura militar. Desenvolve certa hegemonia devido a sua organização enquanto categoria, assinalando para construção de um corpo profissional, possuidor de uma unidade não homogênea, “uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários configurando assim, um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes”.

Tendo esta característica é possível entender que o profissional de serviço social pode vir a contribuir neste processo de resistência envolvendo as cooperativas que devem ser um dos componentes para que o trabalhador da agricultura familiar possa requisitar seus direitos diante de uma política que precisa se materializar.

Na pesquisa observou-se o quanto estes trabalhadores não tem informações, que são imprescindíveis as ações que desenvolve, principalmente se tratado do pronaf onde 65% não conhecem estas ações e os demais 35% conhecem de forma fragmentada não sabendo como recorrer para garantir seu acesso de forma plena.

E neste ponto os assistentes sócias, tanto das academias quanto os que atuam na execução das políticas publicas devem se colocar ao lado desses trabalhadores, para que o Estado possa ouvi-los.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos a partir deste estudo que mesmo diante dos desafios que marcam o a agricultura familiar no Brasil, superamos e construímos uma nova perspectiva, ressaltando que esta luta do homem do campo não nova, ela vem acompanhando o desenvolvimento da sociedade brasileira. E nos últimos anos, a agricultura tornou-se assunto de pautas dos governos do mundo todo. E todas as reflexões apontam para que estes governos unam esforços a fim de dar condições que o agricultor familiar , homens, mulheres, jovens e idosos, possa a partir de seu trabalho encontra superar a pobreza que se evidencia na atualidade.

Outro a ponto de destaque é a constatação que o incentivo para desenvolver a agricultura familiar pode tornar-se um instrumento de resistência ao sistema capitalista que com seu desenvolvimento arrasta uma massa de desempregados a miséria e exclusão de serviços que são essenciais, assim observa-se que os trabalhadores da agricultura em comparação com os trabalhadores da cidade conseguem suprimir sua necessidade através do trabalho que não segue os moldes capitalista.

Confirma-se aqui que esta autossuficiência destes sujeitos só será possível, a partir do momento em que as cooperativas adquirirem subsídios tecnológicos e novos conhecimentos sobre práticas gerenciais modernas, o que lhes possibilitará a adoção de medidas mais racionais e eficazes diante dos desafios mercadológicos.

Também o poder público e as demais instituições que financiam as práticas cooperativadas em Manaus devem apresentar-se como referência às cooperativas e que estas garantam, sobretudo, informação a estes trabalhadores para que os mesmo possam continuar na luta contra a pobreza , apoiando-os em capacitação permanente tanto os agricultores como suas lideranças e dos demais associados e associadas. O poder público não pode deixar de implementar as políticas públicas de inclusão social desses sujeitos, potencializando e dando maior visibilidade à atividade que corresponde a agricultura familiar.

Outros aspectos refletidos envolvem nossa condição Profissional, onde esse estudo representa um conhecimento vem contribuindo muito para minhas reflexões sobre as possibilidades de atuação do Serviço Social. Vejo nas problemáticas elencadas nesta dissertação, que o projeto ético e político que norteia o trabalho do Assistente Social

aponta indicativos que poderiam estar sendo utilizada no cotidiano de nossas intervenções, busca sistematizar e criar estratégias, que empoderem estes trabalhadores da agricultura, para que os mesmo se fortaleça em seu processo de resistência contrariando o sistema atual de produção.

Também, enquanto assistente social docente e comprometido com esta mudança no olhar da sociedade sobre as condições da agricultura e dos agricultores familiar no Brasil e Amazonas. Nossa intenção é que o conteúdo aqui apresentados sejam amplamente utilizados pelos acadêmicos e pesquisadores

E, enquanto acadêmica este trabalho representa a apreensão de novos saberes que consubstanciarão minha trajetória na área da pesquisa e extensão, somando ao interesse científico pela temática apresentada. Pessoalmente, o estudo sobre a agricultura familiar nas hortas da zona Leste de Manaus, me possibilitou uma compreensão mais aprofundada sobre a importância deste seguimento em Manaus, lançando um novo olhar para essa realidade que precisa de maior visibilidade social pelo modelo hegemônico capitalista.

Por fim o estudo mostra a necessidade de um olhar humanístico que priorize os vínculos homem-natureza, mulher-homem, enfim, na construção de relações mais humanas, e de convivência saudável com o meio ambiente. Pois em meio a um mundo globalizado, não basta apenas falar em sustentabilidade e, nem tão pouco versa sobre os múltiplos conceitos que envolvem esta categoria, mas é preciso montar uma ação efetiva em prol da sociedade brasileira e destes sujeitos aqui definidos.

7 REFERENCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Publicado em 1999.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas/SP: Ed.Cortez, 1997.

_____, R. *Neoliberalismo, trabalho e sindicato*. (Org.), São Paulo: Boitempo, 1997.

_____, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Campinas/SP: Boitempo, 4ª edição, 2001.

ARENDT, H. 2001. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Univesitária. 1998.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.

CACCIAMALI, M.C . A economia informal vinte anos depois. In: SEMINÁRIO DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, 17-19 nov. 1992. Anais... Brasília: SAT, 1992.

CARVALHO, H. M. de. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do campesinato no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2005, 401 p. de Jehovanira C. de Souza. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. em: <<http://www.agr.feis.unesp.br/dv09102003.htm>>. Acesso em: 27 set. 2013.

DIEGUES, Antonio Carlos. *As populações Tradicionais: Conflitos e Ambigüidades. O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 3 ed . São Paulo: Hucitec, NUPAUB/USP, 2000.

DELGADO, Guilherme C. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. ROSA, Antônio Vitor. Agricultura e meio ambiente. São Paulo: Atual, 1998.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução de Leandro Konder. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*, Volume 3. São Paulo: Alfa-Omega, s/d, p. 7-143. Estudos CEBRAP, São Paulo, 1998. pp. 23-40.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto et al. Relatório de Atividades do Projeto de Inteligência Socioambiental Estratégica da Indústria do Petróleo na Amazônia – PIATAM IV, janeiro a agosto de 2007.

GONÇALVES, C. Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1998.

GODARD, Olivier. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In Faces do Trópico Úmido – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente / Edna Castro, Florence Pinton (Orgs) – Belém: Cejup: UFPA – NAEA, 1997.

GÖRGEN, S.A. Os novos desafios da agricultura camponesa. 2004. 87p.

HOBSBAWM, Eric. A crise geral da economia europeia no século XVII. In: SANTIAGO, Theo (Org.). *Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2003. Inteligência Socioambiental Estratégica da Indústria do Petróleo na Amazônia – 1997.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Dados do município de Porto Nacional – TO. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

KAUTSKY, K. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, 1986, 401 p.

LAMARCHE, H. (Coord.) A agricultura familiar: uma realidade multiforme. Tradução LEFF, Enrique. *Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LEAL, Wanja Socorro de Sousa Dias Vida e trabalho das mulheres catadoras de resíduos sólidos no aterro municipal de Manaus : um olhar para a comunidade Lagoa Azul / Wanja Socorro de Sousa Dias Leal. - Manaus, AM : UFAM, 2010. 158 f.
DIEGUES, A. C.. O mito moderno da natureza intocada. Hucitec. 2003.

MARX, Karl. O capital. Coleção Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MORIN, Edgar (2000) Os sete saberes necessários à educação do futuro. Os sete saberes necessários à educação do futuro / Edgar Morin ; tradução de. Catarina ... UNESCO/Cortez Editora 2000, edição brasileira.

NODA, Sandra do Nascimento et al. Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzeas. In: DIEGUES, Antônio Carlos &

MORISSAWA, Mitsue. A História da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão popular, 2001.

MOREIRA, André de Castro C. (orgs). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

OLIVEIRA, F. A questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos. In: Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, 1. Brasília: CNAS, out. 1995. (Cadernos ABONG)

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1996. PIATAM IV, janeiro a agosto de 2007.

ROSSINI, Rosa Ester. Gênero e preconceitos: O trabalho da mulher na moderna agricultura canavieira paulista (1977-2005). Seminário Internacional Fazendo Gênero 7 – Gênero e Preconceito, Florianópolis, SC, agosto de 2006.

SOAREZ DE OLIVEIRA, A.M. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. VI, nº 119 (18), 2002. [ISSN: 1138-9788] <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-18.htm>.

SORJ, Bernardo. Reforma agrária em tempos de democracia e globalização. In: Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 1998. p. 23-40.

SALAMA, Pierre. Brasil, Balanço Económico, Sucessos e Limites. Disponível em <http://pierre.salama.pagespersoorange.fr/art/bresil_bilan_economique_succes_et_limites@fr.pdf> acesso em 30 de set. de 2010. Tradução livre – Heloisa Helena Corrêa da Silva.

SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio*. Efeitos da Lei de 1850. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento Econômico. 3 ed. São Paulo: Atlas.

YAZBEK, Carmelita Maria. (2001) Pobreza e Exclusão Social: expressões da Questão Social no Brasil. *Temporalis*. ano II, n.3, jan/jun, 2001. Brasília: ABEPSS, Grafile. p. 33 -40

THOMAZ JR., A. “Jogo” de cena e poder de classe no Brasil do século XXI. A contra-reforma agrária no Governo Lula. Presidente Prudente, *Pegada*, n.4, v.1, 2003, p. 05-17.

TOSCANO, Luiz Fernando. Agricultura familiar e seu grande desafio. Disponível em: <<http://www.agr.feis.unesp.br/dv09102003.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

ZIZEK, S. MAGIS, Revista da Unisinos, no. 05, dez 2009-jan 2010.

APENDICES 1 – FORMULARIO APLICADOS AOS SUJEITOS DA PESQUISA

APENDICES 2 – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

APENDICES 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGSS
FORMULÁRIO
PESQUISADORA: LAURISANA MARIA BRANCO CAMARGO

Este instrumento de pesquisa visa coletar informações que possibilitem responder as questões norteadoras da pesquisa que tem por título: “AGRICULTURA FAMILIAR: uma estratégia de superação das condições impostas às famílias contemporâneas pelo sistema econômico atual”. As problemáticas que instigaram a pesquisa e que precisam ser embasadas pela fala dos sujeitos que vivenciam esta realidade são: quais condições socioeconômicas das famílias que optaram em desenvolver uma ação autossustentável por meio da agricultura familiar? Como estes sujeitos envolvem a educação ambiental ao desenvolvimento da sustentação de suas famílias participantes das hortas comunitárias da comunidade Val Paraíso zona leste de Manaus? E qual a contribuição das políticas públicas para emancipação das famílias participantes das hortas comunitárias do Valparaíso Zona Leste de Manaus?

PESQUISA SOBRE AS CONDIÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CIDADE DE MANAUS

Formulário n.º _____

Localização do estabelecimento:

1 Dados pessoais

Nome: _____

Idade _____ Sexo : _____ Escolaridade: _____

PROFISSÃO: _____

1.1 Origem:

- () Manaus
- () Interior do Amazonas, qual? _____
- () Outro Estado, qual? _____
- () Outro país, qual? _____

1.1 A quanto tempo mora aqui em Manaus?

1.2 O que motivou sua vinda para Manaus?

1.3 Qual sua atividade em seu local de origem?

2) Sua Condição em relação as hortas no Val Paraíso:

- () Proprietário
 () Arrendatário
 () Posseiro
 () Parceiro
 () Meeiro
 () Uso coletivo
 () Projeto do governo
 () Outro. Qual?

2.1) Tamanho da propriedade: Em hectares

2.2) Há contratação de mão de obra?

() Sim () não

Se, sim quantos? _____ Quanto tempo de contratação _____.

2.3) Qual o número de pessoas na família?

Quem são?

Esposa e filhos () quantos filhos?

Irmãos () quantos? _____ cunhados () quantos? _____ genro () quantos? _____

2.4 Estas pessoas trabalham no mercado formal com carteira assinada

Não () Sim ()

2.5 Caso a resposta seja positiva que tipo de trabalho desenvolvia?

2.5.1 Caso a resposta se negativa, por que não trabalharam formalmente:

() não tiveram oportunidade () não possuíam qualificação necessária () não procuram

Outros _____

2.6 A família participa na elaboração e execução dos trabalhos na agricultura familiar?

() Sim () Não

3) Qual a principal renda familiar :

() Produção de grãos

() Hortaliças

() Fruticultura

() Aposentadoria

Outros _____

4) Quanto seu trabalho representa em salários mínimos?

De 1 a 2 ()

De 2 a 3 ()

De 3 a 4 ()

De 4 a 5 ()

Acima de 5 ()

QUANTO AO CRÉDITOS E FINANCIAMENTOS**5) Utiliza ou já usou crédito de algum banco de financiamento agrícola?**

() Não () Sim

CASO A RESPOSTA SEJA SIM:

5.1 Há quanto tempo? MAIS DE UM ANO() MENOS DE UM ANO() POUCO MESES ()

5.2 Qual o destino do crédito investimento:

() Instalações e benfeitorias

() Máquinas, equipamentos e implementos.

() aumento do espaço cultivado

() compra de produtos

() Outras atividades não agrícolas. Qual(is)? _____

5.3 Quais os problemas encontrados na tomada de empréstimos?

() Prazo - época

() Burocracia

() Não atendia os critérios solicitados

() Outros Quais? _____

5.4 Teve alguma dificuldade para pagar o(s) empréstimo(s) CASO TENHA FEITO?

() Sim

() Não.

5.4.1 Caso a resposta seja “sim”, MARQUE A ALTERNATIVA que se aproxima da dificuldade enfrentada: (pode marcar mais de uma alternativa)

() Baixa produtividade

() Baixo preço de comercialização

- () Custo de produção
 () Condições de crédito (prazos, juros, etc.)
 () Frustração da safra
 () Outra. Qual? _____

- A RELACÃO COM O ESTADO

6 Em relação a participação do Estado você considera que este colabora com seu trabalho na agricultura familiar?

Sim () não ()

Justificativa da resposta

6.1 sua família participa de algum programa ou projeto do Estado? Sim () Não ()

6.2 Se a resposta for sim:

Qual? _____

6.3 qual a importância deste benefício para sua família?

6.4 se a resposta for não:

Por que você não recebe?

7 se você pudesse trabalhar no mercado formal, você abandonaria o trabalho com hortas?

7.1 Você considera a ação do governo em relação a agricultura familiar:

- () muito falha
 () Não se preocupa com as condições do agricultor e sua família
 () Incentiva a agricultura
 () Não tem programas efetivos

- () é indiferente
 () colabora efetivamente com a comunidade

7.2 Você conhece os programas do Estado para agricultura familiar

- () sim () não

7.3 Se a resposta for positiva, qual programa?

7.4 Como você tem acesso este programa?

8 Você conhece os critérios determinados para acesso aos programas agricultura familiar?

8.1 Vocês conhecem as linhas de crédito do PRONAF?

- () PRONAF Agroindústria () PRONAF Semiárido() PRONAF Floresta () PRONAF Agroecologia
 () PRONAF Eco () PRONAF Mulher () PRONAF Jovem () PRONAF Custeio e
 Comercialização de Agroindústrias Familiares () PRONAF Cota-Parte () Microcrédito Rural

QUANTO AOS PRODUTOS

9 De que forma é armazenado os produtos colhidos nas hortas?

9.1 Para onde vão os produtos a partir da colheita?

9.2 O que é vendido garante :

- () A compra de equipamentos
 () A subsistência da família
 () Compra de novos produtos
 () Manutenção das hortas
 () Transporte
 () Lazer
 () Alimentação

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

10 De onde vem a água que vocês utilizam e como ela é tratada?

10.1 Uma vez que as hortas localizam-se próximo a nascente do Mindú os agricultores:

(SIM) (NÃO) utilizam a água da nascente no trabalho na agricultura

(SIM) (NÃO) permitem que joguem entulhos

(SIM) (NÃO) definem regras a serem seguidas pelos agricultores em relação ao igarapé

(SIM) (NÃO) é permitido queimadas

(SIM) (NÃO) utilização de agrotóxicos

(SIM) (NÃO) alguma atividade desenvolvida poderia prejudicar o meio ambiente?

QUAL _____

10.2 Reutiliza ou recicla materiais como plásticos, papéis, restos de plantações e outros?

(SIM) (NÃO)

10.3 Quais os cuidados que são tomados em relação ao uso de adubos nos solos de sua propriedade?**SIGNIFICADO DA AGRICULTURA PARA O TRABALHADOR****11 Você considera que o trabalho das agriculturas familiar é importante para sociedade manauara ?****11.1 Caso o estado resolvesse desapropriar os espaços onde estão as hortas familiares, qual seria sua alternativa de sobrevivência?**

APENDICES 2



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: AGRICULTURA FAMILIAR: uma estratégia de resistência as condições impostas às famílias contemporâneas pelo sistema econômico atual

Pesquisador responsável: LAURISANA MARIA BRANCO CAMARGO

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Telefone para contato: (92) 9284-0754 (92) 3342-0218

Local da coleta de dados: Comunidade Val Paraíso – Hortas Familiares

Você está sendo convidado (a) a responder às perguntas deste formulário de forma voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este formulário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. O pesquisador irá responderá as dúvidas e explicará os objetivos da pesquisa antes que você decida participar. Você tem direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha possa ter direito.

Objetivo do estudo:

Procedimentos: nesta pesquisa de campo, utilizaremos como instrumental de coleta de dados formulários com questões abertas e fechadas, aplicadas junto a 15 agricultores familiares que desenvolvem suas atividades na Hortas do Bairro Val Paraíso, periferia de Manaus, sendo que a participação destes sujeitos nesta pesquisa consistira unicamente em responder as perguntas formuladas, atendendo o objetivo do estudo.

108

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPGSS
PESQUISADORA: LAURISANA MARIA BRANCO CAMARGO

Benefício:

Trará

conhecimento ampliado sobre o tema abordado, além disso, poderá contribuir para outras pesquisas que tratem do tema aqui referido.



Riscos: Preenchimento deste formulário não representa em nenhum momento qualquer tipo de risco de ordem física, psicológica ou ética para você e seu grupo comunitário.

Sigilo: Além disso as informações fornecidas por você serão tratadas de forma confidencial e será de conhecimento apenas do pesquisador responsável. **Os sujeitos.** os sujeitos da pesquisa em nenhum momento serão identificados, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados.

Aspecto Legal: Este consentimento foi elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas da pesquisa envolvendo seres humanos. Atende à resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde Brasília.DF e seus complementares.

Eu _____ autorizo a UFAM por intermédio pesquisadora LAURISANA MARIA BRANCO CAMARGO, devidamente orientada pela professora Doutora, Heloisa Helena Correa da Silva , sobre a pesquisa descrita acima, a utilizarem das minhas informações na pesquisa aqui realizada, sendo assim, concordo com que li e me foi informado, concordando assim com que me for solicitado.

Assinatura do participante _____

Assinatura do pesquisador _____

Manaus _____ **de** _____ **de** _____

